

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PAULO ROBERTO CECCON

IFSULDEMINAS: DA CRIAÇÃO AOS IMPACTOS DA EXPANSÃO

**POUSO ALEGRE
2017**

PAULO ROBERTO CECCON

IFSULDEMINAS: DA CRIAÇÃO AOS IMPACTOS DA EXPANSÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí, na linha de Pesquisa: Práticas Educativas e Formação do Profissional Docente, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra Sônia Aparecida Siquelli.

POUSO ALEGRE-MG

2017

CECCON, Paulo Roberto. IFSULDEMINAS: Da Criação aos Impactos da Expansão / Paulo Roberto Ceccon. Pouso Alegre: 2017. 137f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). 2017.

Orientadora: Dr.^a Sônia Aparecida Siquelli.

1. Rede Federal de Ensino. 2. Educação Profissional. 3. Ensino Agrícola. 4. Expansão da RFEPCT.

CDD: 370

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

Certificamos que a dissertação intitulada "IFSULDEMINAS: DA CRIAÇÃO AOS IMPACTOS DA EXPANSÃO" foi defendida, em 5 de dezembro de 2017, por Paulo Roberto Ceccon, aluno regularmente matriculado no Mestrado em Educação, sob o Registro Acadêmico nº 98011078, e aprovado pela Banca Examinadora composta por:



Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli
Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS
Orientadora



Prof. Dr. José Luis Sappelice
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Examinador



Prof. Dr. José Arnícius de Souza
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS
Examinador

DOCUMENTO VÁLIDO SOMENTE SE NO ORIGINAL

Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPPES)

Av. Prof. Tuany Toledo, 470 – Fátima I – Pouso Alegre/MG – CEP: 37850-000 – Fone: (35) 3448-8231

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente nas horas difíceis.

À minha esposa Regina e às minhas filhas Thais e Amanda por estarem incentivando e apoiando durante toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Nesta dissertação de mestrado, tive oportunidade de referir que uma dissertação, apesar do processo solitário a descobertas surpreendentes a que qualquer investigador está destinado, reúne contribuição de várias pessoas. Desde o início do mestrado, contei com a confiança e o apoio de inúmeras pessoas. Sem aquelas contribuições, esta investigação não teria sido possível.

À Prof.^a Dr.^a Sônia Aparecida Siquelli – UNIVÁS, agradecimentos pela orientação e pelo apoio; pela partilha do saber e as valiosas contribuições para o trabalho. Acima de tudo, obrigado por acompanhar-me nessa jornada e por estimular o meu interesse pelo conhecimento.

Ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice – UNIVÁS, a quem admiro desde o primeiro dia que o conheci, meus agradecimentos pela contribuição neste trabalho.

Ao Prof. Dr. José Venícius de Sousa – IFSULDEMINAS, pela amizade, companheirismo, leitura e contribuição nesta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Marcelo Bregagnoli – IFSULDEMINAS, o meu mais profundo agradecimento pelo coleguismo, amizade, estímulo intelectual e emocional.

Aos maiores presentes que Deus me deu: minha esposa Regina, minhas filhas Thais e Amanda, agradeço o incentivo, o tempo e o sorriso que me dedicaram.

Aos meus pais, Francisco Ceccon e Maria José da Cunha Ceccon, pela torcida e pelo amor, alegria e atenção sem reservas.

Aos docentes e servidores da pós-graduação UNIVÁS, instituição séria e comprometida com a formação de seus alunos.

A todos da UNIVÁS, obrigado pela oportunidade de aprender e contribuir com a educação.

O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram e motivaram para a concretização desta dissertação.

CECCON, Paulo Roberto. **IFSULDEMINAS: DA CRIAÇÃO AOS IMPACTOS DA EXPANSÃO**. 2017. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Univás, Pouso Alegre, 2017.

RESUMO

Esta dissertação pela Linha de Pesquisa: Práticas Educativas e Formação do Profissional Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí investigou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que passou no período de 2003 a 2016 pela maior expansão de sua história desde a sua criação, pois há quase um século, entre 1909 e 2002, foram construídas apenas 140 escolas técnicas em todo o Brasil. Já no período investigado foram construídos 360% a mais de escolas técnicas em relação às construídas anteriormente. Instigados pela questão se houve impactos na Educação Profissional no período da expansão da rede federal de educação profissional no Sul de Minas Gerais objetivou analisar o IFSULDEMINAS, da criação aos impactos da expansão e realizar o levantamento histórico das escolas agrotécnicas de Muzambinho, Machado e Inconfidentes todas situadas no sul do estado de Minas Gerais, que constituíram o Instituto Federal de Sul de Minas. A pesquisa, de caráter exploratório, se caracterizou como quali-quantitativa, de cunho predominantemente documental e bibliográfico, teve como corpus a implantação dos cinco campi novos, além da reestruturação dos três campi preexistentes, ir às fontes e compreender, com dados e informações, a relação da história dessas instituições com o contexto socioeconômico, político e cultural do Brasil e da região geográfica do Sul de Minas Gerais. A perspectiva teórica assumida pressupôs a compreensão do singular, sendo a realidade interna de expansão, associados ao impacto ocorrido da rede federal de ensino em sua relação com a comunidade local e regional, inseridos nesse contexto sócio-histórico. Sob o ponto da análise das informações obtidas, procurou-se compreender como a expansão transformou a região. Como resultados obtidos a pesquisa identificou a questão da evasão escolar, os impactos econômicos, sociais e ambientais nos municípios em que os campi do IFSULDEMINAS estão inseridos, em todo o Sul de Minas Gerais e no Brasil.

Palavras chave: Rede Federal de Ensino; IFSULDEMINAS; Educação Profissional; Expansão, Ensino Agrícola.

CECCON, Paulo Roberto. **IFSULDEMINAS: FROM ITS CREATION TO THE IMPACTS OF ITS EXPANSION**. 2017. 137s. Thesis (Master Degree in Education). Univás, Pouso Alegre, 2017.

ABSTRACT

This thesis for the Research Line: Educational Practices and Professional Teacher's Formation of the Master Degree Post Graduate Program in Education of Vale do Sapucaí University researched the Federal Chain of Professional, Scientific and Technological Education which, in the period from 2003 to 2016, went through its largest expansion in its history, considering that for nearly a century (1909 – 2002), only 140 technical schools had been built throughout Brazil. In the researched period, 360% of technical schools were built, comparing to the number of the ones built previously. Instigated about the likely impacts on the Professional Education in the expansion period of the Federal Chain of Professional Education in the south of the State of Minas Gerais, it aimed to analyze IFSULDEMINAS, from its creation to the impacts of its expansion, and to do a historical survey of the agrotechnical schools of Muzambinho, Machado, and Inconfidentes. All of them are situated in the south of the State of Minas Gerais, constituting the Federal Institute of Sul de Minas. This exploratory research was characterized as quali-quantitative, predominantly of documental and bibliographic nature. It had as corpus the implantation of five new campi and the restructuring of the three pre-existing ones, besides going to the sources and understanding, by means of data and information, the history relation of these institutions to the socioeconomic, political and cultural context of Brazil and the geographic region of southern Minas Gerais. The theoretical perspective taken presupposed understanding the singular factors, being the internal reality of its expansion, and also the impact occurred on the teaching federal chain related to the local and regional community, inserted in this socio-historical context. Under the point of analysis of obtained information, understanding in which ways the region was transformed by the expansion was a purpose. As obtained results, the research identified school dropout as well as economic, social and environmental impacts on the cities where IFSULDEMINAS campi are located, throughout the south of the State of Minas Gerais and Brazil.

Key-words: Teaching Federal Chain; IFSULDEMINAS; Professional Education, Expansion, Agricultural Teaching.

LISTA DE SIGLAS

- CBAR** – Comissão Brasileira Americana da Educação das Populações Rurais
- CEFETS** – Centros Federais de Educação Tecnológica
- COAGRI** – Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
- EAD** – Educação à distância
- EAF** – Escola Agrotécnica Federal
- EAFI** – Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
- EAFM** – Escola Agrotécnica Federal de Machado
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- FADEMA** – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado
- FIC** – Formação Inicial e Continuada
- FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
- IADAIFE** – Índice de Avaliação Ambiental dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFSOLAR**-Instituto Federal Solar
- IFSULDEMINAS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
- JK** – Juscelino Kubitschek
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais
- MEC** – Ministério da Educação e da Cultura
- MG** – Minas Gerais
- OBAP** – Olimpíada Brasileira de Agropecuária
- PCM** – Plano Conservador da Mantiqueira
- PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PL** – Projeto de Lei
- PLS** – Plano de Gestão de Logística Sustentável
- PNAES** – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para todos

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação

SIMPI – Sindicato do Micro e pequenos empresários.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SETE – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais

UEPs – Unidades Educativas de Produção

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFSJ – Universidade Federal de São João del Rey

UNEDs – Unidades Descentralizadas de Ensino

UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde

UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

UNIVÁS – Universidade do Vale do Sapucaí

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Escola de Aprendizes e Artífices Rio de Janeiro – 1909.....	20
Figura 02 – Aprendizado Agrícola 1960 – Inconfidentes/MG.....	22
Figura 03 – Prédio do Liceu de Artes e Ofícios na antiga Rua da Guarda Velha.....	24
Figura 04 – Escola Industrial de Natal/RN.....	26
Figura 05 – Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte-1959.....	28
Figura 06 – Localização do município de Muzambinho.....	32
Figura 07 – Inauguração da EAF de Muzambinho – 1953 – Da esquerda para direita: Tancredo Neves, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.....	35
Figura 08 – Populares presentes à Cerimônia de Inauguração da EAF de Muzambinho/MG.....	36
Figura 09 – Desfile da Inauguração na Rua Capitão Heleodoro Mariano.....	36
Figura 10 – Banda da Escola Agrotécnica de Muzambinho/MG.....	37
Figura 11 – Getúlio Vargas no pronunciamento de Inauguração da Escola.....	37
Figura 12 – Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves no palanque do desfile de inauguração.....	38
Figura 13 – Localização do município de Machado.....	39
Figura 14 – Banda dos alunos EAF de Machado em frente ao Prédio Principal.....	41
Figura 15 – Localização do município de Inconfidentes.....	43
Figura 16 – Primeira turma de 1948 – Acervo digital do campus Inconfidentes.....	46
Figura 17 – Turma de 1948 da Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá” Inconfidentes/MG.....	46
Figura 18 – Centro de Treinamento da Escola Agrícola de Inconfidentes/MG.....	48
Figura 19 – Fachada externa da EAF de Inconfidentes.....	49
Figura 20 – Recolhimento do Gado na Escola Fazenda da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.....	50
Figura 21 – Padaria da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.....	51
Figura 22 – Desfile Semana da Pátria 1986.....	52

Figura 23 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica– em unidades.....	53
Figura 24 – Gráfico com o número de alunos matriculados e concluintes do IFSULDEMINAS no período de 2009 a 2016.....	65
Figura 25 – Relação Concluintes/Matriculados em %.....	66
Figura 26 – Gráfico com o índice de permanência e êxito nos Institutos Federais.....	69
Figura 27 – Obras e reformas no Campus Machado.....	88
Figura 28 – Construção do Campus Pouso Alegre.....	100
Figura 29 – Construção do Campus Poços de Caldas.....	101
Figura 30 – Campus Passos – Biblioteca do Campus.....	102
Figura 31 – Campus Avançado Três Corações – Festa Junina 10/06/2017	103
Figura 32 – Entrada do Campus Avançado de Carmo de Minas.....	104
Figura 33 – Laboratório de análise de solos do Campus Muzambinho.....	105
Figura 34 – Laboratório de alimentos do campus Machado.....	106
Figura 35 – Ginásio Poliesportivo do Campus Inconfidentes.....	106
Figura 36 – Incubadora de Empresas de base tecnológica do Campus Inconfidentes.....	113
Figura 37 – Erosão do solo em terreno de pastagem.....	116
Figura 38 – Desflorestamento.....	117
Figura 39 – Queimadas.....	117
Figura 40 – Aquecimento global.....	118
Figura 41 – Poluição causada pelo desenvolvimento industrial.....	119
Figura 42 – Núcleo dois – Campus Inconfidentes.....	121
Figura 43 – Núcleo três – Pouso Alegre.....	122
Figura 44 – Núcleo quatro – Poços de Caldas.....	122
Figura 45 – Núcleo cinco – Muzambinho.....	123
Figura 46 – Núcleo seis – Passos.....	123
Figura 47 – Núcleo sete – Machado.....	124
Figura 48 – Núcleo oito – Três Corações.....	124
Figura 49 – Núcleo nove – Carmo de Minas.....	125
Figura 50 – Capacitação do núcleo de Inconfidentes em Extrema.....	126
Figura 51 – Usina de energia do campus Passos.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de matrículas nos campi e no IFSULDEMINAS em 31/12/2010.....	65
Quadro 2 – Relação concluintes/matriculados 2011.....	65
Quadro 3 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Integrado no período de 2014 à 2016.....	69
Quadro 4 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Bacharelado no período de 2014 à 2016.....	71
Quadro 5 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Licenciatura no período de 2014 à 2016.....	72
Quadro 6 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Proeja no período de 2014 à 2016.....	73
Quadro 7 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Subsequente no período de 2014 à 2016.....	74
Quadro 8 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Tecnologia no período de 2014 à 2016.....	75
Quadro 9 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior no período de 2014 à 2016.....	77
Quadro 10 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos de Ensino Técnico no período de 2014 à 2016.....	80

Quadro 11 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 <i>Campi</i> do IFSULDEMINAS dos cursos Pós-Graduação <i>Lato Senso</i> no período de 2014 à 2016.....	81
Quadro 12 – Evasão e concluintes no IFSULDEMINAS período 2009 a 2017.....	82
Quadro 13 – Escolaridade da População da Região Sul de Minas e do Estado de Minas Gerais.....	83
Quadro 14 – Descrição sumária da infraestrutura física do Campus de Inconfidentes até o ano de 2009.....	85
Quadro 15 – Descrição sumária da infraestrutura física do Campus Machado até o ano de 2009.....	86
Quadro 16 – Descrição sumária da infraestrutura física do Campus Muzambinho até o ano de 2009.....	88
Quadro 17 – Número de Docentes por Titulação do IFSULDEMINAS – 2010 a 2016.....	89
Quadro 18 – Número de servidores Técnicos Administrativos por Titulação do IFSULDEMINAS – 2010 a 2016.....	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS DE MUZAMBINHO, MACHADO E INCONFIDENTES AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	18
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XX NO BRASIL.....	18
2.2 AS ESCOLAS AGROTÉCNICAS DE MUZAMBINHO, MACHADO E INCONFIDENTES DO SUL DE MINAS GERAIS.....	29
2.2.1 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO.....	30
2.2.2 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE MACHADO.....	39
2.2.3 ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES.....	42
3 A EXPANSÃO DO IFSULDEMINAS ENTRE 2009 A 2017	52
3.1 COMO, QUANDO E POR QUE A EXPANSÃO NESTA REGIÃO.....	52
3.1.1 A CRIAÇÃO DE NOVOS CAMPI NO IFSULDEMINAS E A REESTRUTURAÇÃO DOS JÁ EXISTENTES.....	54
3.2 DADOS DA EXPANSÃO NESSE PERÍODO.....	59
3.2.1 O ACESSO – O QUE DIZEM OS DADOS DO AUMENTO DO NÚMERO DE VAGAS?.....	62
3.2.2 PERMANÊNCIA – ENTRADA E SAÍDA.....	67
3.2.3 ESTRUTURA FÍSICA – BÁSICA E PEDAGÓGICA.....	82
3.2.4 RECURSOS HUMANOS DO IFSULDEMINAS PERÍODO DE 2009 A 2016.....	89
4 A CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS	90
4.1 QUESTÕES GEOGRÁFICAS DA CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS.....	90

4.1.1 IMPORTÂNCIA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE PARA O SUL DE MINAS.....	90
4.2 ...AS QUESTÕES POLÍTICAS DA IMPLANTAÇÃO DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS.....	91
4.3 A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO.....	94
4.3.1 AS ESCOLAS AGROTÉCNICAS.....	94
4.3.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS.....	95
4.3.3 INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	99
5 OS INSTITUTOS FEDERAIS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL.....	108
6 REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL NO IFSULDEMINAS.....	114
6.1 AÇÕES NOS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	116
6.1.1 EROÇÃO DO SOLO.....	116
6.1.2 DESFLORESTAMENTO.....	116
6.1.3 QUEIMADAS.....	117
6.1.4 AQUECIMENTO GLOBAL.....	118
6.1.5 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.....	118
6.2 O PLANO CONSERVADOR DA MANTIQUEIRA.....	119
6.2.1 ESTRATÉGIA DE AÇÃO.....	120
6.3 O PROJETO IFSOLAR.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que o nosso futuro baseia-se no passado e se corporifica no presente. Temos de saber o que fomos e o que somos para sabermos o que seremos.

(Paulo Freire)

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT passou, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016), pela maior expansão da sua história desde a sua criação em 1909 quando foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices por Nilo Peçanha, então, Presidente da República. A história de constituição dessa rede mostra que praticamente em um século, entre 1909 e 2002, foram construídas apenas cento e quarenta escolas técnicas em todo o Brasil.

Já nos quatorze últimos anos deste século XXI, entre os anos de 2003 e 2017, foram concluídas quinhentas unidades referentes ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tinha O Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, totalizando, 644 campi em funcionamento em março de 2016, conforme informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação¹.

Em 13 anos, os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff construíram 360% a mais de escolas técnicas em relação às 140 construídas durante um século no Brasil. Esses dados e cenários chamam atenção por alguns motivos, dentre os quais, pelo impacto que essa expansão presumidamente acarreta na sociedade ao ampliar o acesso à educação profissional do Ensino Médio, gerando formação, trabalho, renda e ampliando o capital cultural.

Nesse contexto é que se insere este trabalho de pesquisa, o qual pretende desenvolver, a partir da perspectiva de um determinado contexto particular, as três escolas agrotécnicas do Sul de Minas Gerais, Escola Agrotécnica Federal de

¹ Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

Muzambinho, Escola Agrotécnica Federal de Machado e Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes que juntas formaram em 2008 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

O objetivo foi realizar um estudo histórico dessas instituições, um levantamento de informações em fontes primárias, que pudessem explicitar a relação da história dessas instituições com o contexto socioeconômico, político, ambiental e cultural do Brasil e da região geográfica do Sul de Minas Gerais. Analisar os impactos da expansão da educação profissional através da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Sul de Minas Gerais e, como, o levantamento histórico das escolas agrotécnicas de Muzambinho, Machado e Inconfidentes, todas no Sul de Minas Gerais, que constituíram na fase da expansão da RFEPT o IFSULDEMINAS, a relação da história dessas instituições com o contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental do Brasil e da região geográfica do Sul de Minas Gerais. Também faremos uma abordagem da expansão do IFSULDEMINAS e a criação de novas unidades para podermos entender os efeitos sociais, econômicos, culturais e ambientais desse crescimento.

Valendo-se dos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sobre instituições escolares de Nosella e Buffa (2005), necessários para elucidar informações relativas aos possíveis impactos socioeconômicos, políticos, ambientais e culturais da expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica na região do Sul de Minas Gerais, a perspectiva teórica perpassou referências que, segundo os autores, a natureza dialética pressupõe “a descrição do singular” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p.355) e, também, por considerar-se que o olhar de um pesquisador/analista deve pressupor que os objetos de estudo não sejam dissociados do seu contexto sócio-histórico.

Buscou-se desse modo responder a seguinte problematização: se houve impactos na Educação Profissional no período da expansão da rede federal de educação profissional no Sul de Minas Gerais?

O TÍTULO 2: DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS DE MUZAMBINHO, MACHADO E INCONFIDENTES AO INSTITUTO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS tratou de compreender e descrever com um estudo, como se instituiu as escolas agrotécnicas ao longo do século XX no Brasil.

No TÍTULO 3: A EXPANSÃO DO IFSULDEMINAS ENTRE 2009 A 2017 procurou-se descrever como, quando e o porquê dessa expansão nessa região. Foram levantados dados focados e organizados em três dimensões: do acesso, da permanência e da estrutura física que favoreceu o trabalho pedagógico.

O TÍTULO 4: A CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS apresentou as questões geográficas e as questões políticas que contribuíram para a criação do Instituto. Discute-se ainda, a importância da criação do IFSULDEMINAS para as três escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho e os ganhos econômicos, sociais e educacionais para os municípios e as cidades vizinhas. Com o advento da criação dos institutos federais, essas três escolas técnicas tiveram grande avanço na infraestrutura, o que permitiu a ampliação de novos *campi* no sul de Minas Gerais.

No TÍTULO 5: OS INSTITUTOS FEDERAIS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL, discute-se a política social que vem se desenvolvendo na região do sul de Minas Gerais com a criação do IFSULDEMINAS, com uma educação no campo tecnológico e, atualmente, com o ensino superior nos níveis da graduação e da pós-graduação.

E, por fim, o TÍTULO 6: REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL NO IFSULDEMINAS, abordou as ações na redução do passivo ambiental dentro dos campi e reitoria do IFSULDEMINAS, valendo-se de algumas práticas de gestão ambiental do Instituto, reafirmando a política e o comprometimento do IFSULDEMINAS com a sustentabilidade. Dentre as práticas, exemplifica-se o Plano Conservador da Mantiqueira, agregado ao Projeto Instituto Federal Solar “IFSOLAR”.

A questão dos impactos na qualidade da educação após a expansão, os dados e os levantamentos neste estudo foi necessária para poder compreender se a expansão e a institucionalização do IFSULDEMINAS atenderam às realidades locais, às políticas públicas ou ambas em prol de um desenvolvimento local que

reverbera no Estado de Minas Gerais e conseqüentemente na realidade nacional da natureza dessas escolas movidas por políticas públicas de governo que se mostram fragilizadas no momento atual.

O percurso metodológico propiciou a classificação do IFSULDEMINAS como uma arquitetura acadêmica tendo em vista sua característica estrutural e organizacional, às formas e às relações de trabalho que se estabeleceram ao longo do tempo, segundo a lógica das ordens econômicas e hegemônicas.

A pesquisa, sem nenhuma pretensão de fechar a temática, em suas conclusões, identificou a complexidade da expansão e da hibridez na composição das instituições envolvidas, principalmente pela diversidade de suas identidades individuais em relação à constituição de identidade do próprio IFSULDEMINAS.

2. DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS DE MUZAMBINHO, MACHADO E INCONFIDENTES AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Da criação das primeiras escolas de aprendizes e artífices no início do século XX, passando pela criação das escolas agrotécnicas até chegar à história das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, as quais, com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica iniciada no Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e concluída no Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016), culminaram na criação do atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS.

Assim, o levantamento histórico das escolas agrotécnicas de Muzambinho, Machado e Inconfidentes - todas no Sul de Minas Gerais - que constituíram, na fase da expansão da RFEPCT, o IFSULDEMINAS, foi de fundamental realização no intuito de colaborar na compreensão histórica de como foram constituídas.

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XX NO BRASIL

A Educação Profissional no Brasil foi instituída em 1909, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha assinou o Decreto n. 7.566 de 23 de setembro de 1909, que instituiu nas capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Foram criadas 19 Escolas de Aprendizes em todo o país, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, com vistas a profissionalizar os economicamente desfavorecidos segundo a seguinte justificativa:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 20 de dezembro de 1906: Considerando: Que o argumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lueta pela existencia; Que para isso se torna necessario,

não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação: Decreta: Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito. (BRASIL, 1909).

O Decreto n. 7.566/1909 orientava no artigo 2º que as especialidades das indústrias locais fossem consultadas e que as oficinas de trabalho manual ou mecânica deveriam ser definidas mediante as conveniências e necessidades de mão de obra, os requisitos para receber os educandos e que tivessem idade compreendida entre 10 e 13 anos, não ser/estar acometido de doenças infectocontagiosas nem possuir defeitos² que o impossibilitassem para o aprendizado do ofício.

A comprovação dos requisitos teria que ser atestada por autoridade competente e a comprovação de ser destituído de recursos financeiros dar-se-ia com atestados fornecidos por pessoas idôneas ou a juízo do diretor da escola, quando conhecesse pessoalmente as condições dos candidatos. Cada aluno poderia aprender um ofício, mediante consulta às suas aptidões e inclinações.

Previa-se que as escolas seriam fundadas e custeadas pelos Estados, Municípios ou associações particulares e poderiam gozar de subvenção da União, a partir da previsão de verba no orçamento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, aos quais as escolas eram vinculadas. Previa-se ainda, que a renda originada da comercialização dos produtos das escolas seria dividida em cotas para o diretor, o mestre e por todos os alunos da escola, segundo o grau de adiantamento deles na aprendizagem do ofício.

Depois da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o próximo marco na trajetória da Educação Profissional no Brasil foi o Projeto Fidélis Reis – encaminhado à Câmara em 1922 e aprovado em 1927 –, que previa o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país. Embora o projeto tenha sido sancionado pelo Congresso Nacional, nunca foi executado porque “[...] o

² Essa grafia, própria do início do século XX, retrata a forma com que era designado, o que hoje, entendemos serem as pessoas com deficiência.

Tesouro não estava em condições de arcar com a despesa (...) para sua completa aplicação” (CIAVATTA; SILVEIRA, 2010, p.101).

As Escolas de Aprendizes Artífices foram uma política nacional do governo federal no ensino de ofícios. Na figura 01 encontramos alunos na cidade do Rio de Janeiro, em 1909.



Figura 01 - Escola de Aprendizes e Artífices Rio de Janeiro – 1909
 Fonte: Disponível em: <<http://portal1.iff.edu.br/conheca-o-iffuminense/galeria-de-fotos-do-historico/escola-de-aprendizes-e-artifices.jpg/view>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

No entanto, o Projeto Fidélis Reis é digno de registro neste trabalho por conta dos pressupostos filosóficos e ideológicos que a ele subjaziam e das tensões que permearam os embates e o demorado debate em torno do seu conteúdo e até sua sanção pelo Congresso Nacional.

Desde sua gênese, a educação profissional, conforme vimos na justificativa do decreto que instituiu as escolas de aprendizes artífices, era direcionada às classes menos favorecidas e, portanto, era e, poder-se dizer, que ainda é estigmatizada pelas elites.

Em 1922, o deputado mineiro Fidélis Reis encaminhou à Câmara Federal um projeto de lei que previa a obrigatoriedade do ensino profissional em todos os

estabelecimentos de ensino primário e secundário do país, ou seja, a todos os estudantes e, portanto, indistintamente para pobres ou ricos e esse projeto foi considerado:

O mais radical de quantos projetos já haviam surgido no Brasil a respeito do ensino profissional, tornando-o obrigatório no País. Nunca se havia ido tão longe; pugnava-se pela ideia, combatia-se pela implantação de mais escolas daquele gênero, mostrava-se a necessidade da formação de um operariado consciente de sua profissão, porém destinava-se, sempre, qualquer tentativa às classes pobres, aos desafortunados, aos deserdados da sorte. O projeto Fidelis Reis, entretanto, tornava aquele ramo de ensino extensivo a todos, pobres ou ricos, desfavorecidos da fortuna ou representantes das classes abastadas (SOARES, 1995, p.98).

Segundo Riccioppo (2013) transcender o estigma de que a educação profissional deveria ser direcionada às classes menos favorecidas foi motivo de muitos embates em torno da proposta de Fidelis Reis³ que, para dar consistência às suas argumentações, teria trocado cartas com Albert Einstein, Henry Ford e Lênin, com o objetivo de buscar posicionamentos que corroborassem seus argumentos em prol da obrigatoriedade do ensino profissional obrigatório com vistas ao desenvolvimento do país ao mesmo tempo em que se descolasse dele o estigma de inferioridade.

Segundo Ciavatta (2010), Fidelis Reis teria citado, inclusive, uma opinião de Einstein sobre o ensino profissional, dada numa entrevista concedida à Moskowski à época, em que disse Einstein:

Em minha opinião, o verdadeiro meio de estabelecer um contato entre a vida pública e a escola é instituir, compulsoriamente, o aprendizado de um ofício. Todos os rapazes devem saber um ofício; qualquer que seja a escolha, devem alcançar qualquer habilitação técnica, de carpinteiro, ou marceneiro, encanador, serralheiro etc. O aprendizado técnico preenche dois grandes propósitos: a formação do ser ético e a solidariedade com as grandes massas do povo. A escola não pode ser uma fonte de jurisprudentes, literatos e advogados, nem meramente a fábrica de máquinas mentais. Prometeu, segundo o mito, não começou a ensinar aos homens a astronomia, mas principiou pelo fogo e suas propriedades e usos práticos (CIAVATTA, 2010, p.100).

³ As cartas enviadas por Reis e as respostas obtidas favoráveis à iniciativa do Projeto Fidélis Reis de tais personalidades estão no acervo documental do Centro de Formação Profissional Fidélis Reis do SENAI – Uberaba-MG. Esses documentos foram frequentemente utilizados para reforçar pelo deputado suas argumentações na Câmara e na imprensa em prol do ensino profissional obrigatório no país. (RICCIOPPO, 2013, p.8).

A oficina de aprendizado (figura 02) caracterizava como um elemento de formação humana, com o objetivo de se estabelecer a aprendizagem de um ofício, com a habilitação técnica. Ademais, pautavam-se o propósito da formação ética e social dos jovens.



Oficina de aprendizado e fabricação de calçados feitos pelos próprios alunos - década de 60.

Figura 02 – Aprendizado Agrícola 1960 – Inconfidentes/MG

Fonte: Disponível em: <[https://100anos.Institutos Federais.IFSULDEMINAS.edu.br/portal/index.php/nggallery/page/2?page_id=165](https://100anos.InstitutosFederais.IFSULDEMINAS.edu.br/portal/index.php/nggallery/page/2?page_id=165)>.

Acesso em: 18 out. 2017.

Fidelis Reis defendeu a tese de que a educação profissional seria condição *sine qua non*⁴ para o desenvolvimento do país redimindo-o da dependência econômica e se esforçou para mudar a concepção da cultura escravocrata que estigmatizava os trabalhos manuais por considerá-los inferiores e realizáveis apenas pelos menos favorecidos economicamente.

Seu projeto, portanto, tramitou durante cinco anos e só foi sancionado em 1927, pelo Decreto 5.241, em 22 de agosto. No entanto, foi aprovado com várias emendas que destoaram o projeto inicial, o qual previa a obrigatoriedade irrestrita,

⁴ *Sine qua non* ou *conditio sine qua non* é uma expressão que se originou do termo legal, que em latim pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode ser”. Refere-se a uma ação cuja condição ou ingrediente é indispensável e essencial.

ou seja, nos níveis primário e secundário, mas foi aprovado com a obrigatoriedade apenas as escolas primárias mantidas pela União.

Por fim, a Lei não chegou a ser executada, segundo o governo por falta de verba, mas Fidelis Reis foi considerado um “parlamentar de visão profética” porque ele se antecipara em 50 anos, a uma decisão que foi tomada, anos mais tarde, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71, que contém a retomada e a sistematização da obrigatoriedade do ensino profissional.

Um pouco mais adiante, já na Era Vargas (1934-1945), o ano de 1937 deixa mais duas marcas na trajetória da educação profissional do Brasil. Foi o ano da promulgação, por Getúlio Vargas, da Constituição de 1937, a qual foi a primeira Constituição a versar sobre o ensino profissional e, mais uma vez, expressamente vinculando a educação profissional aos desfavorecidos economicamente:

Art. 129. (...) O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937b)

Antes disso, no mesmo ano, a Lei n. 378/37, artigo 37, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus (figura 03), destinados ao ensino profissional (BRASIL, 1937a).



Figura 03: Prédio do Liceu de Artes e Ofícios na antiga Rua da Guarda Velha
Fonte: Disponível em: <<http://diariodorio.com/historia-do-liceu-de-artes-e-oficios/>>
Acesso em: 22 ago. 2017.

Em 1931 a chamada “Reforma Francisco Campos” estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário com a fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização.

O ensino secundário que surgia no início da década de 1930 era um ciclo de estudos longos e teóricos, que contrastava com os estudos curtos e práticos do ensino técnico-profissional ou normal. Naquele momento histórico o ensino secundário era, como afirmou o historiador francês Lucien Febvre, “o todo poderoso império do meio”, que contribuía, decisivamente, para formar as elites

dirigentes que se endereçavam aos cursos superiores – tanto na França como no Brasil.

Em 1942, o sistema educacional brasileiro passou por uma série de transformações a partir de um conjunto de Decretos-lei⁵ que culminaram no que ficou conhecido como “Reforma Capanema”. Liderada pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Reforma Capanema alterou significativamente o sistema nacional de educação, cuja legislação teve como objetivo:

(...) reformar e padronizar todo o sistema nacional de educação, com vistas a adequá-lo à nova ordem econômica e social que se configurava no Brasil naquela época (expansão do setor terciário urbano, constituição de uma classe média, do proletariado e da burguesia industrial, resultante da intensificação do capitalismo no país)⁶.

A principal lei foi a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 e o Decreto n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 que transformou os Liceus em Escolas Industriais e Técnicas e, formalmente, a partir desse ano houve uma vinculação do ensino industrial à estruturação do ensino no país, a figura 04 mostra a Escola Industrial de Natal.

⁵1) Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 – Cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); 2) Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Industrial; 3) Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Secundário; 4) Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943 – “Lei” Orgânica do Ensino Comercial; 5) Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Primário; 6) Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal; 7) Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Criam o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e; 8) Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola.

⁶Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm>. Acesso em: 28 fev. 2017.



Figura 04: Escola Industrial de Natal/RN

Fonte: Disponível em: <<http://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Os principais pontos, pois, a se destacar sobre o ensino profissional a partir da Reforma Capanema foram: 1) o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; 2) o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; 3) os cursos foram divididos em dois níveis no novo ensino médio: cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e curso técnico industrial (três anos de duração mais um ano de estágio supervisionado na indústria compreendendo várias especialidades (BRASIL, 1942a); 4) os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior na área equivalente.

No contexto educacional da Reforma Capanema, na dimensão socioeconômica, a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, o que gerou empréstimos financeiros dos Estados Unidos da América ao Brasil, através do acordo “*Lend and Lease*”⁷ e uma consequente impulsão na indústria brasileira que o Governo Vargas:

(...) com a ajuda dos norte-americanos, através do sistema “Lend and Lease”, conseguiu armar suas Forças Armadas e adquirir o capital necessário para a construção de uma siderúrgica, iniciando o

⁷O sistema “*Lend and Lease*” foi um acordo firmado em 03 de março de 1942 entre Estados Unidos e Brasil, na modalidade “empréstimo-arrendamento”, o qual contou com cifras que somaram quase 300 milhões de dólares. (FERRER, 2013).

desenvolvimento da indústria nacional e se transformando no principal aliado dos EUA na região. Foi o único país latino-americano que enviou tropas para combater no continente europeu (Itália). A ideia do Governo Brasileiro era obter uma posição de destaque no mundo pós-guerra, se convertendo no país mais importante da América Latina. (FERRER, 2013, p.37)

O acordo *Lend and Lease* contemplou o armamento bélico das Forças Armadas do Brasil que recebeu quase dois terços de todo o material bélico que os Estados Unidos enviaram à América Latina. No âmbito dessa parceria, outros acordos foram firmados, dentre eles o refinanciamento da dívida externa do Brasil e fundos para a construção de uma siderúrgica em Volta Redonda, com a qual o governo tinha o objetivo de estimular as atividades industriais.

Segundo Ferrer (2013) em contrapartida, os Estados Unidos poderiam facilmente utilizar as bases e portos brasileiros de modo a gerir o sistema para a defesa continental com sua participação na guerra pelo Atlântico Sul. Esses fatos explicam ou justificam a Reforma de Capanema, diante da necessidade de impulsionar, também, a formação técnica profissional com vistas à mão de obra qualificada para atuação nas indústrias.

Em 1959, o Decreto n. 47.038 de 16 de outubro de 1959, que regulamentava a Lei n. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Industriais passaram a serem autarquias, ou seja, a ter autonomia didático-pedagógica, financeira e administrativa e passaram a se chamar Escolas Técnicas Federais. Na figura 05 mostra os alunos trabalhando com torno na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte



Figura 05: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte – 1959
Fonte: Disponível em: <<http://centenario.ifrn.edu.br/cronologia>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

Nesse contexto da concessão de autonomia didática e de gestão às escolas técnicas, temos outro fato sócio-histórico da trajetória da educação profissional no Brasil, o aprofundamento da relação entre Estado e Economia marcado pelo Governo de Juscelino Kubitschek – JK (1956-1961):

Ao ser eleito com o programa para “fazer o Brasil progredir 50 anos em 5”, JK propunha desenvolver políticas voltadas estradas, energia, transportes e construção de Brasília. Seu Programa de Metas priorizou a educação para formação técnico-profissional para implementação de indústrias de base. No anseio de desenvolver o plano de governo, difundiu-se ilimitado otimismo e confiança nas potencialidades do País, transformando-se em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento, com política centrada no desenvolvimento industrial e reforçada pela ideologia desenvolvimentista. (BARREIRO, 2010, p.26)

Nesse período, no âmbito educacional, o governo tinha como objetivo formar profissionais capacitados para a realização das metas de desenvolvimento do país expressas pelo Plano de Metas. O Plano de Metas era o programa de governo desenvolvimentista de JK, consolidado por um conjunto de 31 objetivos a serem alcançados em diversos setores da economia, sendo o 31º a construção de Brasília e a mudança da capital federal.

Ao final do Governo JK e no início do Governo João Goulart, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cujo projeto esteve em discussão desde 1947. Sua promulgação marcou o final da Reforma Capanema e atendeu a reivindicações antigas em relação à democratização da educação nacional e da valorização do ensino industrial e das Escolas Industriais e Técnicas.

A LDB n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna compulsório o ensino técnico-profissional de todo o currículo do segundo grau diante da urgência e necessidade de formar técnicos no país. Neste momento o Deputado Fidélis Reis foi reconhecido como um “parlamentar de visão profética”, pois meio século antes ele lutara por isso conforme explanado anteriormente.

Na trajetória da educação profissional, depois da compulsoriedade do ensino técnico-profissional, na década de 70, só duas décadas depois é que houve alteração em termos legais, a partir da Lei 8.498, de 08 de dezembro de 1994, a qual cria o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e prevê a transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica e, com isso, se encerra a trajetória dos principais marcos da educação profissional no século XX. As mudanças ocorridas no século XXI serão apontadas mais à frente.

Nos anos 1970, com a aceleração do crescimento econômico, houve uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, surgiram os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS, que tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos.

Dezesseis anos depois, os CEFETS viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Absorveram as atividades das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o País para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.

As Escolas Agrotécnicas Federais “EAFs” são instituições de ensino subordinadas à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), caracterizadas por ministrar cursos técnicos em nível

médio nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Enologia, Zootecnia e Infraestrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. A rede de Escolas Agrotécnicas Federais é constituída de 46 unidades, funcionando como autarquias educacionais federais, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar.

As EAFs⁸ adotam como metodologia de ensino o sistema Escola Fazenda, obedecendo ao princípio “aprender a fazer e fazer para aprender” que dá oportunidade ao aluno vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional. O sistema Escola Fazenda utiliza dois processos distintos que funcionam integrados: as Unidades Educativas de Produção – UEP e a Cooperativa Escola. As atribuições do técnico de nível médio egresso de uma EAF estão de acordo com a Lei n. 5.524, de 05 de novembro de 1968, e Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

2.2 AS ESCOLAS AGROTÉCNICAS DE MUZAMBINHO, MACHADO E INCONFIDENTES DO SUL DE MINAS GERAIS.

O Ensino Agrícola foi instituído, conforme já mencionado, durante a Reforma Capanema, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, no contexto do desenvolvimento impulsionado pelo empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial. O Decreto n. 22.470, de 20 de janeiro de 1947, fixa a rede de estabelecimento de ensino agrícola no território nacional, segundo Romanelli (1998).

2.2.1 Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho

A Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho está localizada no município mineiro de Muzambinho, ao sul de Minas Gerais, figura 06.

⁸ Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eafs-escolas-agrotecnicas-federais/>>. Acesso em: 01 set. 2017.

Os conhecimentos sobre a história de Muzambinho nasceram do trabalho dos profissionais de história, colaboradores, jornalistas e outros interessados em construir a história de um município que, ao longo dos anos, transformou-se em um grande referencial no imenso estado mineiro.

Muito se discute sobre a fundação do povoado, mas cabe ressaltar aqui que de uma forma ou de outra, todos os habitantes dessa região, heróis ou anônimos, contribuíram para que essa terra abrigasse de modo acolhedora as pessoas que residiam e que hoje residem por aqui⁹. Não se pode afirmar quem chegou primeiro ao local onde se formaria o povoado, se os escravos africanos ou os descendentes de portugueses.

Em termos legais, de acordo com o Arquivo Público Mineiro e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, o povoado surgiu antes de 1.852, sendo Pedro de Alcântara Magalhães considerado um dos pioneiros da fundação. Com terras doadas por Maria Benedita Vieira, Ingracia Destarte, José Braga e João Vieira Homem, o povoado recebeu o nome de São José da Boa Vista do Cabo Verde. Isso porque o povoado pertencia ao município de Cabo Verde, segundo o gráfico sobre o desdobramento de Vila Rica, datado de 1711.

Em 30 de Novembro de 1.880, a vila passou à condição de cidade e ao mesmo tempo, de comarca, com o nome de Mozambinho. Sua primeira Câmara Municipal foi dirigida pelo Coronel Cesário Cecílio de Assis Coimbra, que foi empossado como presidente da casa no dia 09 de janeiro de 1881 pelo então presidente da Câmara Municipal de Cabo Verde, Tenente Coronel Luiz Antônio de Moraes Navarro. “Com o decorrer do tempo, o nome passou a ter a atual grafia com ‘U’. Em relatórios do governo da província no século XIX, o local é grafado como Mosambinho ou Mossambinho”¹⁰.

Desde os tempos das aulas na casa do Sr. Francisco Navarro, do Lyceu Municipal, do Grupo Escolar Cesário Coimbra, do Ginásio São José, Muzambinho sentiu a necessidade do desenvolvimento do saber e para contemplar tal

⁹Disponível em: <<http://imagens.gportais.com.br/historicos/muzambinho/histoficial.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2017.

¹⁰ Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

preocupação e, sentindo a realidade agrícola local, em 1953 é inaugurada a Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.

A escola começou a funcionar no início do ano de 1948, mas sua inauguração oficial aconteceu no dia 22 de novembro de 1953 com a presença de várias personalidades nacionais como o governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Gustavo Capanema, Assis Chateaubriand e o Presidente Getúlio Vargas, então de volta ao poder, eleito pelo povo.

O município de Muzambinho atualmente não é nada diferente dos tempos passados, a disputa política local é sempre acirrada, mas democrática, visto que vivemos um período de intensa transformação nacional e os debates políticos ficam na esfera das propostas de mudanças.

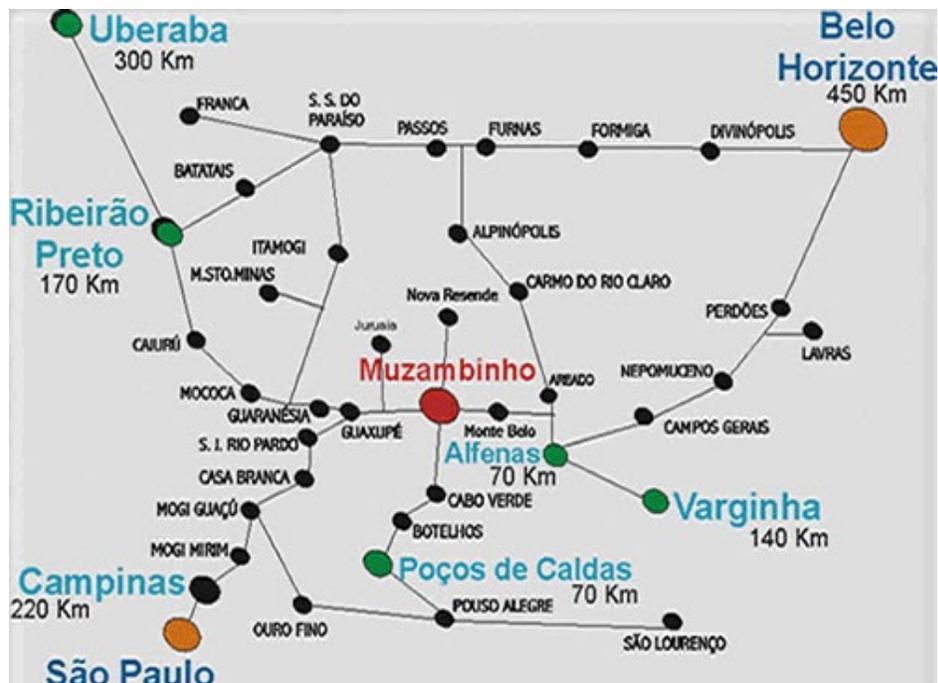


Figura: 06: Localização do município de Muzambinho¹¹
 Fonte: Disponível em: Google. Acesso em: 30 de out. 2017.

A Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS,

¹¹Disponível:<http://2.bp.blogspot.com/_pn4L1aDbmjQ/SgDPCm9RTOI/AAAAAAAAAC8/_fHplBdTvxs/w1200-h630-p-k-no-nu/Mapa+de+localiza%C3%A7%C3%A3o+de+Muzambinho.jpg>. Acesso em: 30 out. 2017.

Campus Muzambinho completa, em 2017, 64 anos de existência. A história¹² da instituição começa com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola n. 9.613/46 e do Decreto 22.470/47 que instituiu a rede do ensino agrícola no país

A partir daí, o então Deputado Federal Dr. Lycurgo Leite Filho¹³, natural de Muzambinho-MG, que se elegeu deputado por três pleitos consecutivos (1946-1959) e tendo o seu primeiro mandato coincidido com a lei que criou a rede de ensino agrícola, iniciou uma exaustiva empreitada para o estabelecimento de uma escola agrícola em Muzambinho. Foi uma época em que no âmbito municipal imperavam grandes divergências políticas e, sem considerar as grandes vantagens para a cidade com a criação da escola, seus adversários políticos faziam-lhe firme oposição, o que dificultava as negociações entre os proprietários das terras onde seria instalada a escola e a prefeitura municipal.

Apesar desse cenário político, em 22 de outubro de 1948, o Deputado Lycurgo conseguiu a assinatura do primeiro Termo de Acordo entre o Governo Federal e o Estado de Minas Gerais, com validade de um ano, para instalar, no município de Muzambinho, a Escola Agrotécnica, que seria vinculada ao Ministério da Agricultura.

No entanto, apesar da assinatura do acordo, a cidade quase perdeu o direito à Escola uma vez que a prefeitura tinha como limite o último dia do ano de 1948 para formalizar a doação das terras para sua construção. Ocorre que apenas no dia 31 de dezembro de 1948 foi que chegou à cidade o funcionário do Ministério da Agricultura, o engenheiro agrônomo Hercílio Vater Faria, para receber as terras. Tais terras foram escolhidas por uma comissão formada por dois engenheiros agrônomos: Luiz Mendes de Carvalho e Bolívar Miranda Lima e pelo médico Americano Dalto de Almeida.

Toda a negociação em torno da escolha das terras foi tensa uma vez que o mesmo local era cotado para sediar o Aeroclube de Muzambinho. Além disso, os proprietários foram coagidos pelas oposições políticas a não facilitar as

¹²As informações sobre o histórico da Instituição, quando não houver referência explícita a outras fontes, foram obtidas no site do Campus Muzambinho, na aba "Histórico". Disponível em: <<http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/o-instituto/instituto>> Acesso em: 14 fev. 2017.

¹³Dados sobre o Deputado Lycurgo Leite Filho foram encontrados nos Verbetes Biográficos da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/leite-filho-licurgo>> Acesso em: 14 fev. 2017.

negociações. A prefeitura teve que ameaçar a desapropriação das terras para que a negociação ocorresse e, quando cederam, exigiram que o pagamento fosse feito em dinheiro, o que teve que envolver o gerente do Banco Nacional de Minas Gerais Pedro Primeiro Gouveia do Prado que se prontificou a providenciar o dinheiro a partir do endosso por um grupo de cidadãos a um título emitido pela prefeitura no valor de setecentos e vinte contos de réis.

Houve grande movimentação na cidade diante da iminência do fracasso da empreitada, mas, na mesma noite do dia 31 de dezembro de 1948, a Câmara Municipal de Vereadores de Muzambinho reuniu-se em sessão extraordinária para votar a lei que autorizava a prefeitura a doar ao Governo da União as terras demarcadas pela comissão instituída para escolha das terras.

Em janeiro de 1949, a Prefeitura Municipal de Muzambinho, com procuração, outorgou poderes ao Deputado Estadual Manoel Taveira de Sousa para assinar a Escritura de Doação ao Governo da União e, logo a seguir, o engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura Hercílio Valter Faria iniciou as providências para a construção da escola, entrando em contato com fornecedores de materiais e providenciando mão de obra. Nesse contexto, o grupo político que defendia a construção do Aeroclube se fez, registrando o encerramento de suas atividades.

Em primeiro de julho de 1949 iniciou-se, oficialmente, a construção da Escola Agrotécnica de Muzambinho. Em 1950 as obras foram paralisadas devido a dificuldades no repasse de verbas para pagamento de pessoal e, como era período eleitoral, o Executor do Acordo e responsável pela obra, Hercílio Faria, foi convocado a comparecer ao Rio de Janeiro, onde ficou até as eleições.

Em 1951 as obras foram reiniciadas e, em dezembro de 1952, o Deputado Lycurgo Leite Filho conseguiu uma verba suplementar do Governo para a construção de uma usina hidrelétrica e todo o material utilizado foi fabricado no sul da Alemanha especialmente para a Escola.

Na primeira quinzena de fevereiro de 1952 foram realizadas inscrições para o primeiro exame para ingresso no Curso de Iniciação Agrícola, com previsão de início das atividades para março, sob a direção de Hercílio Vater Faria.

Inscreveram-se, ao todo, quatrocentos e cinquenta e três candidatos, tendo sido classificados cento e quarenta e seis.

Na segunda quinzena de fevereiro, a Escola recebeu a visita do então Ministro da Agricultura, João Cleóphas, do Deputado Lycurgo Leite Filho e de Membros do Gabinete Ministerial a fim de realizarem uma inspeção para promover a vinda do Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas para a inauguração oficial do Estabelecimento.

Em 22 de novembro de 1953, chegou a Muzambinho o Presidente da República Getúlio Vargas acompanhado de uma comitiva para a inauguração a Escola Agrotécnica de Muzambinho (Figura 07). Integraram essa comitiva dois mineiros que posteriormente viriam a ser Presidentes da República: Juscelino Kubitschek, então Governador do Estado de Minas Gerais, e Tancredo Neves, então Ministro da Justiça do Governo Vargas.



Figura 07: Inauguração da EAF de Muzambinho – 1953 – Da esquerda para a direita Tancredo Neves, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek

Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/historico>>

Acesso em: 12 jul. 2017.

Compunham também a comissão o Ministro da Agricultura João Cleóphas, o Senador Assis Chateaubriand, o Deputado Lycurgo Leite Filho e Renato Costa Lima, representante do Governo do Estado de São Paulo, além de oficiais de Gabinete da Presidência da República, ajudantes de Ordens, Parlamentares e a Guarda Pessoal do Presidente comandada pelo Tenente Gregório Fortunato, que

pernoitaram na Escola. Prefeitos, vereadores, autoridades e populares de toda a região participaram da inauguração.

A inauguração aconteceu no dia 22 de novembro (figura 08), com uma missa na Matriz São José e desfile cívico na Av. Dr. Américo Luz, onde o presidente fez um discurso acompanhado de todos os políticos, representantes municipais e convidados.



Figura 08: Populares presentes à Cerimônia de Inauguração da EAF de Muzambinho/MG
Fonte: Disponível em: <<http://soumaismuzambinho.com.br/inauguracao-da-escola-agrotecnica-federal-de-muzambinho-1953/>> Acesso em: 25 jul. 2017.

A inauguração da Escola movimentou centenas de pessoas com os preparativos para receber o Presidente da República, estudantes, funcionários públicos e autoridades. Os dias que antecederam a visita foram de grande expectativa para todos e a movimentação de se deu em vários âmbitos, a rua pela qual a comitiva passaria e na qual houve o desfile da inauguração chamava-se 29 de outubro, uma referência à data em que Getúlio Vargas havia sido deposto no seu mandato anterior, em 1945. O que fez com que o nome da rua fosse mudado às pressas, passando a chamar Capitão Heleodoro Mariano, nome de um ex-prefeito da cidade. A figura 09 mostra o Desfile da Inauguração, figura 09 e 10 na Rua Capitão Heleodoro Mariano.



Figura 09: Desfile da Inauguração na Rua Capitão Heleodoro Mariano.
 Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/historico>>
 Acesso em: 23 ago. 2014.

Segundo informações do Senhor Messias Gomes de Mello, então prefeito, foi organizada uma grande festa para a população, no centro da cidade, e o evento contava com a presença do Presidente. No entanto, ele não compareceu, tendo ficado apenas na Escola Agrotécnica, na figura 10 observamos a banda da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.



Figura 10: Banda da Escola Agrotécnica de Muzambinho/MG.
 Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/historico>>
 Acesso em: 23 ago. 2017.

Getúlio Vargas, enquanto presidente da República, chegava a Muzambinho acompanhado de uma comitiva para a inauguração da escola, que,

posteriormente, transformou-se em Capital Provisória da Presidência da República durante os dias em que permaneceu em Muzambinho. Na figura 11 e 12 o então Presidente da república Getúlio Vargas faz o discurso de inauguração da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho.



Figura 11: Getúlio Vargas no pronunciamento de Inauguração da Escola
Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/historico>>
Acesso em: 23 ago. 2017.



Figura 12: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves no palanque do desfile de inauguração.
Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/historico>>
Acesso em: 23 ago. 2017.

Ao longo de toda a sua existência, a Escola Agrotécnica de Muzambinho sempre esteve ligada ao ensino agrícola, formando profissionais para atuar na agropecuária. Durante sua trajetória recebeu três denominações: Escola Agrotécnica de Muzambinho (1953-1964); Colégio Agrícola de Muzambinho (1964-1979); Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho (1979-2008) e, atualmente de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Muzambinho.

2.2.2 Escola Agrotécnica Federal de Machado

A Escola Agrotécnica Federal de Machado (EAFM) está localizada no município de Machado¹⁴, no sul de Minas Gerais figura 13.

Os primeiros registros históricos relativos ao município de Machado datam de 1750, quando suas terras passaram ao domínio definitivo à capitania de Minas Gerais, depois de muitas lutas com os paulistas. Naquela época ainda era apenas ponto de parada de tropeiros e boiadeiros, que passavam por aqui.



Figura 13: Localização do município de Machado
Fonte: Disponível em: <<http://www.guiahospedagem.com/img/mg-machado.jpg>>
Acesso em: 30 out. 2017.

¹⁴Disponível em: <<http://www.machado.mg.gov.br/HomeSite/Historico>> Acesso em: 28 jul. 2017.

Com a notícia de que as terras eram de excelente qualidade, gente disposta a plantar logo apareceu por aqui, mas a história de Machado propriamente dita iniciou-se entre 1810 e 1815, quando se instalaram na região o tenente Antônio Moreira de Sousa e Joaquim José dos Santos, que organizaram duas fazendas, desenvolvendo a agricultura e pecuária, formando um pequeno povoado.

Com o crescimento do povoado, a fazendeira Ana Margarida Josefa de Macedo acabou por doar um terreno de 9 alqueires para a construção de uma capela, após a licença concedida em 1818 por Dom Mateus de Abreu Pereira, bispo de São Paulo. Considerou-se aí fundada a povoação dentro das normas eclesiásticas da época.

Primeiramente, o lugar era conhecido como Região do Jacutinga, depois Campus do Machado, Jacutinga, Sacra Família e Santo Antônio do Machado e, finalmente, Machado. O nome atual foi oficializado em 7 de setembro de 1923, pela Lei Estadual n. 843. A origem de seu nome tem duas histórias. A primeira conta que grupo de bandeirantes teria perdido um machado às margens do rio que corta a cidade. O povo acabou por batizar o rio como “Rio do Machado” e logo o povoado ficou conhecido pelo mesmo nome. Outra explicação é a de que grande parte das terras do povoado pertencia a uma família de sobrenome Machado, originária da cidade de Caldas. O local teria então adotado o nome dos fazendeiros.

No Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, encontram-se referências sobre essa família. A emancipação deveu-se ao deputado Astolpho Pio. A povoação pertenceu, sucessivamente, às cidades de Cabo Verde, Jacuí, Caldas e Alfenas. Por provisão do bispo D. Antônio Martiniano de Oliveira, de 5 de agosto de 1852, tornou-se curato independente.

De curato passou à freguesia por Lei Provincial n. 809, de 3 de julho de 1857. A Lei Provincial n. 2.684, de 30 de novembro de 1880, elevou a freguesia à vila. Finalmente, no dia 13 de setembro de 1881, foi decretada a emancipação político-administrativa de Machado, separando-o de Alfenas (MG).

Em 2010 o município possuía 38.688 habitantes de acordo com o IBGE.

A Escola de Iniciação Agrícola de Machado foi inaugurada em 03 de julho de 1957 e completa no ano de 2017 sessenta anos. Foi o Ginásio Agrícola de Machado (1964-1979); Escola Agrotécnica de Machado (1979-2008) e, a partir de 2008, tornou-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, Campus Machado. Na figura 14 a banda dos alunos EAF de Machado em frente ao prédio principal da escola.



Figura 14: Banda dos alunos EAF de Machado em frente ao prédio principal.
Fonte: Disponível em: <<http://www.mch.IFSULDEMINAS.edu.br/instituto/1-historia>>
Acesso em: 28 jul. 2017.

Desde a sua criação, em 1957, ainda como ginásio agrícola, a Escola Agrotécnica Federal de Machado – EAFM se inseriu no contexto das orientações do MEC decidindo, em 1978, ofertar nível técnico também na área agrícola (SILVESTRE, 2010).

Em 1997, a EAFM passou a ofertar cursos técnicos em outras áreas, o que trouxe inquietações aos docentes por receio de haver um desvio da vocação agrícola. Todavia, os docentes que atuaram nas novas áreas de ensino não pertenciam ao quadro permanente da EAFM e aos poucos outros novos cursos foram se firmando.

No ano de 2005, a EAFM decidiu instalar seu primeiro curso superior, de Tecnologia em Cafeicultura, o que exigiu a criação de novas instalações e atuação da maioria do corpo docente do seu quadro efetivo (SILVESTRE, 2010).

Em 2008, a escola a partir da publicação da Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo seu nome alterado para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – Campus Machado – MG.

2.2.3 Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes

A Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (EAFI) está instalada no município de Inconfidentes, ao sul de Minas Gerais, figura 15. O município localiza-se a 869 metros de altitude e seu clima é tropical de altitude, com média anual de 18°C. No Sul de Minas Gerais, o município se assenta numa área de 145 quilômetros quadrados. O Rio Mogi Guaçu é o principal curso d'água.

Com uma economia basicamente voltada para o turismo de compras, indústria têxtil e para a agropecuária, o município destaca-se pela produção de café, alho, leite, milho, bucha vegetal, banana, feijão e na década de 70 e 80 era considerada a capital nacional do alho devido a grande expressão econômica que a lavoura tinha na época para os produtores agrícolas, mas desenvolve também atividades industriais de extração de minérios e areia. Tudo surgiu quando, em 1909, o Governo do Estado doou à União 810 hectares de terras para criação de uma colônia agrícola para estrangeiros.

Os bandeirantes, estabelecidos às margens do rio Mogi Guaçu, atraídos pelo ouro das Gerais, foram os primeiros habitantes da região onde se situa Inconfidentes. E, enquanto os maridos cuidavam das lavouras, as mulheres faziam crochê em suas casas. Aos poucos, o comércio dos produtos feitos à mão foi ganhando notoriedade e, assim, o crochê foi tornando-se uma das principais fontes de renda do Município.

Neste estudo observou-se que o Campus Inconfidentes do IFSULDEMINAS tem um papel importantíssimo na economia do município também, pois os estudantes além de adquirirem bens e produtos no comércio do município também prestam pequenos serviços aos comerciantes do local.

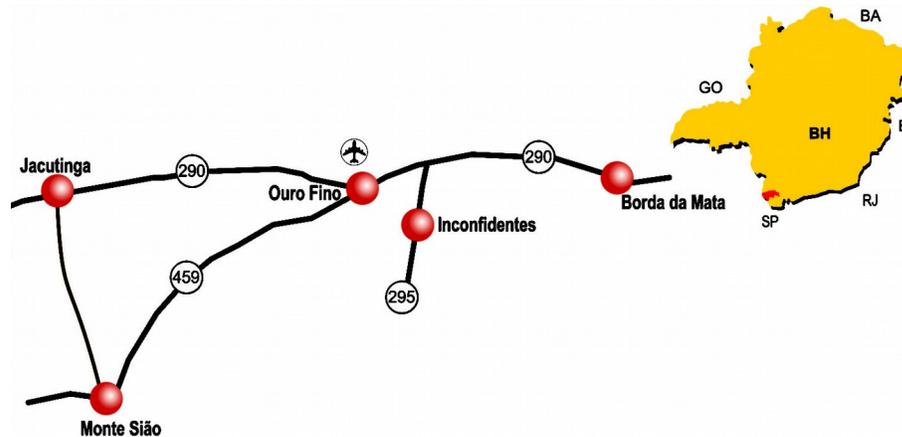


Figura 15: Localização do município de Inconfidentes.
Fonte: Circuito Turístico das Malhas.

A origem do município se deu com a vinda dos bandeirantes em busca de ouro nessa região. Eles foram os primeiros habitantes de Inconfidentes¹⁵. Instalaram-se às margens do Rio Mogi Guaçu, que então pertencia ao Município de Ouro Fino, MG. Como a atividade mineradora não surtiu o efeito esperado, o povoado de Mogi Acima, primeiro nome do lugar, passou a dedicar-se à agricultura.

Foi então que o ouro-finense Júlio Bueno Brandão, que no exercício da presidência do Estado de Minas Gerais, de outubro de 1908 a abril de 1909, tomou todas as providências para a aquisição pelo Governo Estadual de terreno necessário à criação de uma Colônia Agrícola de Estrangeiros, no sul de Minas Gerais. Logo em seguida foi doado ao Governo Federal que, através do Ministério da Agricultura, iniciou a instalação da colônia em 22 de maio de 1910, sob a direção do engenheiro Dr. Carlos Pereira da Silva.

¹⁵Fonte: Texto/organização: Elaine Reberte com informações da Professora e historiadora Leyde Moraes Guimarães, texto atualizado pelo autor da pesquisa. Disponível em: <<http://www.inconfidentes.mg.gov.br/index.php/historia>> Acesso em: 17 out. 2017.

Essas terras, num total de 810 hectares, pertenciam a Joaquim Policarpo Alves da Cunha, Antonio Vieira Teles, José Luiz de Sousa, Lourenço Otaviano da Costa, Francisco da Costa, João Oliveira Simões, Antônio da Silva Rodrigues e outros. O Ministério da Agricultura, através do Serviço do Povoamento, dividiu essas terras em 205 lotes, que foram distribuídos pelos colonos, que eram: italianos, espanhóis, portugueses, russos, estonianos, franceses, suíços e outras nacionalidades.

A Colônia Agrícola tomou o nome de Núcleo Colonial Inconfidentes por determinação do Ministro da Agricultura, Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda, numa homenagem a Minas Gerais, em uma alusão aos heróis da Inconfidência Mineira, como Tiradentes e Alvarenga Peixoto, este último foi proprietário de uma fazenda no Município de Ouro Fino, na época em que o território pertencia a Campanha.

O Núcleo Colonial Inconfidentes era dirigido pelo Dr. Antônio de Arantes Bueno e por Teófilo Tavares Paes. A partir de 1918, passou a ser dirigido por um zelador, cargo que foi ocupado sucessivamente por Teófilo Tavares Paes, José Toledo e José Junqueira Júnior.

A função agrícola do núcleo foi reforçada com o decreto 12.983 de 28 de fevereiro de 1918 que criou o Patronato Agrícola Visconde de Mauá primeiramente na cidade de Resende/RJ e posteriormente no ano de 1920 com mesmo nome na cidade de Ouro Fino/MG e instalado no então Núcleo Colonial de Inconfidentes, que se constituiu como cidade em 1962. Estabelecimento, que através dos tempos se transformou em: Aprendizado, Escola de Iniciação Agrícola, Escola Agrícola, Ginásio Agrícola, Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – EAFI e atualmente campus Inconfidentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, mostrando que o município de Inconfidentes nasceu junto com a escola, fazendo com que a identidade da escola se confunde à identidade do município, a escola vem atender as necessidades da região.

Durante a época do Núcleo Colonial de Inconfidentes, em 1912, foi iniciada a construção da capela pelo Dr. Antonio de Arantes Bueno Diretor do Núcleo. Foi

provisionado, em 9 de janeiro de 1913, sendo seu primeiro encarregado o Revmo. Sr. Cônego Heriberto Goellersdofer, sacerdote natural da Áustria.

Em 12 de dezembro de 1953, a Lei Estadual n. 1039/53, o Núcleo Colonial foi elevado a Distrito de Paz. Sua situação econômica favorável propiciou a criação do Município, em 30 de dezembro de 1962, com Lei n. 2764 e pelo mesmo ato o Distrito de Inconfidentes adquiriu foros de cidade. Sua instalação aconteceu no dia 1º de março de 1963. Antes da realização da primeira eleição municipal, o município de Inconfidentes foi administrado pelo Senhor Remo Morganti, como intendente municipal. O primeiro Prefeito do Município foi o farmacêutico Sr. Rogério Bernardes de Sousa, em seguida o Senhor Mário Bonamichi, este último era vice-prefeito ao lado do Prefeito Rogério Bernardes de Sousa e assumiu o cargo em virtude da renúncia do Sr. Rogério.

Segundo dados do IBGE¹⁶, a população estimada para 2017 era de 7.356 habitantes, considerando-se um aumento populacional, uma vez que o registro populacional em 2010 foi de 6.908 habitantes.

Dentre as três Escolas Agrotécnicas Federais que se transformaram em *campi* no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, a Escola Agrotécnica de Inconfidentes é a mais antiga e completa em 2018, 100 anos. Foi criada em 1918, apenas nove anos após a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices.

Na época, as escolas agrícolas eram Patronatos Agrícolas, figura 16 e 17. O Patronato Agrícola destina-se promover o desenvolvimento da agricultura, principalmente quanto às plantas frutíferas exóticas aclimatáveis na região, e o da horticultura e jardinocultura e a transformar menores abandonados e infratores vindo principalmente do Rio de Janeiro no seu início em especialistas fruticultores, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios agrícolas, eram vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

No final da década de 50, passou a chamar-se Escola Agrícola Visconde de Mauá, oferecendo o curso ginásial durante toda a década de 60¹⁷. A transição de Patronato Agrícola para Escola Agrícola ocorreu com o aprimoramento dos

¹⁶ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

recursos didático-pedagógicos e maior acompanhamento por parte das instâncias superiores em relação aos aspectos produtivos da escola, cujas principais atividades resultavam no envio de sementes selecionadas e animais de raça com registro para a cidade do Rio de Janeiro; no entanto, do ponto de vista administrativo e do relacionamento pedagógico, seguiam as mesmas normas do Patronato, no qual o bom comportamento era analisado pelos critérios como linguagem, classe social, atitudes corporais, dentre outros. Na figura 16 abaixo a primeira turma de 1948 pronta para iniciarem suas atividades na escola.



Figura 16: Primeira turma de 1948 – Acervo digital do Campus Inconfidentes

Fonte: Disponível em: <https://100anos.ifs.ifsuldeminas.edu.br/portal/?page_id=165>
Acesso em: 30 out. 2017.

Os estudantes do Patronato agrícola prestavam serviços na fazenda da escola como prática agrícola tanto no setor agrícola, como no zootécnico cuidando dos animais, além disso, aprendiam alguns ofícios como sapateiro, alfaiate, marcenaria e oficina de ferro.

¹⁷ As informações sobre a trajetória da Escola de Inconfidentes foram retiradas do site da instituição. Disponível em: <<http://ifs.ifsuldeminas.edu.br/index.php/a-instituicao/historico>> Acesso em: 20 fev. 2014.



Figura 17: Turma de 1948 da Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá” Inconfidentes/MG.
Fonte: Arquivo do Campus Inconfidentes.

Em 1943, no contexto da Reforma Capanema e obedecendo ao Decreto n.14.252, de 10 de dezembro, a escola dividiu-se em núcleos: Agricultura, Zootecnia, Indústrias Rurais e Administração¹⁸. Em 1947, obedecendo a um ofício emitido pela Comissão Brasileira Americana da Educação das Populações Rurais – CBAR foi criado um centro de treinamento para formação de trabalhadores rurais na escola. Sobre esse contexto, tem-se que:

Desde inícios dos anos 1940 observa-se a intensificação do interesse, por parte de entidades governamentais e privadas estadunidenses-como a *Inter-American Affairs Association* (AIA) de Nelson Rockefeller, pelos problemas do “recém-construído” conceito de Terceiro Mundo, nele incluindo-se, por certo, o Brasil. Em 1945, uma entidade privada americana e o Ministério da Agricultura assinaram o primeiro acordo de “cooperação” internacional no âmbito do ensino agrícola, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), cujas atribuições incluíam a implantação de Centros de Treinamento para trabalhadores rurais adultos, a proliferação de Clubes Agrícolas destinados à infância e juventude e a intervenção direta junto à formação de técnicos especializados e lideranças rurais, por intermédio de um programa educativo supostamente capaz de incutir nos trabalhadores adultos e jovens o “amor a terra e ao trabalho”. (MENDONÇA, 2010, p.142).

¹⁸ Disponível em: <www.ifs.ifsuldeminas.edu.br/a-instituicao/corpo-docente/72-lucia-ferreira>
Acesso em: 28 ago. de 2017.

A partir da criação do centro de treinamento para formação de trabalhadores rurais, passou a haver uma maior integração entre a escola e a comunidade e a escola começou a receber alunos de outros estados, tendo-se registros de alunos procedentes do Paraná, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, além de Minas Gerais e São Paulo, o estado mais próximo.

Em 1950, o Decreto n. 27.745, de 30 de janeiro, transforma a Escola Agrícola Visconde de Mauá em Escola Agrícola e, a partir daí, aumentaram os projetos agropecuários:

Através da organização das atividades profissionais, e já se efetivava uma distribuição e limitação de competências aos professores, partindo-se para uma divisão de atividades capaz de refletir uma escola de caráter mais didático-pedagógico, com a prática dos alunos norteada para aprendizagem mais orientada. Um exemplar do Regimento da Superintendência, aprovado pelo Decreto nº 52.666, de 11.10.1963, determinava instruções para a elaboração dos Regimentos dos estabelecimentos de Ensino Agrícola e de Economia Doméstica Rural da Rede Federal, contendo a estrutura geral da organização administrativa (IFSULDEMINAS, 2017).



Figura 18: Centro de Treinamento da Escola Agrícola de Inconfidentes/MG
Fonte: Disponível em: <<http://escolasagrotecnicas.blogspot.com.br/search?q=antigas>>
Acesso em: 28 ago. 2017.

A escola agrícola foi elevada a Ginásio em 1964. No entanto, durante nos cinco anos que se seguiram, o cenário foi repleto de dificuldades e houve um

trabalho intenso para a sobrevivência da escola. Durante esse período panorama foi de poucos recursos, redução da clientela e precariedade das instalações físicas. À época, conforme foi exposto anteriormente, o foco do governo era o investimento na indústria, a atenção estava mais voltada à educação industrial. Mas, a partir de 1973, esse cenário começa a melhorar com a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI:

Pelo Decreto nº 72434, de 09 de julho de 1973, é criada a COAGRI – Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, com a finalidade de “proporcionar, nos termos desse decreto, assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola” do MEC. O referido Decreto, em seu artigo 2º, assegura autonomia administrativa e financeira à COAGRI, criando um fundo de natureza contábil, fato que permitiu um avanço considerável nas escolas, uma vez que os recursos advindos da comercialização de produtos agropecuários produzidos pelas escolas passaram a ser reaplicados e não mais recolhidos ao Tesouro Nacional. A criação da COAGRI, para o Sistema de Ensino Agrícola Federal, possibilitou uma revitalização do ensino agropecuário, representando um marco na história das Escolas Agrícolas, pois, tendo iniciado suas atividades em 1976 como órgão autônomo da administração direta, proporcionou profundas transformações na administração e manutenção de uma rede de 33 Escolas Agrícolas Federais (SOBRAL, 2015, p.88).

Em 1978, a escola passou a ser a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, na época com 203 alunos matriculados, figura 19.



Figura 19: Fachada externa da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.
Fonte: Disponível em: <<http://mapio.net/o/4832099/>> Acesso em: 25 jul. 2017.

Impulsionado pelas políticas da Coordenação Nacional do Ensino Agrícola “COAGRI”, o ensino deu-se a partir do desenvolvimento do sistema “escola fazenda”, o qual se baseou no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”. Destaca-se, nesse modelo, a implantação da Cooperativa Escola, que funcionava como elo entre a Escola e o Mercado Consumidor consolidando o princípio mencionado e comercializando os produtos advindos da produção pelos alunos, ou seja, configurava a integração de três mecanismos: Sala de aula (aulas teóricas), Unidades Educativas de Produção – UEPs (aulas práticas) e Cooperativa Escola.



Figura 20: Escola Fazenda da EAF de Inconfidentes.
Fonte: Arquivo próprio do autor – 1979.

A figura 20 mostra o recolhimento do gado na Escola Fazenda da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, o que demonstra a realidade objetiva nessa escola de abordagem contextual de agropecuária.



Figura 21: Padaria da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes.

Fonte: Disponível em: <https://100anos.InstitutosFederais.IFSULDEMINAS.edu.br/portal/index.php/nggallery/thumbnails/page/2?page_id=165>
Acesso em: 20 jul. 2017.

Traços da industrialização já presentes na aprendizagem dos alunos, figura 21, a padaria. O ano de 1993 marcou uma nova dinâmica na Escola Agrotécnica, pois ocorre a autarquiaização, o que gera grandes mudanças administrativas e pedagógicas e, também, necessidade de ajustes para atender à crescente demanda da comunidade regional. Com isso, foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 alunos matriculados, figura 22.

A Escola seguiu-se expandindo cursos e vagas; em 1998, já contava com matrícula de 862 alunos ofertando cursos na área de Agropecuária com habilitações em: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia e Técnico em Agroindústria, na área de Informática a na habilitação de Técnico em Informática e na área de Geomática, a habilitação de Técnico em Agrimensura, nas formas concomitante e sequencial e efetivou-se separação do Ensino Médio do Ensino Profissional.



Figura 22: Desfile Semana da Pátria 1986.
Fonte: Acervo digital campus Inconfidentes.

Em 2006, dois anos antes de tornar-se IFSULDEMINAS, a Escola Agrotécnica de Inconfidentes contava com 1.795 alunos matriculados ofertando cursos técnicos nas modalidades subsequente, concomitante e PROEJA e curso de ensino superior buscando afirmação para propostas de expansão iniciadas em 2005.

3 A EXPANSÃO DO IFSULDEMINAS ENTRE 2009 A 2017

Os Institutos Federais foram criados conforme art. 5º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 em todos os Estados brasileiros, cuja finalidade e característica é ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, como processo educativo e investigativo, promovendo integração e verticalização da educação básica à educação profissional e superior (BRASIL, 2008, art. 6).

Desse modo, sua maior característica é fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional contribuindo com a redução das desigualdades sociais e regionais. Todavia, para que os Institutos Federais possam contribuir, é

necessário que estreitem relações com os territórios em que estão situados (SILVA; TERRA, 2013).

3.1 COMO, QUANDO E PORQUE A EXPANSÃO NESTA REGIÃO.

No quesito desenvolvimento, o Governo Federal determinou que o atendimento prioritário fosse de municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões, municípios e microrregiões não atendidas por escolas federais, visando contribuir para uma nação mais igualitária (SILVA; TERRA, 2013).

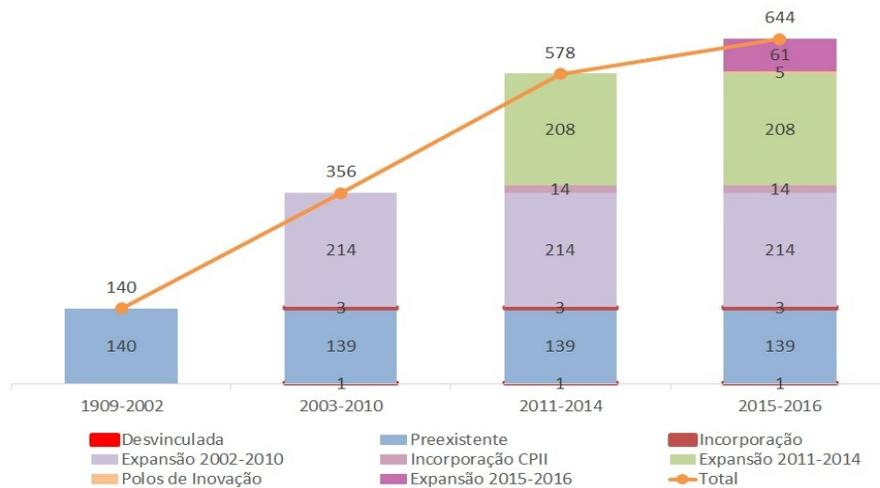


Figura 23: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica– em unidades.

Fonte: Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>
Acesso em: 18 ago. 2017.

As escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho foram reconhecidas pela qualidade na oferta de Ensino Médio e técnico e por isso unificada, nascendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

No início de 2008, quando o MEC anunciou que criaria os Institutos Federais de Educação, fizeram os mapas de como seria a distribuição dos Institutos Federais pelo Brasil, e as escolas agrotécnicas federais de

Inconfidentes, Machado e Muzambinho estavam inseridas no Instituto Federal de Minas Gerais junto ao CEFET Bambuí, escola agrotécnica Federal de São João Evangelista e Congonhas que pertencia ao CEFET Ouro Preto. Depois de várias batalhas políticas dos antigos diretores-gerais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho não admitindo uma sede tão distante como Belo Horizonte ou Divinópolis e com a interferência do Deputado Federal Odair Cunha, o sul de Minas ganhou um novo Instituto Federal que hoje é o IFSULDEMINAS com a união das três escolas agrotécnicas federais de Machado, Inconfidentes e Muzambinho, que representou um grande desenvolvimento para a região.

No sul do estado de Minas Gerais, o Instituto Federal foi criado em 2008 com a fusão das escolas agrotécnicas de Muzambinho, Machado e Inconfidentes, ganhando sete cursos de graduação em diferentes áreas e quatro cursos de pós-graduação.

As então escolas agrotécnicas, que ofereciam quase que exclusivamente cursos técnicos de nível médio (exceção feita aos cursos superiores de tecnologia, ofertados em caráter experimental), com forte ênfase na dimensão agrária, agora se deparam com a possibilidade de ofertar, também, licenciatura, engenharias, mestrado e doutorado, numa tendência explícita de verticalização da oferta de ensino (Relatório de Gestão do IFSULDEMINAS, 2013, p. 60).

3.1.1 A criação de novos campi no IFSULDEMINAS e a reestruturação dos já existentes

Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, novos campi foram criados pelo país e, no Sul de Minas, não foi diferente como se observa abaixo com a criação de novos campi e a reestruturação dos já existentes.

A escolha das cidades onde foram implantadas novas unidades de institutos federais considerou três dimensões estabelecidas pelo governo federal para a expansão da rede, que foram: a dimensão social, geográfica e do desenvolvimento. Em linhas gerais, a dimensão social visava à universalização de atendimento aos territórios; a dimensão geográfica objetivava a interiorização da oferta pública de educação profissional e o atendimento aos municípios não atendidos por escolas

federais; e a dimensão de desenvolvimento visava atender municípios que possuíssem arranjos produtivos já identificados.

Essa escolha também se pautou nas decisões de gestores dos institutos federais e gestores pertencentes a prefeituras municipais, além de contar com a influência de políticos de cargos eletivos como deputados. No caso da escolha de cidades para implantação de novas unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, houve principalmente a atuação, entre outros, de atores que ocupavam as funções de confiança de Reitor, Pró-Reitores, Diretores e Coordenadores. Todos esses vinculados à esfera federal, já que faziam parte da hierarquia administrativa do instituto federal. Houve também a participação, na esfera municipal, de Prefeito, Secretários e Coordenadores Setoriais, sendo que a função ocupada pelo primeiro é eletiva e as outras duas funções são indicações do próprio prefeito eleito, podendo seus ocupantes ser servidores, ou não, de carreira do município.

Posteriormente, novas unidades foram criadas nas cidades mineiras de Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre e, mais recentemente, foram inaugurados campus avançados nas cidades de Carmo de Minas e Três Corações.

A implantação oficial do campus Pouso Alegre/MG ocorreu em 10 de julho de 2010, como parte do Plano de Expansão III, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETE/MEC, que visa ampliar as unidades de educação profissional gratuitas.

O primeiro curso oferecido foi o de Técnico em Agricultura, utilizando as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa, como extensão do Campus de Inconfidentes. Em 2011 tiveram início os cursos de Técnico em Edificações, na modalidade PROEJA, e Técnico em Administração, na modalidade subsequente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

Em 2012, o Campus Pouso Alegre passou a oferecer também os cursos de Técnicos em Química e Edificações, na modalidade subsequente, e de Informática, nas modalidades concomitante e subsequente. E em 2013 foi incorporado o Curso de Técnico em Segurança do Trabalho e o Técnico em Informática passou a ser oferecido também na modalidade Integrado.

Atualmente, o Campus Pouso Alegre oferece, além dos quatro cursos técnicos na modalidade subsequente: Administração, Edificações, Segurança do Trabalho e Química, os cursos de graduação em Engenharia Civil, Engenharia Química e as Licenciaturas em Química e Matemática. E Pós-graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho e Educação em Matemática.

Na modalidade de curso Técnico Integrado ao Ensino Médio são ofertados os Cursos de Administração e Informática. Há ainda os cursos do Pronatec e EAD (Ensino a Distância).

O IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas tem como marco inicial a expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dessa maneira, o Campus emerge a partir de um Polo de Rede via Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de ações conjuntas entre o IFSULDEMINAS – Campus Machado e o Município de Poços de Caldas, com a interveniência da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado (FADEMA) para oferta de cursos técnicos, tendo como alvo a comunidade de Poços de Caldas e região.

Entretanto, tudo começou em 2008 quando teve início o Centro Tecnológico de Poços de Caldas, como unidade de ensino vinculada à Secretaria Municipal de Educação, para oferta de cursos técnicos na modalidade “pós-médio” (ou seja, para aqueles estudantes que concluíram o Ensino Médio), oferecendo de imediato os cursos de “Técnico em Meio Ambiente” e “Eletrotécnica – Automação Industrial”.

A execução pedagógica dos cursos, tanto na parte docente quanto na parte da administração, foi efetuada ao longo dos anos 2008 e 2009 pelo CEFET MG – Centro Federal de Educação Tecnológica Minas Gerais, com um termo de cooperação técnica e a contratação de serviços educacionais com a Fundação CEFET MG, interveniente daquela instituição.

Ao final de 2009, visando a uma redução nos custos para manutenção do Centro Tecnológico e, ao mesmo tempo, garantir a ampliação da oferta de cursos, além de dar maior legitimidade à Educação Tecnológica no município e, principalmente, tendo como meta a federalização definitiva dessa unidade de

ensino, foram iniciadas conversações com a reitoria do IFSULDEMINAS, com sede em Pouso Alegre.

Portanto, tinha-se a compreensão de que a nova parceria com o IFSULDEMINAS seria mais promissora, sobretudo, por estar em consonância com as diretrizes pedagógicas e políticas educacionais do Ministério da Educação, dentro de um plano de expansão da Educação Tecnológica no país, com unidades federais.

Para o ano letivo de 2010 e que também teve continuidade em 2011, foram firmados um novo termo de cooperação técnica, desta vez entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Educação com o IFSULDEMINAS, por intermédio do Campus Machado, e um contrato de prestação de serviços educacionais, através da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino de Machado, como forma de transição até que o Centro Tecnológico de Poços de Caldas viesse a ser incorporado, definitivamente, como um Campus Avançado do IFSULDEMINAS – Campus Machado, caminho para viabilização da federalização da unidade.

Assim, no dia 27 de dezembro de 2010, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em ato solene no Palácio do Planalto em Brasília, inaugurou oficialmente o Campus Avançado Poços de Caldas. O primeiro processo seletivo aconteceu em outubro de 2010 para ingresso no primeiro semestre de 2011. Em 2011, o Campus Avançado foi elevado à condição de Campus, se tornando autônomo, mas administrativamente ainda dependente da Reitoria. Contudo, em janeiro de 2012 é nomeado o primeiro Diretor-Geral Pró-Tempore da Instituição, o professor Josué Lopes.

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica marcou a história da educação no Brasil com a união de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas às universidades.

A consolidação da rede no Sul de Minas emergiu de três antigas Escolas Agrotécnicas localizadas em Machado, Muzambinho e Inconfidentes. Em 2010, o

Campus Passos passou a integrar a Rede Federal como polo, após o convênio entre a Prefeitura de Passos e o IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho. O primeiro processo seletivo ocorreu em 26 de Junho e as aulas tiveram início em 2 de agosto do mesmo ano.

A unidade deu início ao processo para se transformar definitivamente em campus em 2011, quando foram nomeados os primeiros docentes efetivos. No mesmo ano, foi realizada a 1ª audiência pública para verificar a demanda de cursos a serem ofertados pela Instituição. A aquisição de um terreno de 10.000 m² garantiu a implantação definitiva do Instituto Federal no município, o funcionamento do prédio administrativo e a construção de um Refeitório no Campus.

O Campus Avançado Três Corações/MG, inicialmente vinculado ao Campus de Pouso Alegre, fazia parte de um Projeto de Extensão denominado “Polo Circuito das Águas” que também atendia aos municípios de Cambuquira, Caxambu, Itanhandu, São Lourenço e Carmo de Minas. No ano de 2012, em Três Corações, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais oferecia os seguintes cursos técnicos, na modalidade presencial: Mecânica, Logística e Enfermagem. A partir de 2013 passou a ofertar também os cursos técnicos em Informática e Segurança do Trabalho.

A adesão aos cursos do IFSULDEMINAS nos municípios do Circuito das Águas foi comprovada pela alta concorrência que apresentou o vestibular, com média de 6 (seis) candidatos/vaga. Tais números comprovam a demanda da região pela oferta de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Além de melhorias na infraestrutura, como a constituição da biblioteca, o Campus Avançado Três Corações promove a acessibilidade através da adequação de sua infraestrutura física e curricular, como a inclusão da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e a implementação de conteúdos, em suas matrizes curriculares, que abordem políticas inclusivas.

Ressalta-se que a Portaria n. 505 de 10 de junho de 2014, altera a Portaria n. 331 que dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e passa a considerar como integrante do IFSULDEMINAS o Campus Avançado Três Corações.

O Campus Avançado Carmo de Minas passou a existir em 13 de dezembro de 2013, com o anúncio de sua instalação em entrevista coletiva à imprensa, realizada na cidade de Três Corações. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) adquiriu um antigo prédio da União, onde funcionou, na década de 1970, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem).

O imóvel compreende um terreno cuja área é maior que 10,5 hectares. Com o apoio e parceria da Prefeitura Municipal, foi reformada uma ala da construção, com oito salas de aula e o bloco administrativo. A oferta de cursos foi iniciada em março de 2014. São oferecidos atualmente cursos técnicos na modalidade subsequente, destinados a quem já completou o Ensino Médio.

Na região do Circuito das Águas, o IFSULDEMINAS também possui polos nas cidades de Caxambu, Cambuquira, Itanhandu e São Lourenço. Tem-se ainda os polos de rede que funcionam em parceria com prefeituras, ofertando cursos nos municípios em que o Instituto Federal não tem sede própria. A reitoria está localizada no município de Pouso Alegre com vistas a interligar toda a estrutura administrativa e educacional dos *campi*.

3.2. DADOS DA EXPANSÃO NESTE PERÍODO

O aumento na oferta de cursos e número de alunos expandiu o Instituto Federal na região do Sul de Minas. Possui sede própria em oito cidades. No ano de 2014 havia cerca de 600 funcionários e mais de 20 mil estudantes. Atualmente 2017, a instituição começa a consolidar sua expansão, ampliando sua área de atuação para o interior de São Paulo¹⁹, através do programa MedioTec²⁰, tendo já

¹⁹ O IFSULDEMINAS começou a expandir seu raio de atuação para o estado de São Paulo devido a demanda não atendida pelo IF São Paulo, sendo assim o MEC fez um pedido ao IFSULDEMINAS que entrasse no estado ofertando cursos do Médio Tec.

²⁰ MedioTec constitui-se numa ação de aprimoramento da oferta de cursos técnicos concomitantes para o aluno regularmente matriculado no ensino médio regular nas redes públicas estaduais e distrital de educação, como uma proposta de fortalecimento de uma formação profissional com

se consolidado como uma instituição reconhecida no Sul de Minas Gerais, cerca de aproximadamente 39 mil estudantes estão matriculados em pouco mais de 160 cursos de diversos níveis e modalidades, nos oito *Campi* do IFSULDEMINAS, que saltou de aproximados quatro mil alunos, em 2008, para o número atual.

No que se refere à oferta de cursos e modalidades tem-se como norteadores os princípios da transversalidade e verticalização para o desenho curricular do IFSULDEMINAS (IFSULDEMINAS, 2013). O eixo tecnológico passou a ser a linha de frente que sustentou a organização curricular e identidade dos cursos, acolhendo uma diversidade de técnicas, sem restringir suas aplicações (IFSULDEMINAS, 2013).

Foram adotadas posturas metodológicas com projetos transversais e multidisciplinares considerando o espírito crítico da decoreba de conteúdo, incorporando atividades práticas e estágios. Teve o IFSULDEMINAS como meta à expansão da modalidade de ensino a distância, promovendo parcerias com prefeituras de municípios que abrangem este instituto.

Tornou-se imprescindível o reconhecimento de que é necessária uma didática que promova a reflexão, a crítica e a transposição de conteúdo, independentemente do distanciamento físico entre professores e alunos, afirma que com a didática é possível haver “um entendimento crítico da realidade através do estudo das matérias escolares [...]” (LIBÂNEO 1994, p.35). Dessa forma, os alunos podem expressar de forma organizada os conhecimentos que satisfazem aos interesses prioritários da sociedade e, com isso, engajar-se ativamente nas lutas sociais, defendendo seus ideais de acordo com sua realidade.

Acredita-se que a expansão do ensino a distância ocorreu, no final da Primeira Guerra Mundial, pela crescente demanda social por educação, destacando-se nessa época a União Soviética e a França que utilizavam os serviços de correios e dos meios de transporte. Após o advento do rádio, a América Latina também passou a utilizar o ensino a distância. De acordo com a professora de Tecnologias na Educação da PUC/SP, segundo Almeida 2005.

produção pedagógica específica para o público atendido e em parceria com os setores produtivos, econômicos e sociais.

Foi nas décadas de 1960 e 1970 que a educação a distância passou a utilizar a tecnologia mais moderna como televisores, videocassetes, computadores, bem com multimeios, aplicando textos, sons e imagens ao mesmo tempo.

O desafio imposto pela atualidade consiste em trabalhar o homem de forma integral, tendo em vista possibilitá-lo a atender os requisitos exigidos pelo mercado e atuarem como cidadãos de um mundo globalizado, pois o conhecimento, como valor universal e direito de todos, precisa ser utilizado em todas as esferas da vida cotidiana, não devendo estar meramente restrito a uma preparação para o trabalho.

Oliveira (2006) destaca que a educação a distância é fruto da globalização, encurta distâncias e pode contribuir para a constituição de força de trabalho, de aprendizagem e principalmente de solidariedade, sendo assim, primordial, o uso da metodologia da didática.

A EAD virtual deve contribuir para ampliar com qualidade e quantidade as oportunidades educacionais e a construção do conhecimento. É, portanto, fundamental para o professor explorar todas as possibilidades didáticas e metodológicas.

[...] a E.A.D não dispensa o professor, embora agregue a seu perfil outras exigências cruciais, como saber lidar com materiais didáticos produzidos com meios eletrônicos, trabalhar em ambientes diferentes daqueles formais da escola ou da universidade, acompanhar ritmos pessoais, conviver com sistemáticas diversificadas de avaliação (DEMO, 1998, p. 200).

Há um enorme potencial contributivo, tanto da EAD para a educação presencial, quanto da experiência didática presencial para a EAD. Longe de se enfraquecerem podem se ajudar, se complementar, oferecendo opções para quem deseja estudar virtual e/ou presencialmente.

Um olhar lançado sobre os itinerários teórico-metodológicos de sucesso da EAD virtual aponta que o ensino a distância, via web, não corresponde simplesmente à iniciativa de cadastrar conteúdo em uma ferramenta tecnológica digital e distribuí-lo para as centenas, quem sabe milhares de pessoas necessitadas de conhecimento.

Segundo (BELLONI, 2008, p. 3):

A educação aberta e a distância aparece cada vez mais, no contexto das sociedades contemporâneas, como uma modalidade de educação extremamente adequada e desejável para atender às novas demandas educacionais decorrentes das mudanças na nova ordem econômica mundial.

Acredita-se que para ser professor não basta apenas ter um conhecimento aprofundado na área que leciona, dominando uma disciplina em sua parte teórica, apenas passando o que toda a literatura diz. É imprescindível nos cursos a distância um avançado envolvimento e comprometimento acadêmico dos alunos quando comparados aos cursos presenciais.

Pois, a quantidade e variedade de material a ser consultado e estudado é bem maior, bem como as atividades a serem realizadas, sobretudo, os momentos de interação que são bem típicos da educação a distância.

3.2.1 O acesso – o que dizem os dados do aumento do número de vagas?

O Instituto Federal do Sul de Minas busca assegurar o acesso do estudante com baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade e de pessoas com necessidades especiais com os Programas para Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs) e Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA).

O Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA foi criado a partir do decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006. Seu objetivo fundamental foi criar oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional a fim de atender os jovens e adultos que ao longo de sua vida não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental ou médio em sua idade regular estando agora buscando superar esta carência, almejam também a formação profissional (PORTAL MEC, 2017).

Há dentro dos cursos no PROEJA a possibilidade do Ensino Fundamental (EJA) com qualificação Profissional sendo ele composto por 1400 h; há o Ensino

Médio (EJA) com qualificação profissional também com um total de 1400 h e o Ensino Médio (EJA) com a Educação Profissional Técnica com total de 2400 h, nessa modalidade tem-se o PROEJA Técnico, enquanto nas anteriores temos o PROEJA Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC).

A diferença entre essas modalidades está na distribuição da carga horária sendo que na modalidade ²¹ PROEJA FIC o estudante terá 1200 h de EJA e 200 h de Formação Inicial e Continuada, na modalidade Proeja Técnico a carga horária totaliza 2400 horas sendo 1200 horas EJA e 1200 horas destinadas à parte técnica. Esses cursos técnicos devem seguir regulamentações específicas de oferta de cursos técnicos (PORTAL MEC, 2017).

A oferta do PROEJA ganha repercussão e avança em sua legitimidade a partir do momento que a Rede Federal de Educação Profissional passa a oferecer ensino nesta modalidade, conforme o próprio documento base da educação de jovens adultos:

O programa teve, inicialmente, como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Anteriormente ao Decreto nº 5.478/2005, algumas instituições da Rede já desenvolviam experiências de educação profissional com jovens e adultos, de modo que, somado a outros profissionais, a própria Rede, instituições parceiras, gestores educacionais e estudiosos dos temas abrangidos pelo Decreto passaram a questionar o programa, propondo sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos. (BRASIL, 2007, p. 11).

No campus Inconfidentes, os alunos têm acesso por seleção com prova escrita e os alunos que ingressam no ensino profissional de nível médio fazem prova no mês de dezembro. Aqueles que ingressam no curso superior de tecnologia fazem dois vestibulares, um no mês de dezembro e outro no mês de julho. Alunos para curso superior contam com a nota do ENEM.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu no ano de 1998, como resultado de necessidades de desenvolvimento da educação no Brasil, materializado pela Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, do Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

²¹ Proposta que integra qualificação profissional com elevação da escolaridade em parceria do Instituto Federal com a secretaria da educação.

Configurou-se como um instrumento de avaliação das competências e habilidades básicas desenvolvida nos anos de ensino, surgindo como parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Sobre a concepção do ENEM.

Concretamente, sua matriz foi concebida por uma equipe sob a coordenação da Professora Maria Inês Fini¹² e elaborada e consolidada pelo Grupo de Autores em janeiro e fevereiro de 1998. Em outros termos, pelas instituições MEC e INEP. Os documentos publicados à época, tanto pelo INEP quanto pelo MEC, explicavam que objetivo do exame era ser um instrumento de avaliação das competências e habilidades básicas apreendidas durante o ensino médio para a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho e da prática da cidadania, é dizer, integração profissional e político-social. Considera-se, pois, esse o paradigma do Enem enquanto política pública. (QUINALIA *et al.*, 2013, p. 67)

Dessa forma, o ENEM surgiu como uma política pública avaliativa, como parte do SAEB, tendo em vista avaliar o aprendizado dos alunos após a conclusão do Ensino Médio, visando-se verificar suas competências e habilidade para inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Andriola (2011), o ENEM surgiu como uma política pública avaliativa voluntária e individual e adquiriu grande importância a partir de 2009, como política pública de avaliação nacional, notadamente como instrumento de promoção da qualidade da última etapa da educação básica, bem como de acesso à educação superior.

Em linhas gerais, o ENEM é uma política pública de avaliação com diversas possibilidades de estudos. Como proposta de avaliação da aprendizagem deve ter um modelo de provas que superem a visão tradicional do conhecimento, valorizando a relevância das questões básicas da cidadania.

No campus Machado, para ingressar nos cursos regulares se dá com o processo seletivo, com avaliação escrita para seleção e classificação dos candidatos conforme edital (IFSULDEMINAS, 2013). No campus de Muzambinho, o ingresso nos cursos regulares, se dá com processo seletivo com inscrição via internet, semestralmente conforme edital.

O processo seletivo se dá com realização de provas em diversas disciplinas e a matrícula se realiza pela ordem de classificação (IFSULDEMINAS, 2013).

Total de matrículas no IFSULDEMINAS no período de 2009 a 2010

Quadro 01 – Total de matrículas nos *campi* e no IFSULDEMINAS em 31/12/2010

Inconfidentes		Machado		Muzambinho		IFSULDEMINAS	
2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1.183	1.739	2.051	2.205	3.377	5.517	6.611	9.661

Fonte: Relatório de Gestão IFSULDEMINAS de 2010. Disponível em: <https://www.IFSULDEMINAS.edu.br/images/PDFs/Institucional/idSisdoc_2084020v2-40_RG2010_-_IFSULDEMINAS.pdf> Acesso em: 31 ago. 2017.

Quadro 02 - Relação concluintes/matriculados 2011 a 2016

IFSULDEMINAS			
Ano	Concluintes	Matriculados	Relação concluintes/matriculados %
2011	9.193	24.429	37,63
2012	13.189	30.123	43,08
2013	8.338	28.922	28,83
2014	11.111	20.802	53,41
2015	8.650	18.345	47,15
2016	2.575	19.279	13,36

Fonte: Relatórios de Gestão do IFSULDEMINAS referente aos anos de 2010 à 2016. Disponível em: <www.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/acoes-e-programas> Acesso em: 31 ago. 2017.

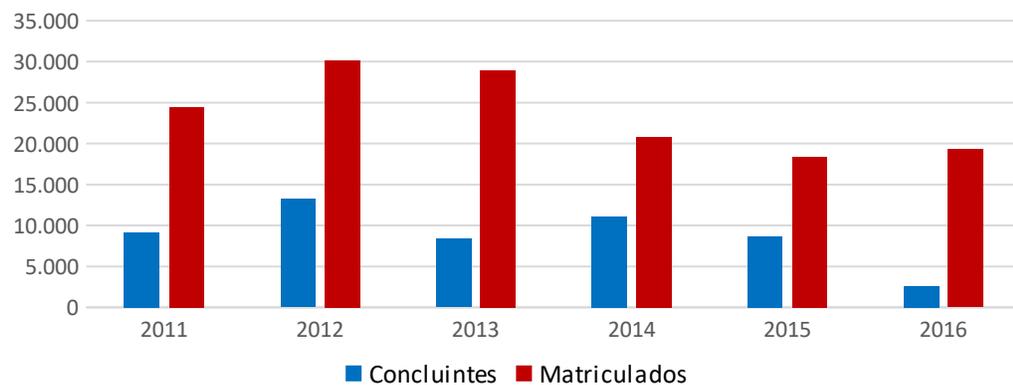


Figura 24: Gráfico com o número de alunos matriculados e concluintes do IFSULDEMINAS no período de 2009 a 2016

Fonte: Autor do texto

De acordo com as informações constantes no relatório de gestão, as relações Concluintes x Matrículas Atendidas em 2014 superou aquela de 2013,

quadro 12, embora esse indicador também tenha sofrido impacto do Ofício Circular nº 11/2015, da SETEC/MEC, que orienta a desconsideração destes dados da rede E-TEC. Entram nesse indicador os alunos que concluíram a parte teórica do curso técnico, mas ainda farão o estágio obrigatório.

O aumento do número de concluintes explica-se pela finalização de ciclos de matrícula nos cursos técnicos integrados e subsequentes, graduações, especializações e cursos FIC (Formação Inicial e Continuada).

Com relação ao indicador Concluintes/Matrículas Atendidas de 2015 o índice foi de 47,15 apresentando uma redução de 11,72% em relação a 2014, quando o indicador era de 53,41 concluintes por matrículas atendidas. Essa retração deu-se devido a menor oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada e redução de 270 vagas nos cursos técnicos como já indicado. No entanto, o IFSULDEMINAS com sua política de abertura de novos cursos, ofertou, em 2015, dezesseis novos cursos em diferentes tipos e níveis, a fim de atender cada vez melhor as demandas regionais.

Já no exercício de 2016, a relação de Concluintes/Matrículas Atendidas apresenta um decréscimo de 71,66% em relação ao ano anterior e à relação histórica (movimentos de greves em anos consecutivos), que acabaram estendendo o período de integralização dos cursos (figura 25).

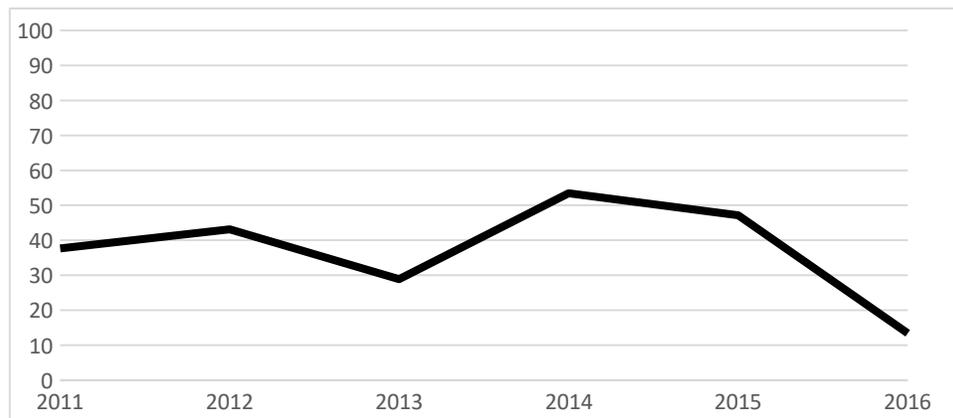


Figura 25: Relação Concluintes/Matriculados em %.
Fonte: Autor do texto.

Além disso, o registro do SISTEC contabiliza a conclusão a partir da data de previsão de finalização do Ciclo de Matrícula de forma enfática, sem considerar quando o aluno não se desvincula do curso e da instituição por diferentes motivos, colaborando, dessa forma para o aumento do índice de não conclusão no período planejado.

3.2.2 Permanência – Entrada e Saída

O programa de inclusão social objetiva disponibilizar serviços e benefícios para viabilizar a permanência do educando na instituição e oportunizar melhores condições de rendimento escolar dos alunos do Instituto Federal do Sul de Minas como a assistência estudantil que é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos técnicos e de graduação dos estudantes das instituições de educação profissional do Brasil, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

O IFSULDEMINAS prioriza ações que visam à permanência e o êxito do estudante, as quais estão expressas no Art. 2º do Plano Nacional de Assistência Estudantil “PNAES”:

- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- reduzir as taxas de retenção e evasão, e;
- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Nesse mesmo documento, no Art. 3º, § 1º, estão definidas as linhas de ação de assistência estudantil, as quais deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I – moradia estudantil;
- II – alimentação;

- III – transporte;
- IV – atenção à saúde biopsicossocial;
- V – inclusão digital;
- VI – cultura;
- VII – desporto e lazer;
- VIII – creche;
- IX – apoio didático-pedagógico
- X – Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação

Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos.

Objetivou-se oferecer subsídio para o desenvolvimento de programas de governo para inclusão social, ampliando as liberdades dos indivíduos à conquista dos espaços públicos, reduzindo as desigualdades de oportunidades e possibilitando o empoderamento dos marginalizados (IFSULDEMINAS, 2013).

O campus de Machado visou desenvolver medidas preventivas e corretivas, assegurando permanência do aluno com condições para que se dedique a sua formação. São implementadas políticas de acesso e permanência que contemplem ações que são desenvolvidas e previstas, assegurando acesso do estudante com baixo poder aquisitivo, baixo grau de escolaridade e de pessoas com necessidades especiais (IFSULDEMINAS, 2013).

No começo do ano letivo, o campus Inconfidentes inicia uma jornada de nivelamento dos alunos que ingressam na instituição para integrar mais facilmente a instituição e sanar deficiências comprometedoras.

Por sua vez, o campus Muzambinho tem diretrizes que resultam numa demanda de formação profissional, favorecendo a permanência do aluno no curso após o seu ingresso (IFSULDEMINAS, 2013). A reserva de vagas para alunos com necessidades educacionais especiais desde 2004, com 1% das vagas em cada curso até completar 5% do total das vagas em todos os cursos.

Em matéria intitulada “IFSULDEMINAS lidera indicadores de permanência e êxito na Rede Federal” publicada no site oficial do IFSULDEMINAS em 28 de agosto de 2017 são destacados os resultados da pesquisa realizada pela Professora Érica Galindo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

A pesquisadora analisou os dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SisTec) referente as 41 instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica entre os anos 2009 a 2016 para medir a porcentagem de permanência e êxito dos ingressantes nessas instituições.

Os resultados preliminares (figura 26) apontam que o IFSULDEMINAS se destacou no comparativo com os demais Institutos Federais, alcançado a liderança com índice de mais de 70% de estudantes que concluíram seus cursos de forma exitosa.

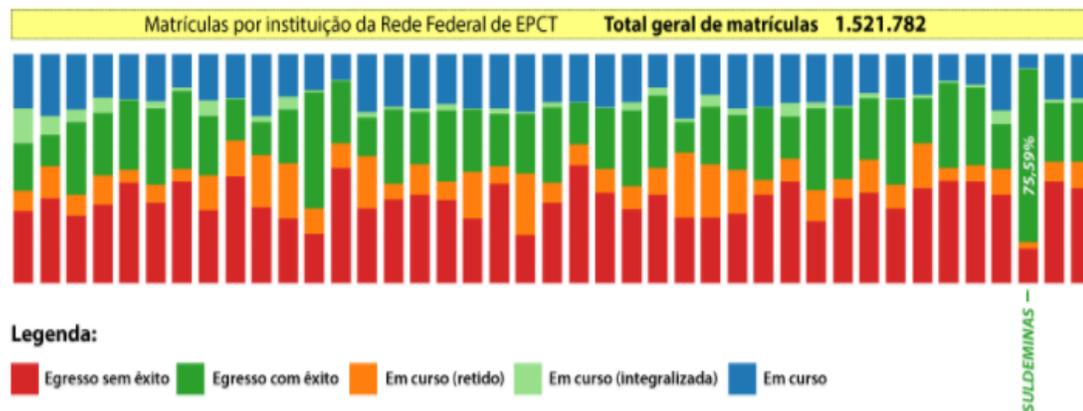


Figura 26: Gráfico com o índice de permanência e êxito nos Institutos Federais.

Fonte: Disponível em: <<https://www.IFSULDEMINAS.edu.br/ultimas-noticias-IFSULDEMINAS/66-noticiasensino/1492-permanencia-e-exito>>

Acesso em: 30 ago. 2017.

Esses resultados só comprovam que a criação do IFSULDEMINAS, que não estava prevista, foi um grande ganho para toda a comunidade do Sul de Minas Gerais. Outro ponto relevante a ser destacado é a consolidação da Instituição como fomentadora de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Quadro 03 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 Campi do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Integrado no período de 2014 a 2016

Modalidade de Oferta			
Técnico integrado			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Não identificação com curso. b) Transferência para outra instituição de ensino regular. c) Dificuldade de adaptação dos discentes ao regime de ensino em período integral.	a) Não identificação com curso. b) Problema de adaptação com a modalidade do curso. c) Falta de hábito de estudo condizente ao sistema integrado.	2014	Evasão: 41,73% Retenção: 6,00%
		2015	Evasão: 43,43% Retenção: 1,89%
		2016	Evasão: 31,82% Retenção: 8,15%

Fonte: Sistec – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

Os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio têm duração de três anos e formação profissional em áreas profissionalizantes específicas, contempladas aqui pela área de Alimentos, Agrimensura, Agropecuária e Informática oferecida a alunos concluintes do Ensino Fundamental em busca de oportunidade de uma formação profissional e uma sólida formação nas disciplinas de Ensino Médio. Ao final do curso, além dos conhecimentos que lhe confere o título de Técnico, o discente está preparado também para seguir nos estudos, prestar vestibular, ENEM para o ingresso no curso superior.

O aluno do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio possui carga horária que contempla a formação geral e a formação profissional exigindo maior dedicação em dois turnos diários. Alguns alunos, desejando estudar em uma instituição federal, ingressam sem conhecer o curso, não se identificando com a formação profissional, acabam desistindo. Por se tratar de um curso integrado, requer maior dedicação aos estudos e às práticas, restando pouco tempo para as atividades recreativas e de descanso.

Algumas dificuldades são apresentadas pelos alunos nesse percurso como não identificação e afinidade com o curso com expectativas diferentes da realidade, falta de hábito de estudo que gera desinteresse, reprovações em disciplinas específicas e transferência para outras escolas, problemas familiares, não adaptação às exigências dos cursos integrados causando a evasão e também a retenção. Vencer esses obstáculos é um grande desafio institucional que deverá resolver questões pedagógicas e de infraestrutura e de cunho individual por parte dos discentes, quadro 04.

Quadro 04 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 *Campi* do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Bacharelado no período de 2014 a 2016

Modalidade de Oferta			
Bacharelado			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Não identificação com o curso.	a) Não identificação com o curso.	2014	Evasão: 30,42% Retenção: 19,17% Conclusão: 50,42%
b) Distância entre a instituição e a residência.	b) Problemas relacionados ao processo didático-pedagógico compreendendo os conteúdos curriculares e sistema de avaliação.		
c) Transferência e/ou aprovação em outras instituições.	c) Participação em programas de intercâmbio.		
d) Dificuldade de relacionamento docente/ discente.	d) Dificuldade em conciliar trabalho e rotina de estudo.	2015	Evasão: 25,47% Retenção: 24,21% Conclusão: 50,32%
Dificuldade em conciliar trabalho e rotina de estudo.	e) Dificuldade em cumprir com o TCC (escrita e leitura).	2016	Evasão: 29,47% Retenção: 33,11% Conclusão: 37,42%

Fonte: Sistec – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

O inciso II do art. 43 da LDB estabelece que uma das finalidades da Educação superior é “formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar com sua formação contínua”. Diante dessa perspectiva, os cursos de Bacharelado buscam evidenciar suas peculiaridades e contexto, valorizando a criatividade intelectual e o trabalho em equipe voltada para o desenvolvimento de uma formação profissional

generalista, humanista e crítica visando sua integração na sociedade atual de forma participativa.

Contudo, mesmo com o acesso viabilizado, muitos alunos por diferentes motivos acabam evadindo e muitas vezes retidos devido a fatores como: a falta de identificação com o curso, deficiência em conteúdos anteriores, distância entre a residência e do campus, relacionamento interno no curso discente/docente e participação em intercâmbio. São desafios que para alcançar o êxito acadêmico precisam ser vencidos institucionalmente e pelos discentes no seu contexto de vida dentro e fora da instituição, quadro 5.

Quadro 05 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 Campi do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Licenciatura no período de 2014 a 2016

Modalidade de Oferta			
Licenciatura			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Falta de conhecimento e identificação com o curso. b) Dificuldades de aprendizagem. c) Falta um padrão claro de identificação com o ensino superior. d) Falta de compatibilidade do curso oferecido com a expectativa inicial do aluno. e) Falta de motivação e dedicação aos estudos. f) Necessidade de trabalhar para o sustento familiar. g) Dificuldade em conciliar as atividades acadêmicas e compromissos profissionais. h) Distância da residência até o campus. i) Desconhecimento pelos discentes do perfil profissional. j) Busca por novas opções de curso de acordo com afinidades dos discentes.	a) Falta de conhecimento do perfil proposto e identificação com o curso. b) Problemas no curso e na aprendizagem. c) Necessidade de trabalhar. d) Falta de compatibilidade do curso oferecido com a expectativa inicial do aluno.	2014	Evasão: 60,24%
			Retenção: 16,54%
		Conclusão: 23,23%	
		2015	Evasão: 47,81%
			Retenção: 20,07%
		Conclusão: 32,12%	
2016	Evasão: 41,12%		
	Retenção: 41,12%		
Conclusão: 17,76%			

Fonte: Sistec – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

A docência é uma ação educativa inerente ao processo pedagógico que se realiza de forma intencional, sistemática e interdisciplinar envolvendo uma diversidade de conhecimentos científicos e culturais socializados e construídos coletivamente de forma dialógica e compartilhado ampliando para o licenciando sua visão de mundo e inovação profissional.

Apesar dos alunos buscarem os cursos de Licenciatura, alguns não se identificaram ou com eles tiveram afinidade, situação que se soma a outras dificuldades como a necessidade de trabalhar evidenciando conflitos entre as atividades acadêmicas e os seus compromissos profissionais, além de dificuldades financeiras e pedagógicas que muitas vezes desmotivados tendem a ficarem retidos ou evadem do curso.

Quadro 06 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 Campi do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Proeja no período de 2014 a 2016

Modalidade de Oferta				
Técnico PROEJA				
Causas			Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção			
a) Distância da Escola da residência e do trabalho.	a) Não identificação com o curso.		2014	Evasão: 51,18%
b) Dificuldade em conciliar as atividades escolares, trabalho e família.	b) Distância entre a escola, a residência e o trabalho.			Retenção: 10,43%
c) Não identificação e afinidade com o curso.	c) Dificuldades em conciliar trabalho e estudo.			Conclusão: 38,39%
d) Falta de infraestrutura física e pedagógica.	d) Dificuldade em acompanhar o processo em decorrência de formação pregressa deficitária.		2015	Evasão: 25,64%
e) Reprovação nos primeiros períodos.	e) Avaliações centradas em provas e trabalhos finais.			Retenção: 32,31%
f) Exigência dos professores.	f) Falta de infraestrutura física e pedagógica.			Conclusão: 42,05%

Dificuldades nas avaliações. g) Possibilidade de fazer outro curso.	g) Baixa frequência.	2016	Evasão: 55,20% Retenção: 4,17% Conclusão: 40,63%
--	----------------------	------	---

Fonte: Sistec – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

O Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, introduz novas diretrizes que ampliaram a abrangência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros.

Quadro 07 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 Campi do IFSULDEMINAS dos cursos Técnico Subsequente no período de 2014 a 2016

Modalidade de Oferta			
Técnico Subsequente			
Causas			Diagnóstico quantitativo
Evasão	Retenção		
a) Dificuldade em conciliar trabalho com estudo. b) Busca por formação de nível superior, principalmente após resultado do ENEM. c) Mudança de endereço. d) Falta de identificação com o curso. e) Dificuldade de transporte público.	a) Dificuldade de aprendizagem. b) Dificuldade em conciliar trabalho com estudo. c) Falta de motivação e interesse pelo curso.	2014	Evasão: 38,38% Retenção: 7,62% Conclusão: 54,00%

f) Dificuldade na aprendizagem. g) Falta de materiais para realização de aulas práticas. h) Falta de livros e infraestrutura de laboratórios de informática. i) Ausência de pessoas para cuidar dos filhos pequenos nos horários de aulas. j) Características pessoais, vida cotidiana e às condições intrafamiliares do aluno. k) Fatores relacionados à proposta pedagógica da escola, ao ensino, currículo e a relação professor/aluno. l) Exigência maior por parte dos docentes do que aquilo que os estudantes têm realmente condições de oferecer. m) Reprovação nos primeiros períodos. n) Falta de formação pedagógica de alguns docentes. o) Longas distâncias entre a residência e a instituição de ensino, bem como a precariedade do sistema de transporte público local. p) Baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho.	d) Inconstância dos horários de atendimento extra aos alunos gerando infrequência. e) Falta de identificação com o curso. f) Excesso de faltas por problemas familiares. g) Falta de tempo para estudar fora do período de aulas. h) Métodos de ensino e aprendizagem inadequados. l) Fatores relacionados ao contexto macrossocial, como nível sociocultural e econômico, condições e oportunidades de estudo/trabalho, dentre outros. j) Distâncias entre a residência e a instituição de ensino e precariedade do sistema de transporte público. k) Falta de envolvimento da família.	2015	Evasão: 41,52% Retenção: 11,02% Conclusão: 47,46%
		2016	Evasão: 44,82% Retenção: 13,77% Conclusão: 41,40%

Fonte: SISTEC – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão ciclos finalizados 2015 e 2016.

Os cursos subsequentes são oferecidos para aqueles candidatos que já possuem o ensino médio e buscam, na formação profissional, melhores oportunidades de trabalho. Normalmente são alunos que ficaram afastados da escola por um algum tempo e já estão inseridos no mercado de trabalho, porém desejam qualificação e melhorar a renda familiar.

Entre os problemas enfrentados pelos alunos elencamos: a conciliação do trabalho e as atividades relacionadas ao curso, possibilidade de fazer outros cursos inclusive de graduação, o sistema público de transportes, distância da residência e do campus, questões familiares, falta de afinidade com o curso, baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho, gerando desinteresse, evasão e até mesmo a retenção. Vencer esses obstáculos é um grande desafio institucional que deverá resolver questões de infraestrutura e pedagógicas.

Quadro 08 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 *Campi* do IF SULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior em Tecnologia no período de 2014 a 2016

Nível de Ensino			
Tecnologia			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Dificuldade na aprendizagem e no ajustamento das relações sociais com os estudos. b) Falta de conhecimento e identificação com o curso. c) Transferência para outro curso. d) Necessidade de trabalhar para o sustento familiar e dificuldade de conciliação dos estudos Exigência de trabalho final – TCC “Trabalho de conclusão de curso”. e) Desistência do curso em função da dificuldade de cumprir com as dependências em um curso de entrada anual.	a) Falta de conhecimento e identificação com o curso. b) Identificação de transformações nos planos iniciais no decorrer do curso.	2014	Evasão: 69,78% Retenção: 14,67% Conclusão: 15,56%
	c) Escolha precoce da profissão e falta de interesse e afinidade com o curso.	2015	Evasão: 50,54% Retenção: 17,93% Conclusão: 31,53%
	d) Dificuldade de conciliar os estudos e outras atividades de caráter pessoal ou ligado ao trabalho. Exigência de “Trabalho de conclusão de curso”. e) Exigência de estágio obrigatória. f) Reprovação em disciplinas e dificuldade em cumprir com as dependências.	2016	Evasão: 43,80% Retenção: 38,94% Conclusão: 17,26%

Fonte: Sistec – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IF SULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

Nesse contexto, os cursos de Tecnologias objetivam formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

Observa-se que, após o acesso viabilizado, muitos alunos desses cursos por alguns motivos evadem e muitas vezes ficam retidos devido a problemas com o curso e na aprendizagem, falta de tempo para estudar em virtude do trabalho, falta de interesse e afinidade com o curso, dificuldade com obrigatoriedade do

estágio e TCC e a retenção em disciplinas levando ao trancamento de matrícula e finalmente à desistência.

Outros motivos podem ser elencados ainda como: o curso sendo 2ª opção no ato da matrícula no vestibular como opção de transferência e questões financeiras, sendo arrimo de família. Desafios institucionais e pessoais que para alcançar o êxito acadêmico pelos alunos precisam ser superados e já constam com a atenção da instituição.

Quadro 09 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 *Campi* do IFSULDEMINAS dos cursos de Graduação Superior no período de 2014 a 2016

Nível de Ensino			
Cursos Superiores			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Falta de conhecimento e identificação com o curso.	a) Escolha precoce da profissão e falta de interesse e afinidade com o curso.	2014	Evasão: 53,27% Retenção: 16,83% Conclusão: 29,90%
b) Dificuldades de aprendizagem e conciliação do trabalho com os estudos.	b) Dificuldades de aprendizagem e conciliação do trabalho com os estudos.		
c) Distância da residência e Campus.	c) Necessidade de trabalhar e ser arrimo de família.	2015	Evasão: 39,31% Retenção: 21,26% Conclusão: 39,43%
d) Busca por novas opções de curso.	d) Preferência por dupla matrícula.		
e) Dificuldade relacionamento docente/ discente)	e) Problemas relacionados com o processo avaliativo das disciplinas.		
Reprovação nos primeiros períodos por desempenho insuficiente nas disciplinas.	f) Formação anterior deficitária.		

<p>g) Quando reprovado em três ou mais disciplinas no mesmo período, acaba desistindo do curso em função da dificuldade de pagar essas dependências em um curso de entrada anual.</p> <p>h) Transferência de curso interna e/ou externa.</p> <p>i) A escolha do curso como sendo 2ª opção no ato da matrícula no vestibular.</p> <p>j) Escolha precoce da profissão.</p> <p>k) Exigência de trabalho final</p> <p>– TCC: projeto ou monografia em que exige do aluno dedicação para execução e para redação, e muitas das vezes, tempo.</p>	<p>g) Participação em programas de intercâmbio.</p> <p>h) Dificuldade em cumprir o TCC (escrita e leitura).</p> <p>i) Escolha do curso como 2ª opção no ato da matrícula no vestibular.</p> <p>j) Exigência de trabalho final: projeto ou monografia.</p> <p>k) Exigência de estágio obrigatório: alguns alunos não dispõem de recurso financeiro para fazer o estágio fora da instituição.</p>	2016	<p>Evasão: 37,20%</p> <p>Retenção: 37,20%</p> <p>Conclusão: 25,60%</p>
---	---	------	--

IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão Sistec / ciclos finalizados 2015 e 2016.

Os cursos de Bacharelado buscam evidenciar suas peculiaridades e contexto, valorizando a criatividade intelectual e o trabalho em equipe voltada para o desenvolvimento de uma formação profissional generalista, humanista e crítica visando sua integração na sociedade atual de forma participativa e os cursos de Tecnologias objetivam formar profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, as atividades em determinado eixo tecnológico e com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade.

Observa-se que após o acesso viabilizado aos cursos de Licenciatura, Bacharelado e Tecnologia, muitos alunos não se identificaram com os cursos ou com eles tiveram afinidade, muitas vezes pela escolha precoce da profissão, situação que se soma a outras dificuldades como a necessidade de trabalhar evidenciando conflitos entre as atividades acadêmicas e seus compromissos profissionais faltando tempo para os estudos, o cumprimento do estágio e elaboração do TCC que são obrigatórios.

A dificuldade financeira se torna evidente porque alguns são arrimo de família, e essa se alia às dificuldades pedagógicas devido à deficiência em conteúdos anteriores, a falta de aptidão para o curso e as dependências acumuladas que os levam à desmotivação e conseqüentemente à retenção e evasão. Soma-se ainda a distância entre a residência e o campus, relacionamento interno no curso discente/docente e participação em intercâmbio, falta de interesse e afinidade com o curso.

Outros motivos podem ser elencados ainda como: a escolha do curso como 2ª opção no ato da matrícula no vestibular tendo em vista a opção de transferência. São muitos os desafios que se impõem à instituição e aos próprios alunos que para alcançar o êxito acadêmico precisam ser superados institucionalmente e pelos discentes no seu contexto de vida dentro e fora da instituição.

Quadro 10 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 Campi do IFSULDEMINAS dos cursos de Ensino Técnico no período de 2014 a 2016

Nível de Ensino				
Ensino Técnico				
Causas		Diagnóstico quantitativo		
Evasão	Retenção			
a) Dificuldade em conciliar trabalho com estudo. b) Busca por formação de nível superior após resultado de ENEM. c) Mudança de endereço. d) Falta de identificação com o curso. e) Dificuldade de acompanhar os conteúdos. f) Dificuldade de transporte público para chegar ao campus. g) Distância entre residência e campus. h) Dificuldade em acompanhar o conteúdo. i) Metodologia e materiais didáticos inadequados. j) Dificuldades na relação professor/aluno. k) Baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho.	a) Dificuldade em conciliar trabalho com estudo.	2014	Evasão: 40,83% Retenção: 7,39% Conclusão: 51,78%	
	b) Dificuldade na aprendizagem por falta de conhecimento básico.			c) Displícência dos alunos. d) Falta de identificação com o curso. e) Métodos de ensino inadequados, somado à falta ou deficiência de atendimento extra ao discente. f) Dificuldade de transporte público para chegar ao campus. g) Fatores relacionados à proposta pedagógica da escola, ao ensino, ao currículo e a relação professor/aluno. h) Não cumprimento de estágio curricular obrigatório. i) Metodologia inadequada em algumas disciplinas. j) Falta de apoio familiar.
	c) Displícência dos alunos.	2015	Evasão: 40,89% Retenção: 9,79% Conclusão: 49,32%	
	d) Falta de identificação com o curso.			
	e) Métodos de ensino inadequados, somado à falta ou deficiência de atendimento extra ao discente.			
	f) Dificuldade de transporte público para chegar ao campus.			
	g) Fatores relacionados à proposta pedagógica da escola, ao ensino, ao currículo e a relação professor/aluno.			
	h) Não cumprimento de estágio curricular obrigatório.			
	i) Metodologia inadequada em algumas disciplinas.			
	j) Falta de apoio familiar.			

Fonte: SISTEC – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão SISTEC / ciclos finalizados 2015 e 2016.

Os Cursos Técnicos Integrados, Concomitantes e Subsequentes são oferecidos para aqueles candidatos que buscam formação tanto básica como profissional advindo do Ensino Fundamental e do ensino médio conforme a opção escolhida. Alguns alunos vêm com deficit de aprendizagem nos conteúdos básicos

e necessários para o bom desempenho no curso, outros ficaram afastados da escola por um algum tempo e já se encontram inseridos no mercado de trabalho e retornaram em busca de qualificação e melhora da renda familiar.

Entre os problemas enfrentados pelos alunos elencamos: a conciliação do trabalho e as atividades relacionadas ao curso e falta de identificação com o curso, necessidade de trabalhar, possibilidade de fazer outros cursos (inclusive de graduação), o sistema público de transportes, distância da residência e o campus, questões familiares, falta de afinidade com o curso, baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho, não conclusão de estágio obrigatório e outras dificuldades gerando desinteresse, evasão e até mesmo a retenção.

Quadro 11 – Índices de evasão, retenção e conclusão dos alunos dos 8 *Campi* do IFSULDEMINAS dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no período de 2014 a 2016

Nível de Ensino			
Pós-Graduação Lato Sensu			
Causas		Diagnóstico quantitativo	
Evasão	Retenção		
a) Incompatibilidade de horário de trabalho e estudo. b) Dificuldade de acompanhamento do processo de ensino avaliação.	a) Dificuldade de conciliar horário de estudo e trabalho. b) Dificuldade com os procedimentos didático-pedagógicos relacionados ao curso.	2014	Evasão: 40,64% Retenção: 10,81% Conclusão: 48,55%
		2015	Evasão: 18,92% Retenção: 81,08% Conclusão: 0,00%
		2016	Evasão: 12,05% Retenção: 84,34% Conclusão: 3,61%

Fonte: SISTEC – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão SISTEC / ciclos finalizados 2015 e 2016.

Os cursos de Pós-Graduação são importantes por especializar os profissionais em suas áreas de trabalho. Como os estudantes desse nível de ensino, em sua maioria, são profissionais inseridos no mercado de trabalho, o horário para conciliar trabalho e estudos começa a ser uma questão que causa

dificuldades, uma vez que, além de ter que deslocar do trabalho para a escola, o curso exige momentos de leitura e estudo fora da sala de aula. A dificuldade financeira dos alunos também tem se apresentado como complicador para a permanência nos cursos, vez que nesse nível não há auxílio estudantil.

Quadro 12 – Evasão e concluintes no IFSULDEMINAS período 2009 a 2017

HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS (Dados de 2009 a 2017)				
Tipo de curso	Quantidade de Cursos*	Número de Matrículas	Evasão Escolar	Conclusão
Formação inicial e continuada	1.310	71.049	6.559	54.093
Ensino Técnico	89	51.419	22.044	15.110
Bacharelado	17	3.708	904	506
Licenciatura	16	3.824	1.400	857
Tecnologia	10	2.263	989	555
Pós-Graduação Lato – Sensu	22	1.958	509	597
Pós-Graduação Stricto – Sensu	1	20	0	0
Matrículas no período de 2009 a 2017 em todos os cursos do IFSULDEMINAS²²:				
Total de Matrículas	134.241			
Evasão Escolar	32.405		24,13%	
Conclusão	71.218		53,05%	
Retenção	30.618		22,80%	

Fonte: Dados extraídos do SISTEC e compilados pelo autor do texto.

3.2.3 Estrutura Física – Básica e Pedagógica

A região Sul de Minas possui predominância do bioma da Mata Atlântica e áreas do cerrado, abrigando o chamado Circuito das Águas, marcado pela preservação de mananciais e pelo potencial turístico (IFSULDEMINAS, 2013). A

²²Fonte: SISTEC – Documentos extraídos do plano de permanência e êxito do IFSULDEMINAS com extração de taxas de evasão SISTEC / ciclos finalizados 2015 e 2016

densidade de ocupação de solos fornece uma medida da utilização de terras, estabelecendo relações entre a área total dos municípios não disponíveis para atividades agrosilvopastoris.

A região Sul de Minas é formada por 178 municípios, fazendo divisa com os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. A educação da região possui dados críticos, em que nas faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e acima de 25 anos não concluíram o ensino fundamental. Além disso, em média 11% dos indivíduos com 15 anos ou mais são analfabetos; conforme o IBGE, em 2007, possuía 2,83 milhões de habitantes, representando 14,7 % da população do estado de Minas Gerais.

A taxa de urbanização da região Sul de Minas, de 81% era ligeiramente inferior à do estado, de 84%. Taxa variando entre os municípios. Nas localidades maiores, acima de 50 mil habitantes, a taxa média de urbanização situava-se em 94%, ficando apenas Três Pontas com 84%.

Dos doze municípios acima de 50 mil habitantes, em 2007, apenas três cresceram a um ritmo inferior da região. A região com IDHM de 0,783 apresenta um nível de desenvolvimento humano um pouco acima do estado (IDHM de 0,733). Pelo IDHM, a situação da região Sul é melhor do que a do Estado, mas é ligeiramente inferior na dimensão da Educação (IFSULDEMINAS, 2013). Enquanto nenhum dos municípios do Sul tem índice de Educação inferior a 0,7, no estado isso ocorre com 7,8% das localidades.

Na dimensão educação, são utilizados apenas dois indicadores, taxa de alfabetização da população de quinze anos ou mais e taxa bruta de frequência nos três níveis – fundamental, médio e superior.

Quadro 13 – Escolaridade da População da Região Sul de Minas e do Estado de Minas Gerais.

INDICADORES POR FAIXA ETÁRIA		SUL DE MINAS	MINAS GERAIS
15 a 17 anos (ADOLESCENTES)	% de analfabetos	1,4	1,8
	% de analfabetos funcionais*	8,8	9,6
	% de analfabetos fundamentais*	51,2	54,5
18 a 24 anos (JOVENS)	% de analfabetos	2,5	3,3
	% de analfabetos funcionais*	11,6	12,6
	% de analfabetos fundamentais**	46,8	44,5

	% com 12 anos ou mais de estudo***	7,7	5,7
25 anos ou mais (ADULTOS)	% de analfabetos	13,4	15,2
	% de analfabetos funcionais*	33,4	33,4
	% de analfabetos fundamentais**	71,7	68,2
	% com 12 anos ou mais de estudo***	6,7	7,8

Fonte: Relatório de gestão 2013

A política de universalização do ensino fundamental, desde a década de 1990, proporcionou melhorias no grau de escolaridade da população. A educação superior na região é ofertada, parcialmente, por escolas federais como a Universidade Federal de Lavras “UFLA”, a Universidade Federal de São João del Rey, “UFSJ”, a Universidade Estadual de Minas Gerais, “UEMG”, a Universidade Federal de Itajubá “UNIFEI” e a Universidade Federal de Alfenas, “UNIFAL” e como as particulares como a Universidade Vale do Sapucaí que é referência na região por ofertar educação de qualidade.

O IFSULDEMINAS, campus Inconfidentes, possui área total de 254,32 hectares sendo 36.000m² de área construída, que se destina a apoiar o desenvolvimento educacional, pesquisa e extensão (IFSULDEMINAS, 2013).

Quanto ao desenvolvimento educacional de extensão tem-se:

A institucionalização da Educação Tecnológica no Brasil é a maior revolução educacional acontecida na história do nosso país. Com a criação dos Institutos, ficou definido o papel das Instituições de Educação Tecnológica para o desenvolvimento local. Assim, após a institucionalização, passamos a ter a responsabilidade de cultivar com mais ênfase o nosso compromisso com as questões sociais e com uma nova perspectiva de desenvolvimento (IFSULDEMINAS, 2013, p. 64).

Possui salas de aulas divididas em setores contando com equipamentos audiovisuais, com kit de televisão de 29 polegadas, videocassete e computador multimídia. O computador é visto como um aliado do educador em suas práticas pedagógicas, essa prática é tão recente que ainda não se tem ao certo uma ideia clara de seus efeitos.

As vantagens do uso do computador pelo professor no seu contexto pessoal são extensas. Exemplo disso é o ganho de tempo na execução de tarefas diárias, tais como elaborar fichas de trabalho, testes, etc. bem como o uso da

internet, que lhe dá a possibilidade de formação a distância, troca e pesquisa de informações entre muitas outras.

Em contexto de sala de aula, também são de enumerar algumas vantagens tais como a interação diferenciada que o professor pode estabelecer com os seus alunos quando recorre a softwares específicos, a pesquisa na internet orientada, esclarecer dúvidas on-line, conversar com os encarregados de educação, etc, recorrendo a simulações e animações computacionais, programas interativos, entre outros, pode ajudar-se o aluno a compreender melhor o modelo, driblando algumas das suas dificuldades, segundo Martinho e Pombo (2009).

Com os equipamentos audiovisuais, é possível uma intensa participação do aluno por conta das inúmeras discussões referentes aos textos teóricos e ficcionais, com aulas expositivas, apresentação de seminários com utilização de recursos audiovisuais. É interação entre aluno e professor na busca por argumentos que possam contextualizar as teorias apresentadas em sala.

Possui acervo bibliográfico da Biblioteca Afonso Arinos constituído de 13.523 livros e 886 periódicos com salas de estudos, sala de processamento técnico, banheiros, sala de reuniões, equipamentos para modalidade EAD e outros (IFSULDEMINAS, 2013). No campus Inconfidentes, os alunos do curso de informática, agrimensura, administração e agroindústria, computador para cada dois alunos.

O laboratório de informática tem papel fundamental para evitar a evasão, já que é comum se observar o interesse e frequência nos dias em que vão ao laboratório de informática. E, para os demais cursos, é um computador para cada quinze alunos. Os docentes têm direito a um computador (IFSULDEMINAS, 2013).

O campus Inconfidentes é capacitado com um servidor para gerenciar o processo na instituição, não havendo estrutura pronta para administração desse quesito. A instituição possui vários laboratórios nas áreas tradicionais da sua atuação.

Quadro 14 - Descrição sumária da infraestrutura física do Campus de Inconfidentes até o ano de 2009.

Descrição	Número	Área total (m ²)
Planejamento e Gestão	24	953,17
Salas de aula	31	1.816,26
Laboratórios de informática	08	448,00
Alojamento	26	2.172,96
Biblioteca	01	719,06
Refeitório	01	240,00
Laboratório de Biotecnologia	01	177,40
Laboratório de Análise Físico-Química de Leite e Água	01	15,00
Laboratório de Microbiologia	01	25,00
Laboratório de Cultura de Tecidos	01	70,00
Laboratório de Análises Químicas de Solos	01	157,00
Laboratório de Geomática	01	130,00
Laboratório Geoprocessamento	01	72,00
Laboratório de Topografia	01	78,00
Laboratório Irrigação e Drenagem	01	24,00
Laboratório Sistematização e Mecanização Agrícola	01	700,00
Laboratório de mecanização agrícola	01	150,00
Laboratório Tecnologia de Sêmen	01	102,00
Laboratório de Controle Biológico de Pragas	01	24,00
Empresas Simuladas, Reais e Incubadora de Empresas	01	235,00
Esporte, Lazer e Atividades Sócio-Culturais	08	14.829,99
Museu de História Natural	01	90,00
Auditório	02	412,50
Sala de Professores	10	224,00
Cantina	01	136,00
Apoio a Saúde e Higiene ¹	-	145,00
Suporte aos Setores de Produção Agropecuária ²	-	11.941,16
Total	-	36.087,5

Fonte: Disponível em:

<http://portal.IFSULDEMINAS.edu.br/images/PDFs/Institucional/Plano_de_Developmento_Insitu_cional.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

No campus Machado, os alunos têm direito a um computador para cada dezesseis alunos em horários pré-determinados. Nas aulas nos laboratórios de informática, as turmas têm um computador para cada aluno. Sobre os benefícios de se trabalhar com os meios eletrônicos, Marcuschi (apud MARCUSCHI; XAVIER, 2005 p. 20) elucida que:

[...] os gêneros textuais são complexas relações entre um meio, um uso e a linguagem. No presente caso, meio eletrônico oferece peculiaridades específicas para usos sociais, culturais e comunicativos que não se oferecem nas relações interpessoais face a face.

Quadro 15 - Descrição sumária da infraestrutura física do Campus Machado até o ano de 2009.

Caracterização	Número	Área total (m ²)
Planejamento e Gestão	12	2292,74
Prédio Pedagógico	02	381,71
Prédio Pedagógico (Ex. biblioteca) Salas Professores/Coordenação	01	415,00
Salas de Aula	38	2988,20
Auditório	01	250,00
Centro de Treinamento – CIMMA	01	436,00
Lab. de informática	05	581,57
Lab. de café e análise sensorial	01	168,21
Lab. de química	01	65,92
Lab. de biologia	01	69,00
Lab. de Física	01	70,00
Lab. de Microbiologia	01	65,00
Secretaria escolar	01	280,00
Usina de Biodiesel	01	250,00
Biblioteca	01	820,00
Alojamentos	14	3980,00
Esporte, Lazer e Atividades Sócio-Culturais	06	13054,00
Refeitório	01	617,00
Suporte aos Setores de Produção Agropecuária	14	14160,18
Apoio a Saúde e Higiene	01	244,40
Fundação de Apoio e CIEC	01	265,00
Núcleo Pós-colheita de Café	01	2195,00
Outros		983,66

Fonte: Disponível em:

<http://portal.IFSULDEMINAS.edu.br/images/PDFs/Institucional/Plano_de_Developmento_Institucional.pdf> Acesso em: 15 jun. 2017.

Em 2017, o campus Machado vem realizando obras e infraestrutura em todo o instituto, como troca de piso, reboco das paredes, instalações elétricas. Um novo estacionamento está sendo construído, bem como calçamento para a administração com bloquete (IFSULDEMINAS, 2017). No anfiteatro, as paredes internas foram rebocadas, janelas instaladas, e no setor de piscicultura o telhado está sendo reformado.



Figura 27: Obras e reformas no Campus Machado.
Fonte: Arquivo próprio do autor, 2017.

O campus de Muzambinho é capacitado um docente para estruturar o Núcleo de Inovação tecnológica com o convênio com a SETEC e a UnB, objetivando promover cooperação técnica para implantação do processo de incentivo, comercialização e transferência de tecnologia.

Quadro 16 - Descrição sumária da infraestrutura física do Campus Muzambinho até o ano de 2013

	Quantidade	Área (m ²)	2009	2010	2011	2012	2013
Área de lazer	5	1495,71	5	6	7	8	10
Auditório	1	250,00	1	1	2	2	3
Banheiros	60	480,00	60	62	65	70	74
Biblioteca	1	713,33	1	1	1	1	1
Instal. Administrativas	18	698,68	18	18	20	20	25
Laboratórios	13	1539,29	13	15	18	20	24
Salas de aula	32	1900,00	32	40	45	50	55
Salas de Coordenação	4	180,00	4	5	6	7	8
Salas de Docentes	5	300,00	5	6	7	8	8
Outros							

Fonte: Disponível em :

<http://portal.IFSULDEMINAS.edu.br/images/PDFs/Institucional/Plano_de_Developimeto_Institucional.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

O IFSULDEMINAS, no ano de 2017, teve projeto aprovado pela FINEP no valor de R\$780.767,01 para implementar no Campus Pouso Alegre uma central analítica multiusuário com equipamentos como cromatógrafo líquido com detector de espectro de massa, para atender as demandas de análises químicas em várias áreas do conhecimento (IFSULDEMINAS, 2017b).

3.2.4 Recursos Humanos do IFSULDEMINAS período de 2009 a 2016

Quadro 17 – Número de Docentes por Titulação do IFSULDEMINAS – 2010 a 2016

Ano	Titulação Docente					
	Graduado	Aperfeiçoado	Especialista	Mestre	Doutor	Total
2010	13	0	73	91	53	230
2011	28	1	86	134	78	327
2012	21	1	83	169	81	355
2013	18	1	102	197	107	425
2014	33	2	81	227	142	485
2015	15	0	59	260	167	501
2016	14	0	46	271	190	521

Fonte: Disponível em: <<http://www.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/pt/contas-anuais>> Acesso em :15 jun. 2017.

Quadro 18 – Número de servidores Técnicos Administrativos por Titulação do IFSULDEMINAS - 2010 a 2016

Ano	Titulação Técnicos Administrativos							
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	Total
2010	31	14	73	87	104	6	1	316
2011	20	18	74	92	150	10	1	365
2012	19	15	69	4	78	187	22	394
2013	15	12	83	103	230	36	3	482
2014	14	11	85	110	243	48	3	514
2015	1	7	93	110	257	63	3	534
2016	9	8	64	106	261	94	3	545

Fonte: Dados obtidos nos Relatórios de Gestão do IFSULDEMINAS nos anos de 2010 a 2016 Disponível em: <<http://www.IFSULDEMINAS.edu.br/index.php/pt/contas-anuais>> Acesso em: 15 jun. 2017.

4 A CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS

A criação do IFSULDEMINAS foi um ganho imensurável para as três escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho na época devido, principalmente, à localização da reitoria que foi escolhida para ser construída no município de Pouso Alegre, cidade polo do Sul de Minas. Para isso ocorrer, houve um grande embate político, sendo, portanto, o que esta pesquisa objetiva apresentar.

4.1 AS QUESTÕES GEOGRÁFICAS DA CRIAÇÃO DO IFSULDEMINAS.

O município de Pouso Alegre foi escolhido para ser a cidade-sede da reitoria do IFSULDEMINAS por ser uma cidade polo do Sul de Minas, próxima da rodovia Fernão Dias que liga São Paulo a Belo Horizonte e também pelas considerações abaixo.

4.1.1 Importância do município de Pouso Alegre para o Sul de Minas

Em 2016, Pouso Alegre tinha uma população estimada em 145.535 habitantes segundo o IBGE e está classificada como a décima do Estado de Minas e a segunda do Sul de Minas de acordo com o último censo do IBGE, com um crescimento de 30,48% na última década.

Pouso Alegre²³ (IDHM de 0,774) está inserida em um polo regional no extremo sul de Minas Gerais junto com outras 40 cidades. Posicionada às margens da Rodovia Fernão Dias, Pouso Alegre situa-se no centro do eixo comercial Belo Horizonte – São Paulo. Numa região que é o corredor do transporte de 20% da produção industrial de Minas Gerais e São Paulo. A cidade é o maior entroncamento rodoviário do Sul de Minas.

Diariamente, centenas de pessoas vêm a Pouso Alegre à procura de serviços e comércio oferecidos pelo município. Hoje, é a décima maior cidade de

²³ Disponível em: <<http://www.alominas.com/noticia/1980/as-20-melhores-cidades-para-se-viver-em-minas-gerais.html>> Acesso em: 25 out. 2017.

Minas Gerais e a segunda do sul de Minas, com um crescimento superior a 30% na última década, de acordo com o censo do IBGE. Com mais de 145.000 mil habitantes, o município tem uma população jovem – 71% na faixa de 10 a 49 anos. Pouso Alegre possui um extenso e variado parque industrial, com empresas que operam em diferentes ramos de atuação, cujas fontes geradoras de recursos econômicos são, principalmente, a agropecuária, o comércio e a indústria.

A cidade possui empresas brasileiras e multinacionais de grande porte, além de outras pequenas e médias indústrias de diversos segmentos. São aproximadamente 700 unidades industriais, 1.500 unidades agropecuárias e mais de 4.500 unidades comerciais e de serviços, que garantem a maior arrecadação de ICMS do sul de Minas Gerais.

A implantação oficial da primeira escola pública e gratuita Federal do município de Pouso Alegre ocorreu em 10 de julho de 2010, como parte do Plano de Expansão III, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETE/MEC, que visa ampliar as unidades de educação profissional gratuitas. O primeiro curso oferecido foi o de Técnico em Agricultura, utilizando as estruturas da Escola Municipal Professora Maria Barbosa, como extensão do Campus de Inconfidentes. Em 2011 tiveram início os cursos de Técnico em Edificações, na modalidade PROEJA, e Técnico em Administração, na modalidade subsequente, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pouso Alegre.

4.2 AS QUESTÕES POLÍTICAS DA IMPLANTAÇÃO DO IFSULDEMINAS NO SUL DE MINAS GERAIS

O governo Luiz Inácio Lula das Silva (2003-2010), que foi sucedido pela Presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), foi marcado pelo grande volume de programas sociais voltados às camadas mais pobres da população. As conquistas de relativas estabilidades econômicas e as descobertas de grandes reservas de petróleo criaram a expectativa de crescimento da economia no médio e longo prazo. Apesar de pertencerem a um partido de esquerda, esses governos

mantiveram a transferência de serviços essenciais à população, como educação, por exemplo, para a iniciativa privada.

Se antes prevaleciam as privatizações, nesse período se estabeleceram parcerias públicas – privadas, mediante o repasse de verbas públicas para que empresas privadas exerçam algumas das funções do Estado, como continua ocorrendo com o Programa Universidade para todos “Pro Uni” e passa a ocorrer com a criação do PRONATEC (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012).

Extinguiu-se o dispositivo legal que proibia a instalação de novas Escolas Técnicas mantidas pela União e revogou-se o Decreto 2.208/97, o que motivou muitas instituições de ensino a retomarem a oferta de Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica passou por uma expansão e foi reconfigurada a partir da criação dos Institutos Federais. Paralelamente, ocorre um processo de expansão das universidades federais.

Sobre a composição e implementação da política pública de educação profissional e a criação dos Institutos Federais de Educação, as instituições participantes como as antigas escolas Agrotécnicas Federais, CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e Colégio Pedro com seus diretores-gerais na época tiveram um papel de fundamental importância para a criação, estabelecimento de um acordo de metas e definição da divisão dos Institutos Federais nos diversos estados do país, no caso específico do Sul de Minas, conforme já citado neste texto, não teríamos um Instituto aqui se não fosse a força política na época para pressionar para a criação de um Instituto somente para o Sul de Minas Gerais o que não estava previsto pelo MEC, somente após um debate exaustivo entre forças políticas regionais e o MEC que foi criado.

A escolha das cidades nas quais foram implantadas novas unidades dos institutos federais considerou-se três dimensões estabelecidas pelo governo federal para a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: a dimensão social, a geográfica e do desenvolvimento. Em linhas gerais, a dimensão social visava à universalização de atendimento aos territórios; a dimensão geográfica objetivava a interiorização da oferta pública de educação profissional e o atendimento aos municípios não atendidos por escolas federais; e

a dimensão de desenvolvimento visava atender municípios que possuíam arranjos produtivos já identificados como era o caso de Pouso Alegre.

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Isso significa que, para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores; e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). O que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precedem a qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento.

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das políticas da época assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. É, pois, para além da estrutura institucional estatal e dos processos de financiamento e gestão de caráter técnico-administrativo, principalmente na dimensão política, no campo dos processos decisórios, na intermediação dos interesses de diferentes grupos utilizando-se de critérios de justiça social em virtude de sua função social que esses institutos afirmam a educação profissional e tecnológica como política pública.

4.3 A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO

Veremos aqui as mudanças dos aspectos tradicionais das antigas escolas Agrotécnicas Federais, na maneira de oferecerem seus cursos e a inovação com a criação dos IFSULDEMINAS.

4.3.1 As Escolas Agrotécnicas

São instituições de ensino subordinadas à Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC), caracterizadas por ministrar cursos técnicos em nível médio nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Enologia, Zootecnia e Infraestrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. A rede de Escolas Agrotécnicas Federais é constituída de 46 unidades, funcionando como autarquias educacionais federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar.

As EAFs adotam como metodologia de ensino o sistema Escola Fazenda, obedecendo ao princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, que dá oportunidade ao aluno vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional. O sistema Escola Fazenda utiliza dois processos distintos que funcionam integrados: as Unidades Educativas de Produção (UEP) e a Cooperativa-Escola. As atribuições do técnico de nível médio egresso de uma EAF estão de acordo com a Lei n. 5.524, de 05 de novembro de 1968, e Decreto n. 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.

Os ambientes foram definidos com base no modelo da época do Sistema Escola – Fazenda e na análise do currículo do Curso técnico em Agropecuária. Assim, foram identificados os seguintes ambientes: salas de aula, local onde são ministradas as disciplinas básicas; Unidades Educativas de Produção (UEP), desdobradas em dois ambientes: a UEP teórica (UEPT), onde são ministradas as aulas teóricas em salas–ambiente, instaladas no próprio campo da escola e a UEP Prática (UEPP), onde eram desenvolvidos os projetos agropecuários; Cooperativa - Escola, componente chave do Sistema Escola–Fazenda; Estágio, que faz parte obri-

gatória do currículo do curso; Biblioteca, pela importância que representa no processo ensino – aprendizagem. Esses ambientes ocupam, praticamente, todo o tempo do aluno durante sua formação de técnico.

O Perfil do técnico era caracterizado pelas seguintes funções:

- Produção agropecuária;
- Planejamento da produção;
- Administração da produção;
- Comercialização da produção;
- Beneficiamento da produção;
- Serviços agropecuários em geral.

4.3.2 Os Institutos Federais

O governo federal, através do Ministério da Educação, criou um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia²⁴. Essas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 644 *campi* espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas, atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar:

- educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio;
- ensino técnico em geral;

²⁴ Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>> Acesso em: 25 out. 2017.

- graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação *latos e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições. O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.

A tradição das antigas escolas Agrotécnicas Federais em oferecer apenas cursos técnicos no início da sua criação, e depois os cursos superiores de tecnologia, os poucos investimentos em infraestrutura física, equipamentos e recursos humanos mostra que as antigas escolas agrotécnicas de Inconfidentes, Machado e Muzambinho, até o ano de 2002, cresceram muito pouco. Somente no período de 2003 a 2016, com o então governo petista, é que os investimentos foram alavancados e foram editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica.

Há a substituição do Decreto n. 2.208/97 pelo Decreto n. 5.154/04, que elimina as amarras estabelecidas por aquele²⁵, que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos. Em 2004, a rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as Escolas Agrotécnicas Federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de

²⁵ Com a edição de outubro de 2004 dos Decretos nº 5.224 e nº 5.225, os CEFETs recuperam prerrogativas perdidas desde 1999.

tecnologia²⁶, no que diz respeito à graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

Cumprir destacar que, a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacional, historicamente voltada para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa o condutor de suas ações.

A dimensão ideológica do atual governo na época, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora se desloca para a qualidade social.

As instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federal e sua capacidade e qualidade de trabalho, começam a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva da inversão da lógica até então presente. Essas instituições passariam a ocupar-se, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume,

²⁶ Em 2005, o CEFET Paraná transforma-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná. É criada a primeira Universidade Tecnológica da rede federal de educação profissional e tecnológica no país.

portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória.

É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira.

A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho²⁷.

A pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) “Demanda e perfil dos trabalhadores formais do Brasil em 2007” mostra o quadro de carência de profissionais qualificados para a realidade hoje. A indústria é o setor que concentra a maior demanda por trabalhadores com experiência e qualificação profissional. Entretanto, de 1,592 milhão de novos empregos com carteira assinada que serão criados no país, 35,4% devem se concentrar no setor de serviços, seguido da indústria extrativista e de transformação, com 28% do total.

A pesquisa revela ainda que somente 18,3% do total das pessoas que procuram por trabalho no Brasil têm qualificação adequada para imediatamente atender ao perfil dos empregos atualmente abertos. O perfil da escolaridade média da mão de obra em falta no Brasil concentra-se nos trabalhadores com escolaridade média de 9,3 anos de estudos, o que se traduz em trabalhadores que estejam cursando, no mínimo, o ensino médio. Por outro lado, ainda é tímida a formação de

²⁷ Como resultado dessa fase, a previsão é que, até o final de 2008, as 64 novas unidades de ensino previstas estejam todas implantadas.

profissionais pela modalidade de educação profissional e tecnológica, considerando as 170 mil vagas ofertadas atualmente por essa modalidade.

Segundo Pochmann et al. (2007), o Brasil está convivendo atualmente com uma nova “geloconomia do emprego”, com as regiões Norte e Centro-Oeste, que tradicionalmente não demandavam em grande quantidade e qualidade mão de obra, hoje comandando na contratação de trabalhadores de maior qualificação. Acrescenta ainda que há uma “desconexão” entre a realidade do mundo de trabalho e a realidade do sistema de formação.

Ainda nesse contexto, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, apesar dos avanços do Brasil na cobertura do ensino fundamental e médio nas últimas décadas, a parcela de jovens com baixa instrução ainda é expressiva, quase 30% dos brasileiros entre 18 e 25 anos não têm sequer oito anos de estudo. Esses dados criam um descompasso em relação à tendência que já se observa na realidade produtiva, de estabelecer como exigência mínima de qualificação o ensino médio completo (atualmente 12 anos de estudo).

Cumpramos ressaltar, também, que o Brasil possui a quinta maior juventude no mundo, sendo que aproximadamente apenas 50% estudam e, destes, 56% apresentam defasagem idade/série. A realidade atual não pode ser assimilada como um problema insuperável, mas apreciada na perspectiva da possibilidade de mudança: o Brasil, além de ser um país novo, possui potencial de crescimento e desenvolvimento.

Considera-se que os Institutos Federais, na construção de sua proposta pedagógica, façam-no com a propriedade que a sociedade está a exigir e transformem-se em instrumentos sintonizados com as demandas sociais, econômicas e culturais, permeando-se das questões de diversidade cultural e de preservação ambiental, o que estará traduzindo um compromisso pautado na ética da responsabilidade e do cuidado (BRASIL, MEC, 2010, p.27).

4.3.3 Investimentos em infraestrutura física

No IFSULDEMINAS o governo federal, a partir do início de 2009, reforçou o compromisso de criar *campi* através da expansão da rede federal como também de investir na reestruturação dos *campi* já existentes. No caso dos novos, como já citado acima, foram criados no IFSULDEMINAS os *campi* de Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e os avançados de Carmo de Minas e Três Corações.

Os campus Pouso Alegre e Poços de Caldas foram construídos em terrenos doados, no caso de Pouso Alegre por um empresário do município que doou no um terreno de 25.000 metros quadrados onde se construiu um campus com início em 2010 e no caso de Poços de Caldas que recebeu em doação um terreno de 15.000 metros quadrados da prefeitura do município.

A construção do campus Pouso Alegre teve início em 06/12/2010 e seu término foi no dia 30/10/2013.

O campus a princípio foi construído com uma área de 5.269,32m² com doze salas de aula, seis laboratórios, auditório, biblioteca, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta, dois grandes laboratórios para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, investimento de R\$ 6.193.097,11.



Figura 28: Construção do campus Pouso Alegre.
Fonte: Arquivo próprio do autor.

Além da implantação do campus, foi construído um laboratório de edificações para uso dos cursos de edificações e engenharia civil, uma biblioteca,

um prédio de administração, uma garagem e um almoxarifado, totalizando investimentos em infraestrutura física de R\$ 12.753.41,77²⁸.

A construção do campus Poços de Caldas teve início em 02/03/2012 e seu término foi no dia 15/04/2014. O campus a princípio foi construído com uma área de 5.269,32m² com doze salas de aula, seis laboratórios, auditório, biblioteca, refeitório, área de vivência, quadra poliesportiva coberta, dois grandes laboratórios para a preparação do jovem para o mercado de trabalho, investimento de R\$ 9.147.199,60.

Além da implantação do campus, foi construído um laboratório de materiais e está sendo construída em 2017 uma biblioteca, um prédio pedagógico e administrativo, totalizando investimentos em infraestrutura física de R\$ 13.426.155,58²⁹.



Figura 29: Construção do campus Poços de Caldas
Fonte: Arquivo próprio do autor

No caso do campus Passos a unidade deu início ao processo para se transformar definitivamente em campus em 2011, quando foram nomeados os primeiros docentes efetivos. No mesmo ano, foi realizada a 1º audiência pública

²⁸ Dados retirados do sistema de monitoramento de obras do governo federal pelo autor.

²⁹ Dados retirados do sistema de monitoramento de obras do governo federal pelo autor.

para verificar a demanda de cursos a serem ofertados pela instituição. A aquisição de um terreno de 10.000m² garantiu a implantação definitiva do Instituto Federal no município, o funcionamento do prédio administrativo e a construção de um Refeitório no Campus.

Além das reformas das instalações existentes o campus, também está sendo concluída a construção de um bloco pedagógico, oito salas de aula, um auditório e um ginásio poliesportivo que já está concluído; o campus também recebeu a doação da prefeitura municipal de Passos um terreno onde será construído um complexo poliesportivo para atender as demandas da comunidade do município e dos estudantes do campus. Valor total dos investimentos em infraestrutura física R\$ 14.958.258,09.



Figura 30: Campus Passos – Biblioteca do Campus.
Fonte: Foto de arquivo próprio – 2016.

No ano de 2013, o MEC/SETEC adquiriu, através do IFSULDEMINAS, parte das instalações que pertenciam à Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR). Ressalta-se que, apesar da expressiva população, o município não possui muitas opções de escolas/instituições que ofereçam formação de nível

técnico profissionalizante. Atualmente, a sede do IFSULDEMIMINAS – Campus Avançado Três Corações é equipado com laboratórios de Informática, Enfermagem e Mecânica, sendo este último equipado por máquinas cedidas pela empresa multinacional TRW.

Além de melhorias na infraestrutura, como a constituição da biblioteca, o Campus Avançado Três Corações promove a acessibilidade com adequação de sua infraestrutura física e curricular, como a inclusão da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

No final de 2016, a prefeitura do município doou um terreno onde estava localizada uma antiga fábrica de calçados, onde se pretende construir laboratórios, um complexo poliesportivo dentre outras obras. Total dos investimentos em infraestrutura física R\$ 6.900.000,00 até outubro de 2017.



Figura 31: Campus Avançado Três Corações – Festa Junina 10/06/2017.

Fonte: Disponível em: <http://tco.ifsuldeminas.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1467:festa-junina&catid=34:noticias&Itemid=58> Acesso em: 26 out. 2017.

O Campus Avançado de Carmo de Minas passou a existir em 13 de dezembro de 2013, com o anúncio de sua instalação em entrevista coletiva à imprensa, realizada na cidade de Três Corações. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMIMINAS) adquiriu um antigo

prédio da União, onde funcionou, na década de 1970, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

O imóvel compreende um terreno cuja área é de aproximadamente 10,5 hectares que foi doado pela secretaria do Patrimônio da União ao IFSULDEMINAS. Com o apoio e parceria da Prefeitura Municipal, foi reformada uma ala da construção, com oito salas de aula e o bloco administrativo. A oferta de cursos foi iniciada em março de 2014. Em 2017 foram encerradas as obras de construção de um laboratório de Alimentos, 4 salas de aula, reforma da cantina e urbanização do campus. Total de investimentos em infraestrutura física de R\$ 3.159.520,54.



Figura 32: Entrada do Campus Avançado de Carmo de Minas.
Fonte: Arquivo do autor.

Além dos *campi* novos, nos *campi* preexistentes de Machado, Muzambinho e Inconfidentes os investimentos em infraestrutura física foram destinados para a reestruturação destes *campi*, onde foram construídos laboratórios específicos para os cursos que foram oferecidos, alojamentos para os estudantes, refeitórios, auditórios, complexos poliesportivos, salas de aula, cantinas, guaritas, áreas de

vivência, instalações para criação de animais como granjas para galinhas poedeiras, frango de corte, suínos e animais de grande porte como gado leiteiro, houve investimentos também em usinas de energia solar em todos os campi e reitoria do IFSULDEMINAS, construção de uma reitoria nova totalizando investimentos na ordem de R\$ 90.584.654,00³⁰.



Figura 33: Laboratório de análise de solos do Campus Muzambinho.

Fonte: Disponível em: <<http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/estrutura/laboratorio-de-solos-e-vegetais>> Acesso em: 27 out. 2017.

³⁰ Este valor foi obtido com consulta no sistema de monitoramento de obras do governo federal no qual o autor possui acesso.



Figura 34: Laboratório de alimentos do campus Machado
Fonte: Disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/fotos-do-campus/835-nucleo-de-alimentos>> Acesso em: 27 out. 2017.



Figura 35: Ginásio Poliesportivo do Campus Inconfidentes.

Fonte: Disponível em:
<http://Institutosfederaisifsuldeminas.edu.br/images//galerias/2016/2431/20161005_115839.jpg>
Acesso em: 27 out. 2017.

Os investimentos ocorridos nos municípios onde os *campi* estão localizados proporcionaram emprego e renda para a população local e regional, uma vez que as empresas especializadas em construção civil contrataram vários trabalhadores e também movimentaram o mercado da construção civil como lojas de materiais de construção nestes municípios.

5.0 OS INSTITUTOS FEDERAIS E OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Na Lei 11.9892 (BRASIL, 2008), que instituiu oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, consolidaram-se os seguintes aspectos:

Das Finalidades e Características dos Institutos Federais. Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. Seção III Dos Objetivos dos Institutos Federais Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para

os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º. § 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação. § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei. (BRASIL, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

A novidade que surge na Lei é o compromisso dos Institutos Federais com a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais e como espaço de formação de professores. Em síntese, da institucionalidade criada pelo governo federal emergem três dimensões para os Institutos Federais: política social, agências de desenvolvimento local e *lócus* de formação de professores.

Os Institutos Federais se constituem em espaços de uma disputa, pois podem atender aos circuitos do Capital ou, por outro lado, construir uma “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Como política social compensatória, os Institutos Federais descentralizam e interiorizam o ensino técnico de nível médio e educação superior e são catalisadores de outras políticas sociais. Como política social, entende-se aquela que “objetiva permitir aos indivíduos a satisfação de certas necessidades não levadas em conta pelo mercado capitalista” (VIEIRA, 1992, p. 29).

A política de desenvolvimento regional não pode deixar de ter, entre seus objetivos fundamentais, a questão da redução sistemática das desigualdades

regionais que, no fundo, diz respeito ao enfrentamento das diferenças espaciais no que se refere aos níveis de vida das populações que residem em distintas partes do território nacional, e no que se refere às diferentes oportunidades de emprego produtivo, a partir do qual a força de trabalho regional tenha garantida a sua subsistência (BACELAR, 2000, p.133).

Em 2008 tínhamos apenas três Escolas Agrotécnicas Federais no Sul de Minas Gerais, que hoje são campus do IFSULDEMINAS, nesse contexto podemos compreender que foram criadas mais cinco escolas federais nessa região, totalizando oito *campi* e uma reitoria. Esse crescimento mostra também que essas escolas foram criadas no interior do estado criando oportunidades para aqueles menos favorecidos que não conseguiriam fazer um curso técnico e principalmente um curso superior, e o mais interessante que essas escolas verticalizaram o ensino favorecendo o estudante a fazer um curso técnico e se ele desejar poderá continuar os estudos na graduação e pós-graduações *lato e stricto sensu*.

A Ciência, Tecnologia e Inovação podem contribuir não só com o setor produtivo, mas também com a sociedade brasileira como um todo. Exemplos mais evidentes nesse último sentido são os relacionados às áreas de alimentos, saúde, educação, habitação e saneamento, segundo Lastres e Cassiolato (2003). Esse novo projeto de desenvolvimento perpassa com a pesquisa aplicada e sintonizada com as demandas do desenvolvimento local e regional.

Os *campi* do IFSULDEMINAS vieram ocupar um importante espaço no desenvolvimento tecnológico local e regional, principalmente pela possibilidade de aprofundar suas relações com as práticas científico-tecnológicas locais, investindo, por exemplo, em pesquisas visando ao desenvolvimento local e regional, com cursos como administração, agronomia, veterinária, engenharia química, civil, nas áreas ambientais, além dos cursos técnicos em várias áreas do conhecimento, como agropecuária, informática, administração, segurança do trabalho, moda, enfermagem, mecânica, química, edificações, agrimensura, entre outras.

É fundamental, portanto, integrar os cursos técnicos a serem ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com os arranjos produtivos

locais para, assim, oportunizar geração de emprego e aumento de renda. No entanto, é necessário um maior detalhamento sobre os cursos ofertados pela expansão e a relação deles com os arranjos produtivos locais identificados.

Foi observado, com este estudo, que os reflexos da educação profissional no Sul de Minas não só prepararam o jovem para aprender a fazer e fazer para aprender, sua formação foi muito além, porque os jovens são preparados para formação humanística integrada a formação técnica.

Portanto, a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócias produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca esgotar a elas (PACHECO, 2012, p. 6).

O uso da pesquisa dentro dos *campi* do IFSULDEMINAS está sendo utilizado para o desenvolvimento local e regional com inovações tecnológicas, empreendedorismo, com os quais os estudantes têm a oportunidade de criar sua primeira empresa, apoiada pela incubadora de empresa de base tecnológica do campus Inconfidentes. Uma Incubadora é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves e da formação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais e que, além disso, facilita e acelera o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas³¹.

Para tanto, conta com um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços e que, necessariamente, dispõe de uma série de serviços e facilidades para os usuários selecionados conforme edital.

Incubadora de Empresas de Base Tecnológica é a incubadora que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, nos quais a tecnologia representa alto valor agregado. As incubadoras são mecanismos utilizados para promover e estimular a cria-

³¹ Disponível em: <https://incetec.ifs.ifsuldeminas.edu.br/?page_id=6> Acesso em: 27 out. 2017

ção de micro e pequenas empresas. Contribuem para o desenvolvimento socioeconômico, na medida em que são potencialmente capazes de induzir o surgimento de unidades produtivas que geram grande parte da produção industrial e criam a maior parte dos postos de trabalho no país.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE mostram, que as micros, pequenas e médias empresas constituem cerca de 98% das empresas existentes; empregam 60% da população economicamente ativa e geram 42% da renda produzida no setor industrial, contribuindo com 21% do Produto Interno Bruto – PIB.

Estatísticas de incubadoras americanas e europeias indicam que a taxa de mortalidade entre empresas que passam pelo processo de incubação é reduzida a 20%, contra 70% detectado entre empresas nascidas fora do ambiente de incubadora. No Brasil, estimativas já apontam que a taxa de mortalidade das micro e pequenas empresas que passam pelas incubadoras também fica reduzida a níveis comparáveis aos europeus e americanos. Para as nascidas fora do ambiente de incubadora, o SEBRAE aponta uma taxa de mortalidade de 80% antes de completarem o primeiro ano de funcionamento.

Entre as várias razões que ocasionam essa elevada taxa de mortalidade, o SEBRAE detectou problemas gerenciais como a principal. Outras razões, citadas pelo Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, não menos importantes, são as dificuldades burocráticas, que incluem uma legislação complexa, exigente e que acarreta altos custos burocráticos, tributários, de produção e comercialização, além das dificuldades concorrenciais para os micro e pequenos empresários que atuam em mercados oligopolizados, onde grandes empresas ditam prazos e condições de pagamentos para a aquisição de produtos e fornecimento de insumos. Além disso, sabe-se que as elevadas taxas de juros sobre os empréstimos, superiores às que pagam as grandes empresas, bem como as exigências dos emprestadores por garantias reais, que geralmente o micro e pequeno empresário não podem oferecer, deixam-no sem acesso ao crédito.



Figura 36: Incubadora de Empresas de base tecnológica do Campus Inconfidentes.
Fonte: Arquivo do autor

A criação de incubadoras de empresas dentro de instituições escolares tem compreendido a transferência do empreendedorismo, gerando grande impulso ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, e inclusive, estimulado a criação de projetos inovadores nos próprios acadêmicos.

Uma incubadora de empresas em uma instituição escolar tem papel intermediador entre a troca de conhecimento que a instituição pode oferecer ao empreendedor. Ainda há a troca de know-how entre a incubadora e a escola que propicia uma maior influência no papel da incubadora, tanto no desenvolvimento local, como setorial.

A interação escola-empresa não significa apenas um relacionamento, mas uma interação que engloba um processo de transferência e transformação de produtos e serviços. Essa relação deve ser entendida como uma transição de comprometimento e de parceria entre a instituição de ensino e a empresa.

6.0 REDUÇÃO DO PASSIVO AMBIENTAL NO IFSULDEMINAS

O impacto ambiental é um desequilíbrio provocado pelo choque da relação do homem com o meio ambiente (Sánchez, 2006). As práticas de gestão ambiental nos Institutos Federais do Brasil são meios pelos quais essas instituições de ensino podem melhorar o seu desempenho. Um comportamento ecoeficiente aperfeiçoa o uso dos recursos e evita a produção de resíduos, permitindo ganhos significativos para o meio ambiente e para que nele vive. Um bom desempenho ambiental evita custos resultantes da aplicação do princípio do poluidor pagador³².

Sabe-se de pesquisas para avaliar os impactos ambientais nos Institutos Federais mostram que pouco se faz em relação ao meio ambiente; Borges *et al.* (2013) concluiu que não há gestão ambiental nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que preencha os requisitos da sustentabilidade e que o Índice de Avaliação Ambiental dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IADAIFE) para quatro *campi* foi muito fraco e para 78 dos *campi* foi fraco. No caso específico do IFSULDEMINAS, observamos que ações ligadas a minimizar os impactos ambientais estão fazendo com que essa instituição se destaque nessas ações conforme podemos observar abaixo.

De acordo com o disposto no art. 16 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, os órgãos vinculados à administração pública federal possuem o dever de elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável prevendo, ações de divulgação, conscientização e capacitação. No sentido de viabilizar o cumprimento do referido Decreto, em novembro de 2012, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão institui a Instrução Normativa nº 10 (IN nº 10), que, entre outras providências, estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável em seu art. 8º, a IN n. 10 prevê que as práticas

³²Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cerne/v19n2/a01v19n2.pdf>> pesquisa sobre Cerne, Lavras, v. 19, n. 2, p. 177-184, abr./jun. 2013. Análise de Gestão Ambiental nos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia.

de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger os temas abaixo:

- I – material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II – energia elétrica;
- III – água e esgoto;
- IV – coleta seletiva;
- V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI – compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;
- VII – deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes;
- VIII – proteção de nascentes, com reflorestamento e cercamento;

Para que o IFSULDEMINAS fosse capaz de cumprir o Decreto n. 7.746/2012, bem como seguir a Instrução Normativa n. 10/2012, foi instituída uma portaria interna (Portaria n. 1063, de 14 dezembro de 2012, revogada pela Portaria n. 536, de 23 de abril de 2013), designando servidores da Reitoria e de todos os *campi* para compor a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável no âmbito do IFSULDEMINAS.

O comprometimento do IFSULDEMINAS com a sustentabilidade faz parte da política da Instituição, ou seja, não se restringe ao cumprimento da legislação, visto que tal comprometimento está explícito em sua missão institucional: “Promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando cidadãos críticos, criativos, competentes e humanistas, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas Gerais”. Portanto, construir um IFSULDEMINAS mais sustentável é tarefa de toda a comunidade acadêmica.

6.1 AÇÕES NOS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Comissão Gestora do PLS tem se esforçado para pensar e reunir formas de implantar ações pautadas pela sustentabilidade em todos os setores, mas, para alcançar resultados satisfatórios, precisa-se da colaboração de cada um dos servidores.

Destacam-se aqui alguns projetos de destaque no IFSULDEMINAS. Para entendermos o Plano, é necessário compreender alguns termos:

6.1.1 Erosão do Solo

A erosão é um processo que faz com que as partículas do solo sejam desprendidas e transportadas pela água, vento ou pelas atividades do homem.



Figura 37: Erosão do solo em terreno de pastagem.

Fonte: Disponível em: <<http://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/solo/o-que-e-erosao-quais-sao-os-seus-tipos.html>> Acesso em: 27 out. 2017.

6.1.2 Desflorestamento

Atualmente o desflorestamento ocorre em “passos largos” podendo ser medido, pois anualmente são devastadas cerca de 170.000km².



Figura 38: Desflorestamento

Fonte: Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/matogrosso247/97492/Mato-Grosso-lidera-desmatamento-na-Amaz%C3%B4nia.htm>> Acesso em: 27 out. 2017.

6.1.3 Queimadas

As queimadas em áreas naturais, bosques e lugares com abundante vegetação são incontroláveis. Podem ser produzidas por relâmpagos, descuidos humanos e em muitas ocasiões são intencionadas.



FIGURA 39: Queimadas

Fonte: Disponível em: <<http://chicoterra.com/2017/02/09/mato-grosso-registra-maior-numero-de-focos-de-queimada-na-amazonia-legal-em-janeiro/>> Acesso em 27 out. 2017.

6.1.4 Aquecimento Global

Aumento da temperatura média da superfície terrestre devido ao excesso de CO₂ que é lançado na atmosfera.



Figura 40: Aquecimento global

Fonte: Disponível em:

<<http://sites.unicentro.br/wp/educacaoambiental/2017/09/27/vocabulario-sustentavel-aquecimento-global-efeito-estufa/>> Acesso em: 27 out. 2017.

6.1.5 Desenvolvimento industrial

O desenvolvimento industrial e urbano tem originado em todo o mundo um aumento crescente da emissão de poluentes atmosféricos. O acréscimo das concentrações dessas substâncias no planeta Terra é responsável por desequilíbrios no ecossistema, prejudicando a saúde da população.



Figura 41: Poluição causada pelo desenvolvimento industrial
Fonte: Disponível em: <<http://averdade.org.br/2012/06/aquecimento-global-de-quem-e-a-culpa/>> Acesso em: 27 out. 2017.

6.2 O PLANO CONSERVADOR DA MANTIQUEIRA

O IFSULDEMINAS em parceria com a secretaria de meio ambiente de Extrema – MG firmaram acordo para implantarem o Plano conhecido como Conservador da Mantiqueira:

O objeto principal do PLANO CONSERVADOR DA MANTIQUEIRA – PCM é promover a restauração florestal de espécies nativas da Mata Atlântica, em 1.200.000 hectares na área de influência da Serra da Mantiqueira nos mais de 200 municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, utilizando a expertise do município de Extrema na execução do Projeto Conservador das Águas, primeira experiência brasileira de projeto de restauração florestal utilizando o mecanismo de pagamento por serviços ambientais “PSA”³³.

A legislação no Brasil ainda não está formada no que concerne ao pagamento por serviços ambientais “PSA”. Existem projetos de lei a serem aprovados pelo governo (PL 792/2007 e 312/15). Essa legislação dispõe sobre recomendações na estipulação de políticas e de diretrizes, como a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e seria um grande avanço no

³³O Pagamento por serviços ambientais “PSA” é um instrumento econômico que visa à minimização da falha na gestão atual (que não considera o valor de um serviço ecossistêmico) de um novo mercado. O beneficiário ou usuário do serviço ambiental retribui, com recursos financeiros ou outra forma de remuneração, aos provedores do serviço.

combate à degradação ambiental. A justificativa para criar uma legislação federal para esse mecanismo é que a lei está condicionada a apenas punir os infratores que degradam o meio ambiente, e não a premiar quem age corretamente, portanto, essa nova política fortaleceria, pelo menos em teoria, os princípios de precaução e de prevenção.

Já o Código Florestal promove a ação de pagamento ou incentivos aos serviços ambientais que gerem: manutenção de Reservas Legais, regulação do clima, valorização cultural, sequestro de carbono, conservação da beleza natural, biodiversidade, serviços hídricos e do solo, porém ainda é pouco difundido e aplicado.

6.2.1 Estratégia de ação

Para atingir os objetivos propostos, estão sendo executadas as seguintes ações:

- a) Reunir com representantes de municípios, dos Estados e União, Comitês de Bacias Hidrográficas, Universidades e ONGs;
- b) Identificar as principais lideranças com capacidade de replicar os conhecimentos e a metodologia;
- c) Dividir o território da Mantiqueira em núcleos utilizando as instituições mais comprometidas como centro de capacitações (Comitês, Unidades de Conservação, Centros Administrativos, Universidades);
- d) Realizar palestras, capacitações, treinamentos e intercâmbios com as lideranças dos núcleos para a formação de profissionais aptos a replicarem os projetos de restauração florestal nos municípios, utilizando mecanismos de pagamento por serviços ambientais.

Os objetivos específicos desse plano consistem em:

- a) Melhorar a capacidade de produção dos serviços ambientais, como a água, a conservação de solo, a biodiversidade, o sequestro de carbono e a manutenção da paisagem;
- b) Promover um plano regional com a participação de diversos atores;

- c) Melhorar a capacidade de resiliência dos municípios para enfrentar os danos causados pelas mudanças climáticas;
- d) Fortalecer a governança ambiental nos municípios;
- e) Valorizar os serviços ambientais produzidos em propriedades rurais e em unidades de conservação de proteção integral.

Cada núcleo do Plano Conservador da Mantiqueira será em um campus do IFSULDEMINAS e cada núcleo será responsável por vários municípios.

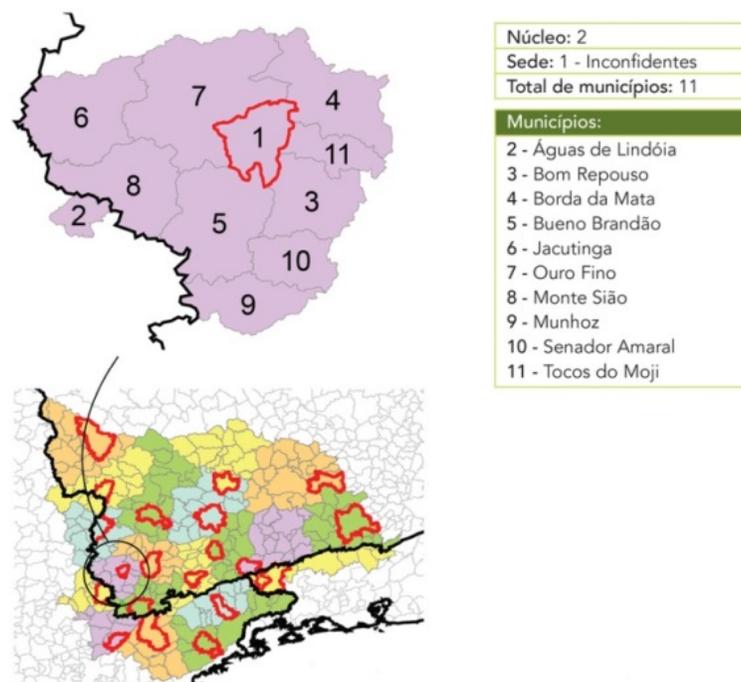


Figura 42: Núcleo dois – Campus Inconfidentes

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

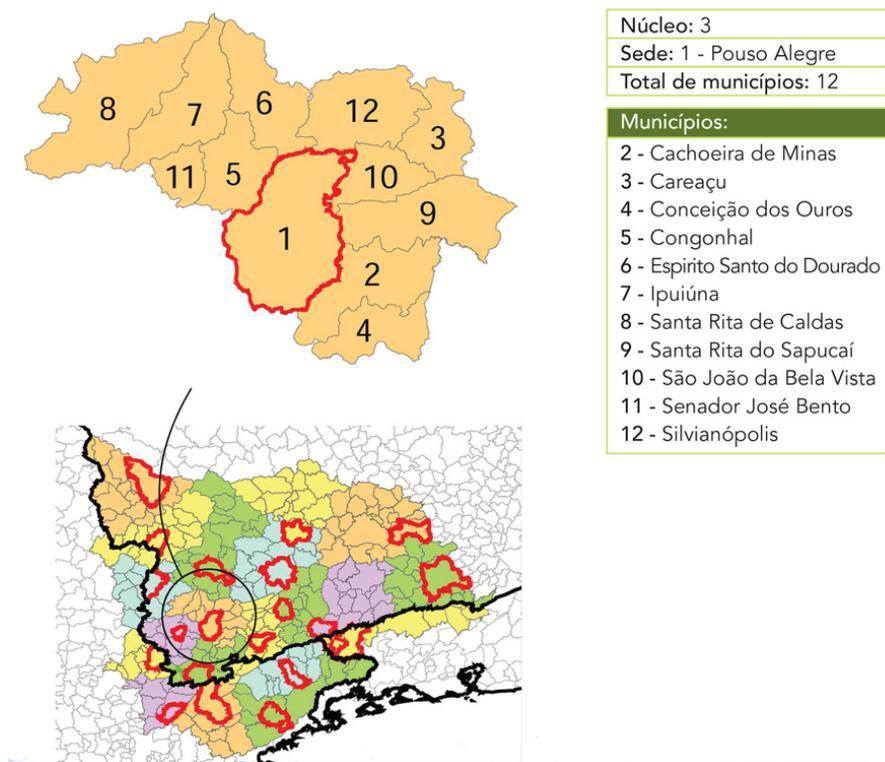


Figura 43: Núcleo três – Pouso Alegre

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

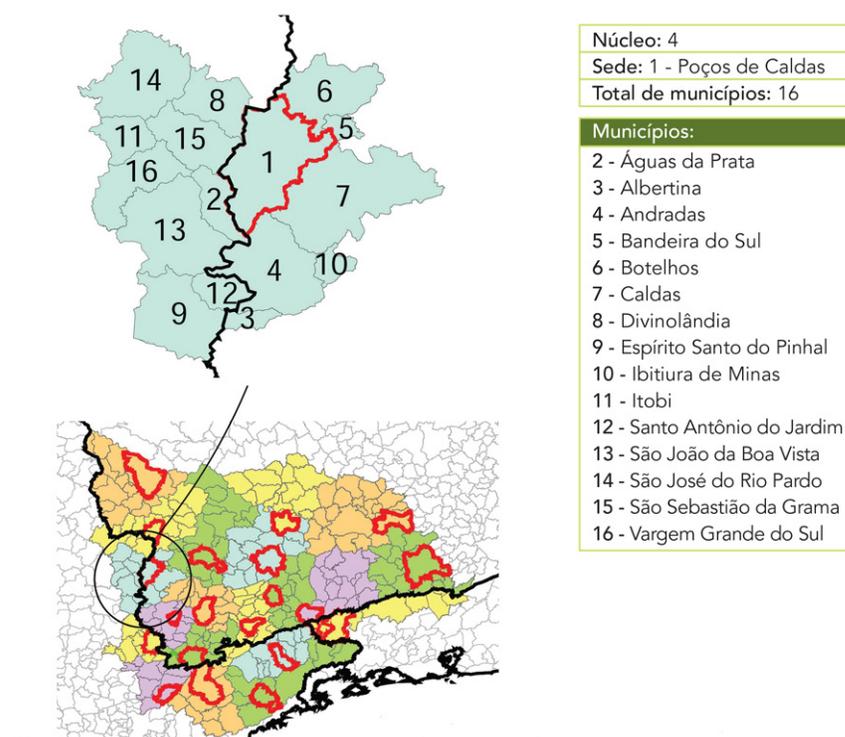


Figura 44: Núcleo quatro Poços de Caldas

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

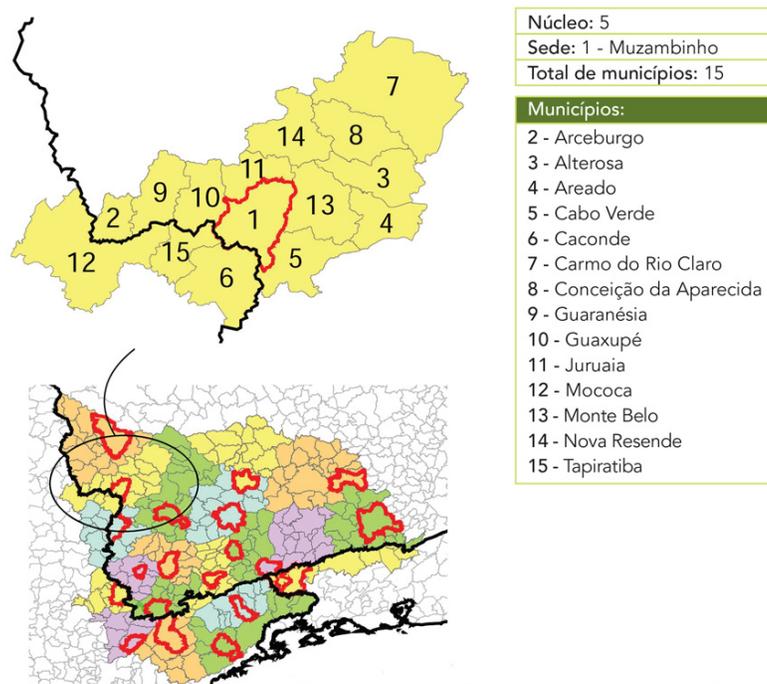


Figura 45: Núcleo cinco – Muzambinho.

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

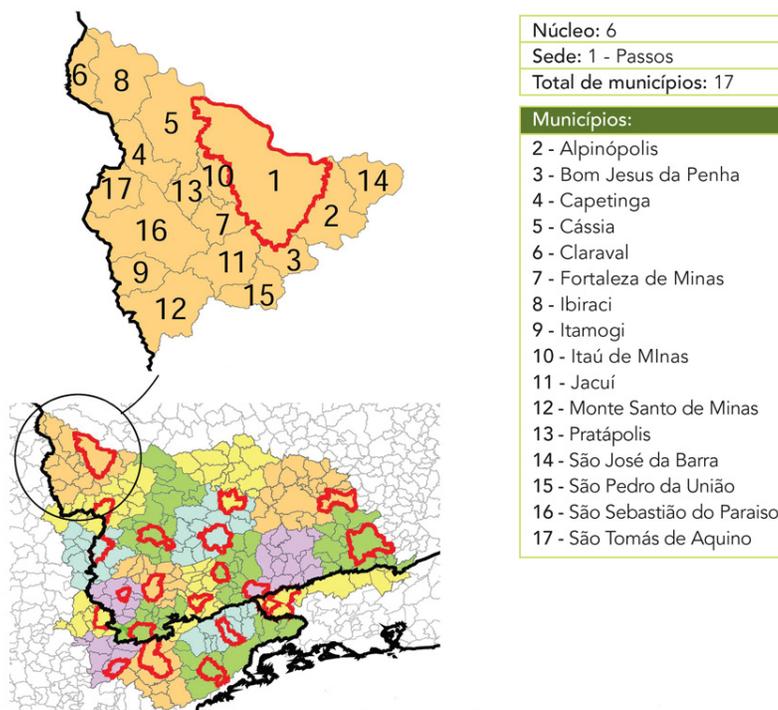


Figura 46: Núcleo seis – Passos.

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

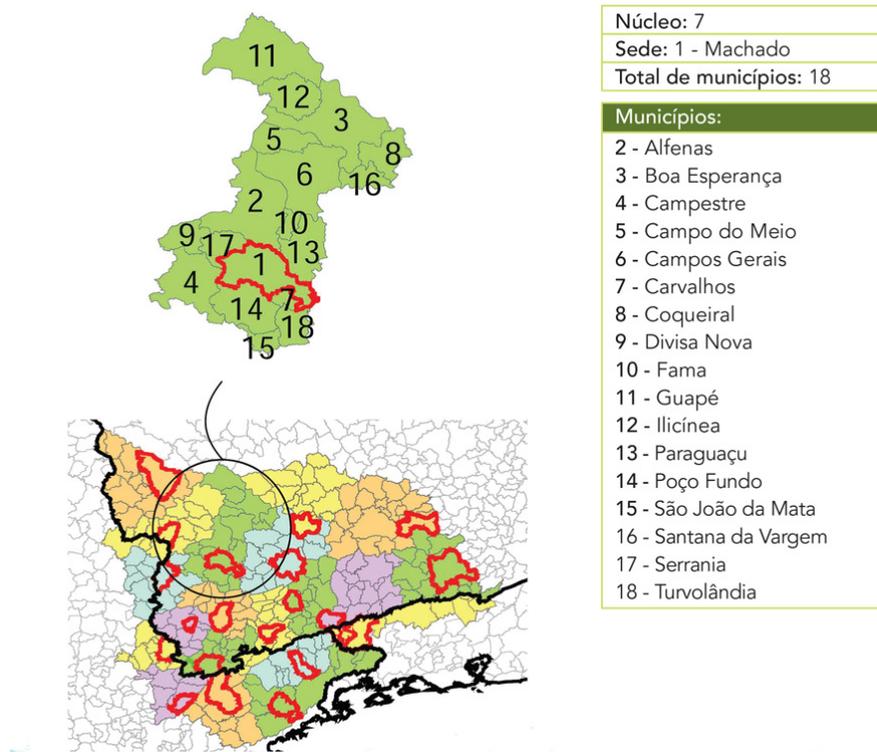


Figura 47: Núcleo sete - Machado

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>> Acesso em: 27 out. 2017.

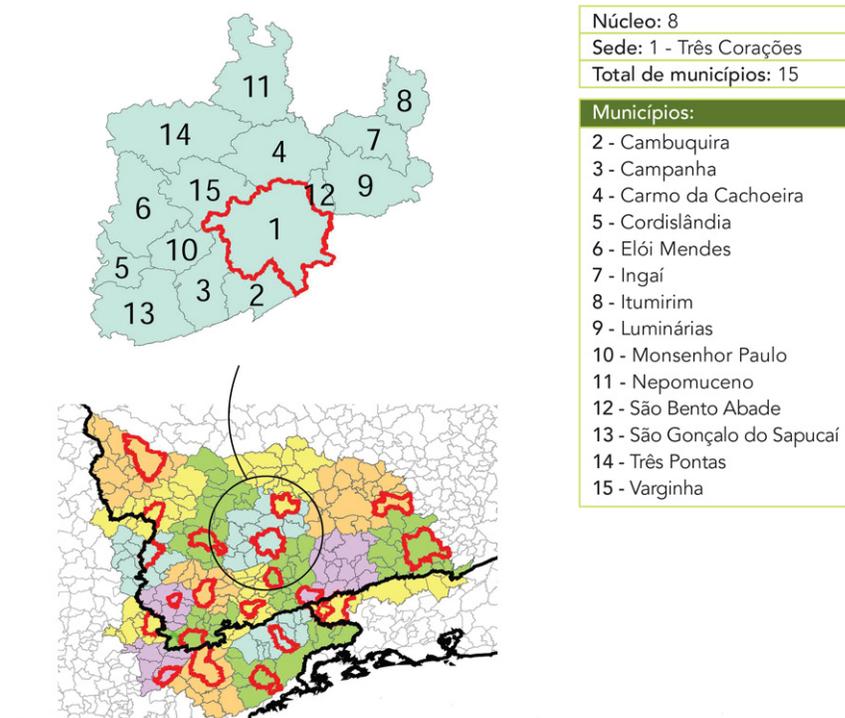


Figura 48: Núcleo oito Três Corações

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

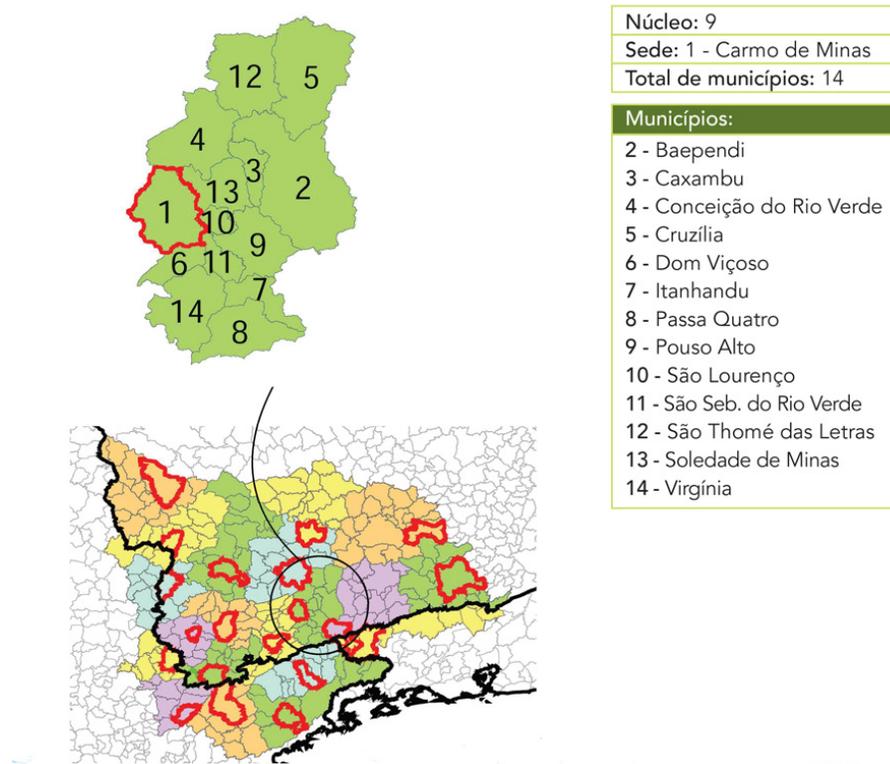


Figura 49: Núcleo nove Carmo de Minas

Fonte: Disponível em: <<http://conservadordamantiqueira.org/nucleos/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

Nesse contexto, o plano conservador da Mantiqueira está promovendo ações de grande impacto nos municípios envolvidos mostrando assim o envolvimento do governo federal, estadual e municipal com a sociedade civil. O plano busca resolver os impactos ambientais onde os núcleos do IFSULDEMINAS estão inseridos com reflorestamento, técnicas agrícolas corretas e saneamento ambiental rural para os produtores que aderirem ao plano, os produtores serão beneficiados com pagamento por serviços ambientais, por estarem vigiando as áreas que foram reflorestadas, e por estarem utilizando práticas agrícolas corretas. Um ganho para o produtor, para o município, para o estado e para o Brasil.



Figura 50: Capacitação do núcleo de Inconfidentes em Extrema.
Fonte: Arquivo do autor.

6.3 O PROJETO IFSOLAR

A energia solar é limpa e renovável, portanto apresenta muitas vantagens para o meio ambiente e para a saúde das pessoas, já que não emite gases poluentes ou outros tipos de resíduos. O IFSULDEMINAS implantou nove usinas de energia solar nos *campi* e reitoria, cada sistema está gerando em média 104,88MWh por ano. Desse modo, cada usina instalada evitará a emissão de 50.000 quilogramas de dióxido de carbono (CO₂) ao ano no meio ambiente.

De acordo com este estudo, o IFSULDEMINAS está deixando de emitir 450 toneladas de CO₂ na atmosfera por ano, como se estivéssemos plantando 12.600 árvores por ano e deixado de percorrer 3.150.000 quilômetros de carro; com a diminuição desses impactos, o IFSULDEMINAS mostra que está contribuindo com o meio ambiente em toda região que está inserido, além de divulgar estas ações a população do Sul de Minas, para o Brasil e para o mundo. Além na diminuição dos danos ambientais, o IFSULDEMINAS está tendo uma economia média de R\$ 60.000.00 por mês com energia elétrica.

No sistema fotovoltaico, a energia elétrica é produzida pela radiação solar. As células fotovoltaicas (ou células solares) são fabricadas a partir de materiais semicondutores (normalmente o silício). Quando a célula é exposta à luz, parte

dos elétrons do material iluminado absorve fótons (partículas de energia presentes na luz solar).

Os elétrons livres são transportados pelo semicondutor até serem puxados por um campo elétrico que é formado na área de junção dos materiais, por uma diferença de potencial elétrico existente entre os materiais semicondutores. Os elétrons livres são levados para fora da célula solar e ficam disponíveis para serem usados na forma de energia elétrica.

Uma das vantagens do sistema solar fotovoltaico é que ele não requer alta radiação solar para funcionar. Contudo, a quantidade de energia gerada depende da densidade das nuvens, que em número menor pode resultar em uma maior produção de eletricidade, quando comparada a dias de céu completamente aberto, devido ao fenômeno da reflexão da luz solar.



Figura 51: Usinas de energia solar dos campi do IFSULDEMINAS.
Fonte: Arquivo do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se avaliar e evidenciar o IFSULDEMINAS, desde sua criação até a expansão, com levantamento histórico das três Escolas Agrotécnicas Federais do Sul de Minas Gerais preexistentes - Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, Escola Agrotécnica Federal de Machado e Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, que formam o IFSULDEMINAS e os demais *campi* da expansão: Campus Pouso Alegre, Passos, Poços de Caldas e campus Avançado de Carmo de Minas e Três Corações. No que se refere às escolas agrotécnicas federais do Sul de Minas, concluímos que as escolas foram criadas no início do século XX, expandindo-se até chegar à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica através do IFSULDEMINAS.

Verificou-se que, no ano de 1946, o Ensino Agrícola foi instituído e no ano seguinte fixou-se a rede de estabelecimento de ensino agrícola no Brasil.

No Sul de Minas, houve essa expansão a partir da exigência do Governo Federal, do atendimento prioritário aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões, municípios e microrregiões não atendidas por escolas federais. Assim, as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho foram unificadas, criando-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Neste exposto, o IFSULDEMINAS teve como objetivo garantir acesso ao estudante de baixo poder aquisitivo, de baixa escolaridade e com necessidades especiais, com o processo seletivo com realização de provas e matrículas realizadas por ordem de classificação. Destaca-se que, após a transformação das antigas escolas agrotécnicas em IFSULDEMINAS, o crescimento da instituição foi muito grande até o final de 2016 com a criação de vários cursos técnicos e superiores de graduação e pós-graduação, ofertando assim educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, fomentando o desenvolvimento socioeconômico local e regional contribuindo com a redução das desigualdades sociais e regionais.

O Instituto Federal do Sul de Minas é constituído pela Reitoria, localizada na cidade de Pouso Alegre, por seis *campi*: Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, dois *campi* avançados: Carmo de Minas e Três Corações e 44 polos de rede. A atuação no Sul de Minas Gerais abrange 178 municípios e 3,5 milhões de beneficiados.

Entre 2009 e 2017, o total de alunos passou de 4 mil para mais de 39 mil estudantes. A prestação educacional agregou programas de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão à oferta regular de cursos técnicos. São 61 cursos técnicos (Educação a Distância e presenciais), 35 cursos de graduação, 9 especializações (*lato sensu*) e 1 especialização (*stricto sensu*). A instituição também oferta cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). São 529 docentes, sendo 87,5% mestres e doutores.

São 1.089 servidores, entre docentes e técnicos administrativos. Neste segundo semestre de 2017, são mais de 39 mil alunos matriculados (presencial e a distância). Percebeu-se que o MEC através da RFEPT investiu no IFSULDEMINAS para a construção de novos *campi* e nos *campi* preexistentes de Machado, Muzambinho e Inconfidentes. Os investimentos em infraestrutura física foram destinados para a reestruturação desses *campi*, onde foram construídos laboratórios específicos para os cursos que foram oferecidos alojamentos para os estudantes, refeitórios, auditórios, complexos poliesportivos, salas de aula, cantinas, guaritas, áreas de vivência, instalações para criação de animais como granjas para galinhas poedeiras, frango de corte, suínos e animais de grande porte como gado leiteiro, houve investimentos também em usinas de energia solar em todos os *campi* e reitoria do IFSULDEMINAS além da construção de uma reitoria nova totalizando investimentos na ordem de R\$ 90.584.654,00.³⁴

Com esses investimentos e a nova configuração dos IFSULDEMINAS, os *campi* começaram a desenvolver atividades culturais e esportivas para os estudantes e a população do Sul de Minas como teatro, dança, festivais,

³⁴ Este valor foi obtido com consulta no sistema de monitoramento de obras do governo federal no qual o autor possui acesso.

olimpíadas do conhecimento como a Olimpíada Brasileira de Agropecuária (OBAP).³⁵

Com o avanço na oferta de cursos e a expansão do número de vagas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cresce também a preocupação com a permanência e o êxito dos estudantes. Uma pesquisa feita pela professora Érica Galindo, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, envolvendo as instituições federais de ensino, reuniu dados dos ingressantes de 2009 a 2016 com o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), a fim de obter indicadores para análise. Das 41 instituições da Rede Federal, o IFSULDEMINAS se destacou com mais de 70% dos estudantes que concluíram os estudos de forma exitosa.

Em andamento, o trabalho de pesquisa prevê a apresentação dos resultados finais e conclusões para o final do ano de 2017. No entanto, os apontamentos iniciais demonstram os esforços das instituições que já colocaram em prática a discussão do tema e que estão construindo políticas educacionais com o intuito de reduzir os índices de evasão. Nesse contexto, a pesquisa mostrou que o IFSULDEMINAS sempre desenvolveu ações para enfrentamento do problema, fornecendo subsídios para a reflexão e proposição de alternativas que possam impactar nessa realidade.

Segundo informações obtidas da Pró-Reitoria de Ensino do IFSULDEMINAS, observa-se que as causas são difíceis de ser identificadas e combatidas; pois, além de envolverem questões qualitativas dos próprios sistemas de ensino, também envolvem questões pessoais, familiares, culturais, financeiras, conjunturais, históricas, conceituais e muitas outras como já citadas anteriormente nesta pesquisa. “No cotidiano, estas questões se entrelaçam e potencializam a

³⁵A OBAP é uma competição científica nacional destinada aos alunos do curso Técnico em Agropecuária e demais cursos do Eixo Tecnológico Recursos Naturais de todo Brasil. O objetivo da Olimpíada Brasileira de Agropecuária é estimular o ingresso de jovens do ensino médio/técnico integrado, concomitante e técnico subsequente em carreiras técnico-científicas, incentivando a participação em atividades de iniciação científica, colocando-os em situações desafiadoras, estimulando a cooperação e a integração entre eles. A fim de promover uma maior produção de inovações tecnológicas e desenvolvimento regional, retornando assim, para a sociedade brasileira, benefícios originados da melhoria no ensino público de nível médio e técnico ligados à agropecuária.

dificuldade de percepção dos seus reais motivos”, comentou o Pró-Reitor de Ensino Carlos Alberto Machado Carvalho em entrevista para uma matéria no site do IFSULDEMINAS.

Para o pró-reitor, Independentemente de valores absolutos ou relativos em qualquer pesquisa ou estatística sobre a questão, a permanência e o êxito dos estudantes nas instituições de ensino é um grande desafio, que deve estar permanentemente na agenda das discussões pedagógicas, em qualquer tempo. “No IFSULDEMINAS, contamos com profissionais dedicados que trabalham em ações cotidianas, envolvendo as equipes multidisciplinares dos *campi*”. As “grandes” ou as “pequenas” ações, não importa a dimensão, são de alta relevância para a permanência e êxito dos estudantes. Temos certeza de que este trabalho é decisivo para esta posição de destaque do IFSULDEMINAS dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Nesta pesquisa constatou que em relação ao capital humano investido, tanto em docentes para atender as demandas dos novos cursos do IFSULDEMINAS como na contratação de servidores técnicos administrativos percebe-se que o IFSULDEMINAS tinha, em 2010, 230 docentes e 316 técnicos administrativos, já em 2016 possuía 521 docentes e 545 técnicos administrativos, ou seja, um crescimento na contratação de docentes de 126,5% e, no caso dos técnicos administrativos, um crescimento na contratação de 72,5%, esses dados mostram que a economia dos municípios onde estão inseridos os *campi* do IFSULDEMINAS tiveram ganhos significativos com a contratação desses novos servidores, como no mercado imobiliário e de bens e serviços, não se pode esquecer que o mesmo acontece com o aumento no número de estudantes.

Em relação aos impactos ambientais, a pesquisa mostrou algumas ações como o Plano Conservador da Mantiqueira (PCM), que uma parceria do IFSULDEMINAS com a prefeitura de Extrema e ONGs promoverá a restauração florestal de espécies nativas da Mata Atlântica, em 1.200.000 hectares na área de influência da Serra da Mantiqueira nos mais de 200 municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, utilizando a expertise do município de Extrema na execução do Projeto Conservador das Águas, primeira experiência

brasileira de projeto de restauração florestal utilizando o mecanismo de pagamento por serviços ambientais, atendendo assim as demandas dos municípios interessados com capacitação e implantação das ações ambientais tão necessárias para a população rural dos municípios a serem atendidos, com isso, o IFSULDEMINAS está cumprindo com seu papel social, econômico e ambiental em todo o Sul de Minas Gerais. A pesquisa mostrou que com as experiências anteriores do projeto conservador das águas de Extrema que o Plano somente terá resultados positivos com o envolvimento de todos os seguimentos da sociedade, além de capacitação de todos os envolvidos no plano. Em relação aos recursos necessários para a implementação e sucesso do plano, o IFSULDEMINAS e os parceiros terão que caminhar juntos desde a capacitação daqueles que aplicarão o plano no campo.

A pesquisa também mostrou que o projeto IFSOLAR está sendo uma referência nacional para outras instituições de ensino no país, constatou-se que o governo federal precisa investir em projetos inovadores e que trarão benefícios financeiros e ambientais para o país, este projeto mostra a boa utilização dos gastos públicos.

Segundo texto publicado por ³⁶Jididias Rodrigues da Silva, a cultura tem um importante papel no processo de aprendizagem, pois ela permite não só a socialização, mas a discussão de diferentes saberes no ambiente escolar. Através do conteúdo cultural, podemos exemplificar vários temas nas diferentes disciplinas do currículo escolar. O ensino cultural tem esse poder de integrar os diferentes saberes e levá-los a discussão em sala de aula, mas para que isso ocorra faz-se necessária a capacitação do professor para que este possa ter um novo olhar sobre a cultura na sala de aula. Sabemos que é papel da escola socializar o conhecimento, mas também é dever dela atentar para as manifestações culturais como uma forma de ensinar e socializar os educandos.

A pesquisa, embora pouco explorada, mostra que todos os *campi* do IFSULDEMINAS possuem uma preocupação muito grande com a cultura dentro

³⁶Texto publicado foi encaminhado por um usuário do Brasil Escola, através do canal colaborativo Meu Artigo.

das instituições, porém deixaremos para outros pesquisadores imergirem mais no tema.

Esta pesquisa vem sugerir aos gestores públicos que a capacitação de suas equipes de trabalho, principalmente as que atuam diretamente com recursos públicos é de suma importância para o gerenciamento desses recursos em ações que tragam benefícios para a sociedade como um todo.

A pesquisa mostra que os investimentos realizados no IFSULDEMINAS foram bem gerenciados pelos gestores, embora haja muito o que fazer para que essa instituição torne-se referência em outras ações não citadas na pesquisa.

A realidade que se vislumbra com o IFSULDEMINAS é que ele constituiu um marco nas políticas para a educação no Sul de Minas, pois revela uma dimensão da educação profissional alinhada com as políticas de inclusão e com um projeto de nação com modelo único no mundo. Se analisarmos a fundo o IFSULDEMINAS, perceberemos que essa instituição de ensino federal pode representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento, trazendo colaboração substantiva para todos os níveis e modalidades de ensino de que se ocupa. Os investimentos na educação profissional não podem parar, independente de ideologias políticas diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLA, W. B. **Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. [online]. 2011, vol.19, n.70, p. 107-125.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo, Moderna, 2002.

BELLONI, Maria L. **Educação à distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BORGES, A. F. *et al.* Análise da gestão ambiental nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **CERNE** vol.19 no. 2 Lavras Apr./June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-77602013000200001>. Acesso em: 25 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-77602013000200001>

BRASIL, **LEI Nº 11.892**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/724044.pdf>. Acesso: agosto de 2017.

_____. **Projeção - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens, Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**, Documento Base, Brasília, agosto 2007.

_____. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília, MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2014. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/>

CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Organização do Ensino Secundário. Porto Alegre: Livraria Globo, 1933. p. 5-10.

CIAVATTA, M; SILVEIRA, Z. S.F. Coleção Educadores **MEC**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Disponível <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015> acesso em 01/12/2017 p.185-191.2009.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

IFSULDEMINAS. Minas Gerais. Brasil. Campus Machado não para. Obras e reformas estão a todo a vapor em diversos setores. 2017. Disponível em: <<http://www.mch.ifsuldeminas.edu.br/noticias/146-noticias-2017/3856-obras-no-campus>>. Acesso em: 15 de ago de 2017.

_____. IFSULDEMINAS receberá mais de R\$ 780 mil para investir em pesquisa. Projeto aprovado pela FINEP beneficiará todos os campi. 2017b. Disponível em: <<http://mch.ifsuldeminas.edu.br/noticias/146-noticias-2017/3773--investimento-em-pesquisa>>. Acesso em: 15 de ago de 2017.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. Vigência: 2009 a 2013. Disponível em: http://www.ifsuldeminas.edu.br/downloads/PDI_2009_2013.pdf. Acesso em: 17 de ago de 2017.

FERRER, J. L. P. Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ppghc.historia.ufrj.br/index.php/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/teses/66-analise-das-politicas-externas-da-argentina-e-do-brasil-em-relacao-a-alemanha-a-italia-e-aos-estados-unidos-da-america-durante-a-segunda-guerra-mundial-1939-1945/file>. Acesso em: 21 fev. 2017.

FONSECA, C. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, 1961. v.1.

G1. SUL DE MINAS. Oferta de cursos traz expansão a unidades do IF Sul de Minas. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/10/oferta-de-cursos-traz-expansao-unidades-do-if-sul-de-minas.html>. Acesso: agosto de 2017.

GATTI JÚNIOR, D. **A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas**. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia (MG): EDUFU, 2002.

_____. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.25, n.14, p.172-191, jan./jun. 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. *et al.* **Projeto 20 anos de HISTEDBR: Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm#_ftnref1>. Acesso em: 28 fev. 2017.

MEC. **Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

MENDONCA, S. R. de. **Ensino agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961)**. Tempo, Niterói, v. 15, n. 29, p. 139-165, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141377042010000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 fev. 2017.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. Verbetes EAFs (Escolas Agrotécnicas Federais). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/eafs-escolas-agrotecnicas-federais/>>. Acesso em: 22 de ago. 2017.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As pesquisas sobre instituições escolares**: o método dialético marxista de investigação. ECCOS, São Paulo. v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, E. G. **Educação a distância na transição paradigmática**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

QUINALIA, C. L; SLONIAK, M. A.; DORES, M. das; LIRA, S. C. C. de. **Política pública de educação uma análise do ENEM: exame nacional do ensino médio no Distrito Federal**. Universitas/JUS, v. 24, n. 1, p. 61-78, jan./jun. 2013.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar**. Campinas, Autores Associados, 2003.

RICCIOPPO, T. As dimensões do poder em torno da biografia política do Deputado Fidelis Reis na primeira República. In: **Anais Eletrônicos do XVIII Encontro Regional ANPUH-MG**. EDUFOP: Ouro Preto, 2013. Disponível em: <http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340843175_ARQUIVO_Artigo_Anpuh_2012.pdf>. Acesso em 26 fev. 2017.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1978;

SANFELICE, J. L. História e Historiografia de Instituições Escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

SILVA, A. R. da; TERRA, D. C. T.. **A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional**. 2013. Disponível em:

<http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf.
> Acesso em: 17 ago. 2017.

SOARES, M. **Uma Nova Ética do Trabalho nos Anos 20** – Projeto Fidélis Reis. Série Documental. Relatos de Pesquisa. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, v. 4, n.33, p. 98-105, 1995.

SOBRAL, F. J. M. **Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 2, n.2, p. 78-95, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>>. Acesso em: 20 fev. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.15628/rbept.2009.2953>.